

**Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização,
Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios, SA.**

25.^a Reunião – 1.^a audição
(18 de julho de 2012)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Vitalino Canas) declarou aberta a reunião às 9 horas e 52 minutos.

Foi ouvido, em audição, o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, representante do Núcleo Estratégico de Investidores (NEI), tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Honório Novo (PCP), Basílio Horta e Ana Catarina Mendonça (PS), Hugo Lopes Soares (PSD) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

O Sr. **Presidente** (Vitalino Canas): — Srs. Deputados, vamos iniciar os trabalhos de hoje.

Eram 9 horas e 52 minutos.

Srs. Deputados, já têm em vosso poder um *e-mail* que nos foi enviado pelo Dr. Jaime Pereira dos Santos, no qual solicita que esta reunião seja realizada à porta fechada.

Os Srs. Deputados conhecem a fundamentação deste pedido, que me parece um pouco fluída, mas, em todo o caso, pergunto se entendem que podemos deliberar já sobre este pedido ou se deveremos ainda solicitar ao Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos uma melhor fundamentação do que aquela que consta do *e-mail*, que me parece, como já disse, algo aérea.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Sr. Presidente, realmente, ao ler esta carta, com tantos erros de português, tenho enorme dificuldade em perceber exatamente o que quer o Dr. Jaime Pereira dos Santos e, se calhar, o melhor era ele fundamentar perante a Comissão de Inquérito a sua vontade e, depois, a Comissão deliberará.

A carta tem erros de português, embora seja assinada por um doutor...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, então, vamos solicitar ao Dr. Jaime Pereira dos Santos que fundamente melhor a sua pretensão de que esta reunião seja realizada a porta fechada.

Peço, então, aos serviços que façam entrar o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

Pausa.

Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, estivemos a apreciar o *e-mail* que nos enviou, solicitando a realização desta reunião à porta fechada, mas, como sabe, existem alguns requisitos de natureza legal, previstos na lei, que têm de estar preenchidos para que isso possa acontecer.

Ora, este *e-mail*, pela análise que fizemos, não corresponde a esses requisitos e faz um conjunto de apreciações que nos custa, por enquanto, enquadrar na lei.

Por isso, solicitamos-lhe que fundamente melhor a sua pretensão de realização desta reunião à porta fechada, enquadrando-a nos fundamentos legais, uma vez que sem esse enquadramento não é possível deliberarmos, já que a regra da Comissão é a do funcionamento público, à porta aberta, e para que haja funcionamento à porta fechada têm de estar preenchidos os fundamentos que estão na lei.

Portanto, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, pedia-lhe que fundamentasse um pouco melhor a sua pretensão, uma vez que, pela leitura do *e-mail*, não pudemos tirar uma conclusão definitiva.

Faça favor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos** (Representante do Núcleo Estratégico de Investidores - NEI): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, o meu pedido prende-se com o seguinte: à minha volta, durante os meses de julho e de agosto do ano passado, muitas pessoas da minha família e colegas de trabalho da Universidade Lusófona acreditaram que eu corria algum sério risco, quer de vida quer profissional,

devido a uma certa insistência da minha parte de que o processo não tinha corrido bem e que gostaríamos de ser tratados em pé de igualdade e dignamente, embora perdedores.

Mas, como essas coisas são bem feitas, não existem provas nenhuma e eu não queria nunca pôr o pé no palco da política ou da Assembleia da República por motivos ridículos, como são coisas que não se podem provar, eram convicções familiares e de colegas que me davam, segundo eles, bons conselhos, eu entendi que, para manter as minhas relações sociais equilibradas e estáveis, dentro dos meus princípios de moderação, embora com firmeza, esta reunião deveria ser à porta fechada.

Não preciso de publicidade, não preciso de propaganda.

As pessoas que têm mau perder, isso não é bom quer para a minha vida profissional, quer pessoal, quer para alguma outra pretensão que tenha no futuro.

De maneira que quero dizer ao Sr. Presidente que como não quero maçar a Assembleia, nem a Comissão, nem o Sr. Presidente, que tem esta tarefa (importantíssima para mim e, na minha opinião, para o interesse público nacional), até para dilucidar estas teias internacionais dos bancos e dessas coisas, acho que, se os senhores virem que não têm fundamento suficiente estas minhas palavras, prescindindo. Não quero maçar-vos mais.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Jaime Pereira dos Santos.

Não sei se algum dos Srs. Deputados pretende usar da palavra sobre esta fundamentação. Lendo as várias alíneas do artigo 15.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, que tem por epígrafe «Publicidade dos trabalhos», essas três alíneas dizem respeito a diferentes matérias.

Assim: a alínea *a*) visa a proteção do segredo de Estado, segredo de justiça e intimidade das pessoas, que, porventura, não será adequada, porque não foi aqui feita nenhuma alegação que se enquadre nesta alínea; a alínea *b*) refere se os depoentes se opuserem à publicidade da reunião com fundamento na salvaguarda de direitos fundamentais, que também não vi, pelo menos expressamente, essa invocação; e a alínea *c*) refere que se as reuniões e diligências colocarem em perigo o segredo das fontes de informação, salvo autorização dos interessados, o que, penso, não é manifestamente aplicável.

Portanto, como também tivemos aqui a disponibilidade do Dr. Jaime Pereira dos Santos para realizar a reunião à porta aberta e tendo em conta que outros candidatos à privatização já aqui estiveram e fizeram a reunião à porta aberta, poderia justificar-se que esta também fosse à porta aberta, para que houvesse a devida publicidade de tudo o que rodeou o concurso e os seus concorrentes. Mas fica à ponderação dos Srs. Deputados, que são quem delibera nesta Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Sr. Presidente, realmente, não devemos tomar deliberações ilegais e o Dr. Jaime Pereira dos Santos compreenderá, aliás, até pela abertura que manifestou no final da sua intervenção, porque o regime aplicável às comissões de inquérito não prevê propriamente a situação que aqui apresentou, ela não se enquadra diretamente em nenhuma das alíneas e, portanto, devemos respeitar o princípio da publicidade.

Do nosso ponto de vista, Grupo Parlamentar do PSD, a partir do momento em que o próprio Dr. Jaime Pereira dos Santos nos poupou a uma situação difícil, que era a de termos de deliberar de uma forma que não

respeita a lei, parece perfeitamente normal que a reunião decorra à porta aberta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Presidente, como é sabido, nós temos tido sempre uma posição de abstenção em relação a estas matérias quando a justificação não se enquadra inteiramente dentro do que a lei prevê. Neste caso, isso é muito nítido, e uma vez que o Dr. Jaime Pereira dos Santos não se opõe a que esta reunião seja realizada à porta aberta, então, com certeza, penso que ela deverá realizar-se à porta aberta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, raramente isto acontece, como todos os que estão à volta desta mesa sabem, mas eu queria subscrever, inteira e integralmente, as afirmações produzidas pelo Sr. Deputado Hugo Velosa. Não queria acrescentar mais nada, apenas cumprimentar, desde já, o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, interpretando a parte final da intervenção do Dr. Jaime Pereira dos Santos, talvez não devêssemos sequer fazer aqui qualquer deliberação formal, tendo o Sr. Doutor manifestado esta disponibilidade.

Portanto, se o Sr. Dr. Jaime Pereira do Santos estiver de acordo, continuaremos os nossos trabalhos à porta aberta — aliás, nem sequer estão presentes, por agora, jornalistas, pelo que a questão, nesta altura, nem sequer tem qualquer tipo de repercussão prática.

Então, tem a palavra ao Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, para fazer uma breve intervenção inicial.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu pedi a demissão do NEI no dia 31 de agosto do ano passado, por motivos de natureza estritamente comercial e particular, da minha vida. Precisava de trabalhar mais e não tinha aquele tempo necessário.

Como disse aos funcionários que me contactaram, em nome da Comissão de Inquérito, haveria algumas pessoas do NEI que, suponho, por notícias da comunicação social, estariam interessadas em prosseguir as suas atividades e com algumas pretensões ainda em relação à reprivatização do BPN e algumas recriminações que pretenderiam fazer, etc. Esta é a primeira precisão que gostaria de fazer e, como está em correspondência particular para os funcionários que estão adstritos à vossa Comissão, gostaria de assumir plenamente perante a Comissão esta minha condição, referindo aquele pequeno exercício histórico de maio, junho, julho e agosto do ano passado que, penso, ser o que estará aqui *sub judice*.

Em segundo lugar, quero dizer que a minha intenção e a forma como tentei agregar um núcleo de pessoas que não se conhecia foi na base do interesse nacional, daquilo que eu suponho ser o interesse nacional - e, aliás, cada cidadão tem direito a formular um interesse público. Assim, formulámos uma proposta, que foi, cronologicamente, a primeira proposta a entrar na CaixaBI, tendo sido sempre bem tratados pelo Sr. Dr. Paulo Oliveira, Diretor de *Cooperate*.

No resto, submeto-me às vossas perguntas e responderei com o detalhe que entenderem, tentando sempre, como é próprio da nossa profissão — e penso que a maior parte de nós é jurista —, separar aquilo que será um exercício opinativo de um exercício informativo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Jaime Pereira dos Santos.
Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, queria voltar a cumprimentar o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos e começar por abordar exatamente esse tema que utilizou para introduzir o nosso debate.

De facto, como é que foi criada a estrutura do NEI? Ou melhor, foi ou não criada apenas para concorrer a este objeto, isto é, à reprivatização do BPN? Essa estrutura tem alguma estabilidade para além desse momento? Queria que elaborasse sobre este tema, se fizesse favor, Sr. Doutor.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, eu tinha algumas relações profissionais com uma das pessoas que veio a ser um elemento dinamizador do NEI no Norte, no eixo Braga/Porto/Aveiro, o Dr. Vítor Manuel Pinto da Costa.

Tentámos comprar o jornal *i*, mas as barreiras e o desfecho um bocadinho inesperado e, na minha opinião, ilícito (como decorreu depois de assinado um contrato), de não se ter conseguido comprar o jornal *i*, fizemos ponderar alargar a possibilidade de estabelecer uma frente com outros empresários (a palavra «frente» é um bocado excessiva).

De facto, e como é normal quando se constituem grupos, existem dois níveis, sendo um deles o das pessoas que eram os dirigentes e que se apresentaram como comissão negociadora, que eram quatro. Aliás, se o Sr.

Deputado Honório Novo quiser, digo-lhe os nomes das quatro pessoas que assinaram as atas da comissão negociadora.

Essas quatro pessoas tinham angariado apoio das outras 11 pessoas, num total de 15, embora houvesse outras pessoas que não tinham dado o nome. Isto é normal, mas foi dado conhecimento deste facto ao Governo no próprio texto da proposta, ou seja, que haveria mais pessoas que não tinham dado o nome mas que nos apoiavam e que participavam em reuniões — estas reuniões decorriam em almoços em Lisboa, como é normal, e em escritórios de alguns dos associados.

Diria que, do ponto de vista jurídico (sem querer dar lições, só tenho a recebê-las da Assembleia), o NEI funcionou como uma associação sem personalidade jurídica, tendo em vista vir a constituir-se como uma sociedade comercial sob a forma de sociedade anónima de direito português, sem investidores estrangeiros.

Portanto, era uma forma de provarmos que o capital português, com alguma consciência social, na nossa opinião, e sem desprimor para outras iniciativas, ainda estava vivo apesar da crise e que ainda teria uma palavra a dizer para não deixar deserto um concurso para ganhadores prévios, evitando a perspectiva do ganhador prévio. É que já tínhamos tido a lição do que aconteceu no jornal *i* e estávamos um bocado desgostosos, mas não queríamos, com a nossa amargura, derramar mais amargura sobre a nossa Nação e o nosso Estado, e tentámos sempre não o fazer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, permito-me concluir, julgo que legitimamente, que um grupo de personalidades e de empresários, de uma forma geral, decidiram criar uma

estrutura designada por NEI, numa fase de estruturação, com o objetivo inicial de concorrer à reprivatização do BPN, sendo certo que era objeto deste grupo de pessoas, chamemos-lhe assim, criar depois uma personalidade jurídica própria. Suponho que concluí bem, mas o Sr. Doutor o dirá.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Honório Novo, penso que a sua assunção é certa, portanto, o objetivo era vir a constituir uma sociedade comercial sob forma de sociedade anónima, com ações registadas para se saber quem somos e para que as pessoas sejam plenamente responsáveis.

Futuras alavancas financeiras e alianças com portugueses no exterior ou com outras entidades financeiras sediadas no exterior estavam, obviamente, nos nossos horizontes, porque sabíamos que ao fazer uma proposta para ficar com todo o BPN, sem discutir perímetros nem pessoal, sem estar a escolher «esta maçã é boa, a outra é podre fica para o Estado e os contribuintes que a paguem» — nós nunca fizemos isso. Íamos ter um «mar alto» pela frente, mas um «mar muito alto»!

Aproveito para dizer, só porque veio «a talhe de foice», pois não quero maçar-vos com pormenores da nossa vida particular, que precisamente o facto de não ver lançado um núcleo estruturado da sociedade anónima foi o motivo principal pelo qual saí. Eu não queria amadorismo em questões sérias, e para podermos criticar seja quem for, mesmo construtivamente, deve sempre ter-se uma alternativa sólida, não é

andar a tentar apenas desestabilizar para que, depois, alguma «fruta» nos caia no regaço. Isso não!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Antes de avançarmos para uma outra matéria, e para terminar este grupo de questões iniciais sobre as quais gostaria de ouvir a sua opinião, é capaz de indicar-nos extensivamente quem eram as 15 entidades e personalidades que estavam agregadas no NEI?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Eram 15, e havia outras pessoas que participavam nos almoços informais, sempre em Lisboa.

Não trouxe a proposta comigo, portanto, não sei os 15 nomes de memória. Posso dizer que um deles era um administrador reformado da Caixa Geral de Depósitos (não vou dizer aqui o nome porque está na proposta, os senhores têm a proposta e ele foi identificado nas atas), era uma pessoa que, além de ser muito agradável, obviamente, estava numa área muito interessante, o capital de risco, que era uma coisa que iria ser essencial para o *bailout*, peça a peça dos ativos e passivos gigantescos, que representava o BPN inteiro como ele era naquela altura.

Depois, tínhamos uma pessoa para garantir-nos a segurança informática, que tinha a ver com alterações de programas, de *software*, de *hackers*, enfim, com tudo o que pode acontecer e tem acontecido (não vou citar nomes, porque não quero intrometer-me por aí), e que era notícia diária. Evidentemente, fomos buscar o presidente da Prológica, que é uma empresa nacional prestigiada e que tinha acabado de fazer a «rendição da guarda» de uma pessoa da família do Dr. Catroga para um novo

administrador. Evidentemente, iríamos precisar muito dessa área para nos defendermos do banditismo que estava, e está, instalado no sistema financeiro e nos ditos mercados.

Portanto, tínhamos de ter uma opção séria, quer em matéria de «teleinfocomunicações» quer em matéria probatória, para podermos estar com dignidade, com uma postura firme perante a Interpol ou a Direção Central de Combate ao Banditismo, a Polícia Judiciária Portuguesa.

A nossa intenção era entrar e limpar, separar responsabilidades, a saber: as responsabilidades dos responsáveis, o Estado português e os contribuintes, e nós. Portanto, na nossa proposta ficou bem claro, desde a primeira fase (apresentámos ao todo três propostas), que dávamos as ações em penhor, e mesmo sem ser ações em penhor...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, já vamos à proposta em detalhe. Para já, só queria abordar a composição do NEI.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Desculpe, Sr. Deputado.

Outra dessas pessoas era José Manuel Marques Fernandes, que tinha sido colega do Sr. Fernando Teles, do Banco Borges & Irmão.

Portanto, para impedir que estas mentalidades baratas, e às vezes um bocado ordinárias, do capitalismo selvagem se intrometessem numa negociação que, como sempre dissemos, era entre «David e Golias», queríamos que fosse um combate limpo, até para homenagear um Governo que tinha acabado de entrar funções, para que não houvesse logo problemas na primeira privatização. É Portugal que está em causa. Além de que o BPN é uma coisa que tem muitos zeros e, portanto, estávamos bem conscientes daquilo em que estávamos a mexer. Além do mais, a troica estava hospedada ao lado da CaixaBI, estava no Hotel Tivoli, e nós

estávamos ali ao lado... O Dr. Paulo Oliveira, curiosamente, depois até foi nomeado para delegado à troica...

Portanto, José Manuel Marques Fernandes é um funcionário bancário, que atingiu a categoria de gerente, foi uma pessoa importante e é um amigo pessoal.

Outra dessas pessoas era Pedro Pestana Dionísio, que é uma pessoa que trabalha na corretagem e no *development* num banco português. Ele pediu sempre alguma proteção ao seu nome, porque nestas coisas há sempre um bocado de retaliação, e ainda sofreu um bocado... Bem, o Pedro Pestana Dionísio também fazia parte da lista.

Depois, eu próprio fazia parte, bem como o Dr. José Luís Monteiro de Castro, um antigo colega do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), que é uma pessoa relativamente conhecida pela sua ligação às misericórdias, pela grande obra que tem feito na economia social. Foi ele quem me ajudou a redigir a parte da economia social do projeto e da proposta.

Também estava na lista Vítor Manuel Pinto da Costa, que é um empresário e que, como todos os empresários, tem altos e baixos. Tratou-me sempre bem, parece-me ser uma pessoa ética. Assinava atas e fez parte da comissão negociadora.

Faziam ainda parte da lista Francisco Cunha Reis, advogado de direito comercial, e também uma senhora cujo nome não me lembro, que é engenheira e que teve bastante experiência em tentar fazer alguns *turnaround* em empresas na área de Aveiro e do Porto, penso.

Sr. Deputado, agora não estou recordado de mais nomes, mas eles constam da proposta.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não vale a pena estar a fazer um esforço de memória. Certamente lembrar-se-á com maior facilidade quem são os quatro membros da comissão negociadora.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Os quatro membros são: Vítor Manuel Pinto da Costa, José Manuel Marques Fernandes, José Luís Monteiro de Castro e eu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, uma curiosidade: os senhores organizaram-se como frente para concorrer à privatização do BPN, no entanto, cerca de oito meses antes, tinha havido um processo de concurso público do BPN amplamente divulgado e publicitado. Não houve condições para, nessa altura, os senhores se organizarem para esse objetivo em concreto? Houve alguma razão especial para terem escolhido junho de 2011 e não terem utilizado o momento anterior, em outubro de 2010?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado Honório Novo, como razão de ciência indireta, como dizem os juristas, eu soube por conversas informais, em almoços e reuniões, que uma parte do grupo — isto é em tom de brincadeira, não há divisões nenhuma —, o grupo do

Norte, o Vítor Pinto da Costa e o José Manuel Marques Fernandes, tinham contactos em Braga, no Porto e em Aveiro (o nosso tecido nacional é esse, e os senhores conhecem-no muito melhor do que eu; é aí que ainda existe uma certa força viva), que eles diziam que tinham tido alguns contatos.

Como eles é que me elegeram como coordenador, pus sempre a seguinte condição: mesmo em conversas preparatórias, eu não iria nunca permitir que se falasse nem da SLN nem dos seus advogados. Um dos motivos por que o Francisco Cunha Reis entrou para o grupo foi este, o de se houver necessidade de ter um advogado, será um advogado interno; vou conhecê-lo e vou tratar com ele, com o Dr. Francisco Cunha Reis.

Nós não somos uma sombra, projeção, continuação, alter-ego de outras entidades. Ou somos ou não somos! E se somos, então vou pôr as regras, e as regras são estas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Portanto, não se proporcionou encontrar uma plataforma estrutural para concorrer ao primeiro concurso público.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — A razão de ciência indireta está certa, no entanto a sua pergunta não estava bem respondida.

Na razão de ciência direta, daquilo que posso dizer por ter estado presente nas reuniões, o NEI era completamente autónomo, as decisões

tomavam-se ali e ninguém se ausentava das reuniões; havia troca de *e-mails* e suportes documentais das reuniões.

Portanto, nós não nos conhecíamos como 15 na altura em que foi feita uma primeira tentativa de reprivatização, por concurso público, no tempo do Governo do Eng.º José Sócrates. Não nos conhecíamos, não existíamos como grupo. E eu, nas reuniões, nunca quis tomar conhecimento nem permiti que fosse trazida à colação alguma coisa que tivesse que ver com outros grupos ou outras tentativas que nunca tivessem vindo a público na anterior privatização.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, faça favor.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, passemos a outro momento, digamos, o momento que antecede o lançamento do concurso de 2011, isto é, o concurso por venda direta, digamos assim, a que os senhores apresentaram uma candidatura.

A primeira coisa que gostava de saber é a seguinte: os senhores foram ou não contactados formalmente por alguém ligado ao processo, designadamente pela CaixaBI, mas eventualmente por outros responsáveis do BPN, ou até ligados ao Governo, comunicando-lhes, formalmente, a existência deste processo de concurso e, naturalmente, no fundo, avisando-os de que ia haver esse concurso para que, eventualmente, os senhores se candidatassem?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Honório Novo, penso ter compreendido bem a sua pergunta e o seu alcance.

Fui eu mesmo que fiz os contactos, porque havia uma opacidade bastante grande.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Contactos com quem, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Já lhe vou dizer.

Como havia uma opacidade bastante grande... Digamos que... quase não houve meios, a não ser por telefonemas para pessoas do meu conhecimento pessoal e profissional. Não vi que houvesse uma comunicação orgânica grande, eficaz, para o concurso, para a apresentação de *letters of interest* (LOI), de manifestos de interesse. E, nesse sentido, fiz telefonemas espontâneos — telefonei para a administração da Caixa Geral de Depósitos; da Caixa Geral de Depósitos remeteram-me para a CaixaBI —, até que (suponho que foi com o Dr. Sérgio Monteiro que falei ao telefone) me disserem: «Olhe, você tem que falar é com o Dr. Paulo Oliveira, diretor de *corporate*. A administração da CaixaBI delegou nele». «Ah, ok.» — disse eu. Assim foi, e o protocolo passou a ser feito pelo Sr. Dr. Paulo Oliveira, ele tinha um assessor... E a CaixaBI veio a ser, como os senhores sabem melhor que eu, a entidade bancária do Estado que fazia as atas e os protocolos, portanto as comunicações, a verificação de poderes; fazia o protocolo e as atas das reuniões da comissão negociadora com a mesa negocial da Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro.

Não sei se respondi.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, faça favor.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, queria precisar duas datas.

Quando é que o senhor tomou a iniciativa de fazer estes contactos, digamos informais, com diversas entidades ou instituições? E, da parte da CaixaBI houve, ou não, posteriormente a esses contactos, um contacto formal escrito, convidando o NEI a apresentar uma candidatura.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Eu vou, obviamente, responder, informativamente, mas tenho de opinar um bocadinho, embora separando, e depois os senhores darão às coisas, obviamente, o valor que entenderem, com a vossa grande experiência nestas coisas.

Nós nunca fomos contactados. Nós tivemos sempre que ser autopulsionados. O desinteresse em nós era total.

Vou dar uma imagem ao Sr. Deputado — e aos Srs. Deputados da Comissão (dirijo-me a todos) — de como é que éramos recebidos. Houve uma vez em que fui recebido no *hall* da Caixa-Banco de Investimento.

Nunca solicitei nada, até que, realmente, aquilo deu um bocado de escândalo..., Às vezes eu ia ao balcão e perguntavam «qual é o seu assunto?» e eu dizia «reprivatização do BPN». Eu entregava documentos a uma secretária e a um assessor, que assinavam fotocópias, portanto, um recibo de entrega.

Depois, passámos a ser recebidos num *cabinet*, que tem um acesso controlado, pelo Sr. Dr. Paulo Oliveira. Nunca fomos contactados por nada.

Era sempre por telefone. De vez em quando havia, talvez, um *mail*, porque faltava isto ou porque faltava aquilo.

Mas, mais adiante, o Sr. Deputado e os outros Deputados que queiram fazer perguntas vão ver coisas ainda mais interessantes, como quando eu tive de consultar 12 096 páginas do processo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, faça favor.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, eu queria que o Sr. Doutor fizesse um esforço, porque senão vai-nos ser muito difícil precisar factos.

Primeiro, disse-nos que nunca foi contactado formalmente pela CaixaBI nem por nenhuma outra instituição ligada ao processo de privatização do BPN — e por «contacto formal» entendo um ofício, um *mail* — a informar da existência de um concurso e a convidar à apresentação de uma proposta. Foi isso que disse? É isto que confirma?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Confirmo que teve de ser tudo feito por nós. Eles estavam na passiva, estavam de braços caídos, tínhamos de lhes dar vida, tínhamos de ir lá falar com eles. Nunca nos foi dada nenhuma formalidade, nós é que fizemos o processo à nossa maneira.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, faça favor.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Para sua informação, nós temos documentos emanados do Ministério das Finanças que nos dão nota de que o NEI fazia parte, ou fez parte, do conjunto de 30 entidades contactadas formalmente pelo Ministério das Finanças a partir de 4 de maio. Daí a minha curiosidade.

Não é o primeiro caso que diz que não foi contactado, portanto não é a primeira situação desse género.

Finalmente, gostava que o senhor detalhasse a proposta do NEI, que nos desse os seus detalhes relativamente ao preço, condições de pagamento, trabalhadores, preço final, recapitalização e elementos de credibilidade financeira associados à proposta — estes itens, se quiser, sob este ponto de vista.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Vou separar aquilo que considero, no meu melhor espírito de independência, se é que o tenho...

As coisas afetam-nos sempre e nós não conseguimos apercebermos de tudo. Mas, dentro do meu melhor espírito de independência, por respeito pelo órgão de soberania e pela lei, eu começaria (precisamente para que deem desconto à minha matéria informativa) por dar a minha matéria opinativa, para que seja dado o desconto à minha subjetividade.

A matéria opinativa é esta: o *Diário Económico* publicava tudo nas páginas do jornal (a Ongoing), e eu todos os dias lia o jornal, até que, um dia, chamei o Zé Manuel e disse: «Olhe, lá mais à frente, vamos ajustar contas com esta situação, está bem? Todos os dias nos põem óleo debaixo dos pés» — através do *Diário Económico*. As declarações de um dos

concorrentes, o ex-ministro Mira Amaral, eram uma coisa... «Nós não vamos ficar afetados, porque ele tem ou as costas quentes do capital angolano ou outra coisa qualquer! Mas nós vamos manter-nos dentro da nossa humildade e dentro da nossa pequenez, ok?».

Eu exigi que, em matéria de comunicação social, houvesse um *blackout* total. E fi-los vir a Lisboa... E assim foi. A TSF e outros, portanto, dentro do seu exercício normal, já andavam muito em cima..., não sei, alguém tinha falado. E a gente disse: «Não, *blackout* total. Vamos levar isto com clareza e limpidez até ao fim, e depois falamos.»

A nossa proposta estava estruturada em três eixos: a questão da tomada do capital social (as ações, os papéis, as ações do BPN), o património ativo e passivo, qual era a gestão estratégica que iríamos propor e na parte onde, obviamente, se incluía, com ênfase e autonomia, a questão dos funcionários e trabalhadores, numa perspetiva de economia social, onde eles seriam um dos principais capitais.

Eu estudei as 12 096 páginas do BPN numa *box* digital, de acesso muito difícil. Dificultaram-me muito a vida, Sr. Deputado.

O BPN tinha 80 milhões de *cash flow*; todos os meses ia buscar 92 milhões à Caixa Geral de Depósitos a taxas de juro de 2,25%/ 2,5%. E é isto, balões de oxigénio, de soro! Nós íamos tomar conta de um doente acamado que já não andava!

Portanto, na terceira parte, na parte financeira, íamos obviamente ver estas questões do *cash flow*, os passivos escondidos, o contencioso brutal que iríamos ter com os ex-acionistas da SLN, que, na minha ótica (sou um estudioso e um investigador; toda a gente sabe que passo os dias fechado, a estudar; só gosto de estudar, com os meus grupos de investigadores...)... Pensei «eles vão cair em cima de nós e do Estado, portanto nós vamos ter

grandes batalhas pela frente, além de que a marca, a patente BPN, pode vir a ser disputada».

Portanto, constituímos uma estratégia financeira, como terceiro e ultimo tripé, muito bem montada e defensiva, repartindo — pensando nós —, equitativamente, aquilo que teria de ser pago pelos contribuintes e aquilo que iria ser pago pela geração do próprio BPN, quando estivesse nas nossas mãos. Esta é a estrutura.

O capital social, o património ativo e passivo — com realce para a componente humana, os trabalhadores (nenhum despedimento) — e a terceira parte, a parte financeira, a parte do contencioso possível, provável, internacional em matéria criminal e com os ex-acionistas da SLN, que se preparavam no Porto para depois nos saltarem em cima, como é evidente... Bem, bem... Ninguém é ingénuo, o Pai Natal não existe, portanto... E o problema da marca, o *brand*, e as suas variações de valor no balanço.

Agora, detalhando um bocadinho, não sei se o Sr. Deputado... Em relação ao capital social, oferecíamos as ações em penhor.

Comprar um banco por 40, ou 50, ou 100 milhões e não dar as ações em penhor ao seu dono... Nós sabemos que vão ser responsáveis, criminal e civilmente, por muitas das coisas, ou que pagam, porque são os pagantes, porque são os donos, dado que os outros já não existem ou fogem, já estão presos ou são insolventes...

Portanto, nós oferecíamos ações em penhora. Mais: nós oferecíamos ao Governo um lugar no conselho geral que depois alargámos para dois, sendo um para acompanhar a estratégia mensal do banco e outro para ver relatórios semanais, ver tudo, dar-lhes a conhecer tudo, para se poder fazer uma separação justa de águas entre aquilo que os contribuintes iriam pagar e aquilo que teríamos de ser nós a pagar pela geração que conseguíssemos impor dentro do BPN.

Portanto, em primeiro lugar, falei em relação ao capital social. E na última fase, em relação à parte financeira, ainda viemos a propor o seguinte: o Estado ficava fiel depositário das ações e, à medida que fossem pagando... — «nós oferecemos 10 milhões à cabeça e só na última reunião é que oferecemos um pronto pagamento, mas isso...»

Portanto, oferecíamos 10 milhões à cabeça e um prazo de três anos para pagar a proposta dos 100 milhões.

Portanto, à medida que fosse liberada a nossa dívida para com o Estado, o Estado liberava as ações. E, mesmo assim, aquelas que fossem tituladas na posse do NEI, o NEI ainda dava outra garantia: nunca assumiríamos a gestão do Banco. A gestão seria entregue a profissionais da banca portuguesas, obviamente reconhecidos pelo Banco de Portugal.

Ao contrário do nosso oponente e adversário, o ex-ministro Mira Amaral, que era tudo, era presidente do banco, era gestor, era acionista e queria gerir o outro – é um homem com uma capacidade fantástica, fiquei assustado com as 12096 páginas mas ele não fica –, que queria assumir a gestão, nós não queríamos a gestão. Ok! Isto é na parte do capital social.

Na parte do património ativo e passivo dissemos que estar a estabelecer perímetros é a mesma coisa que estar a fazer um risco na água.

Queria contar a opinião da Roland Berger, que era o auditor estrangeiro contratado pelo Estado e pela Caixa Geral de Depósitos para assessorar as negociações: eles até ficaram espantados! Ninguém pode traçar um risco na água. As coisas alteraram-se ao dia e à semana. Não há regulação financeira mundial. As réplicas do «tremor de terra» de 2008 vão continuar, com vagas cada vez maiores e mais inesperadas, não vamos fazer riscos na água, nós somos sérios.

Somos professores universitários, pretendemos ser uns cientistazinhos ou, então, somos uns vigaristas de praça pública. Não se

pode é fazer traços na água! Não há perímetro possível no BPN. Ok?! Nós ficamos com o perímetro todo. Esperamos é encontrar alguma justiça e algum amparo no Estado, já que ele fica fiel depositário das ações, e que esteja sempre connosco, e que esteja connosco sem ser responsabilizado, obviamente, no conselho geral.

Isto era em relação ao património ativo e passivo: era impossível fazer riscos na água. Isso não existe! Limitação de perímetro é uma vigarice de todo o tamanho, não sei o que é que isso quer dizer.

Na parte financeira, tínhamos uma cláusula autónoma para as variações de valor da marca BPN, conforme ela fosse sendo fustigada pelos tais ditos mercados, conforme ela fosse sendo fustigada, provavelmente, no nosso supor, pelos ex-acionistas da SLN e outros pretendentes à marca BPN. E reiterávamos que acreditávamos no Estado e no Governo de Portugal que, se cedia a marca BPN e nunca lhe tinha feito reparos nem variações de valor de monta no balanço, com as novas normas contabilísticas europeias, aceitávamos a marca BPN e iríamos mantê-la, quer para um sentimento de confiança nacional, quer para um sentimento de confiança, para um anti-contágio, para os depositantes, caso viesse a haver uma fuga aos depósitos bancários, e um sentimento de não contágio para outras ações violentas contra o BPN ou a marca BPN.

Em relação à Caixa Geral e Depósitos, pretendíamos uma garantia informal, com uma carta de conforto, que a administração da Caixa Geral de Depósitos continuaria a fazer um *cash flow* mínimo de 92 a 95 milhões de euros por mês, à taxa de 2,25, 2,5, e com um máximo de mais 1%, caso houvesse algum risco de mercado maior, para não estarmos a penalizar o banco do Estado.

Era isso o mínimo que pretendíamos. Íamos entrar numa casa que tinha cerca de – cada um diz o seu número e hoje posso dizer um – 9 000 milhões e que tinha 80 milhões de *cash flow*.

O BPN – isto para as pessoas que talvez não deem valor a isso, ou não deem importância, ou provavelmente serei eu que estou errado – era dono de 11 instituições financeiras, algumas delas sediadas fora da Europa e que poderiam ser facilmente atacadas ou reduzidas a pó, podiam ser limpas do balanço num sopro e que nós reputávamos como muito importantes. Alguns estão fora de Portugal. O BPN era dono de alguns pequenos bancos, ou banquetas, e de algumas sociedades financeiras, em Portugal e no exterior.

Portanto, era esta a última parte: a variação da marca BPN e o acesso à Caixa Geral de Depósitos – não cortarem o oxigénio ao doente acamado. Andaríamos pelo nosso pé mas com relatórios mensais e semanais para o Governo, para o Ministro das Finanças.

Mais em detalhe, na parte do património ativo e passivo, o que tencionávamos fazer era o seguinte: em geral, recorrer ao capital de risco e a algum *underwriting* mas com apoio e notificação ao Governo português por causa do historial dos passivos dos grandes aglomerados – são dezenas de instalações hoteleiras, campos de golfe, etc., é um património gigante –, e ir pouco a pouco fundando uma economia social.

Com o pouco que restava do Banco, com esse pouco da parte de liquidez que restava do Banco, fazer um banco das misericórdias, um banco balcões itinerantes, aproveitar os trabalhadores e ligarmo-nos às autarquias, à economia social, à tradição municipal, ao Portugal vivo, ao Portugal dos portugueses e dos estrangeiros que connosco vivem e colaboram, para que, entre todos, pudéssemos, então, vir a expandir para as comunidades lusófonas deste mundo. Digamos que era um plano modesto.

Em relação à defesa da proposta, não sei se querem perguntar como é que defendemos a proposta junto do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo tem a palavra.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, talvez preferisse, em alguns detalhes, em alguns aspetos muito concretos, pedir a sua confirmação, ou não, relativamente a algumas questões que vou enunciar.

Quanto ao preço final, à proposta final, os senhores propunham comprar o BPN por 121,6 milhões de euros, com um pagamento no ato da escritura de 20 milhões de euros e um pagamento do restante durante quatro anos. É isto, Sr. Doutor?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Está exato.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, tem a palavra.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Os senhores propunham não fazer qualquer despedimento, isto é, ficar com os 1580 ou 1590 trabalhadores?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, faça favor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Exatamente, Sr. Deputado. No património ativo e passivo não havia nem perímetro nem despedimentos – os trabalhadores fazem parte.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, faça favor.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sobre o perímetro e para clarificar, isso significava que a vossa proposta de aquisição incluía a compra de todos os imóveis, incluindo agências, implicava, ou não, a compra de todas as entidades que hoje estão nas chamadas «Par», e implicava, ou não, a aquisição dos ativos sediados na Parvalorem?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, faça favor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, a resposta é: não estou certo. E agora vou dizer-lhe em que é que posso ter alguma dose de certeza.

Penso que já havia, em julho, transferências, mas não sei se estava havendo ou não, calmas e silenciosas (com isto não estou a adjetivar nada), passando uma ou outra coisa para entidades semi-públicas, digamos assim – a Parpública, a Parvalorem...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não são semi-públicas, são mesmo públicas!

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Pois, o capital é público, eles têm conselho de administração.

Portanto, nós não estávamos bem certos, depois de ler aquelas páginas todas na *digital box* e como havia uma certa opacidade... Enfim, a certificação da sociedade auditora e esses documentos de entidades independentes provavam que o BPN estava intocado, o Banco, mas como já havia essas sociedades, nós não tínhamos essa informação.

Havia notícias nos jornais (de pessoas políticas e depois houve a transição governamental) de que alguns ativos tóxicos (foi assim que se designou, suponho, posições ativas, créditos do BPN sobre entidades e pessoas) estariam a ser passados, mas nós não tínhamos notícia disso.

Evidentemente, penso que, humanamente, das 12 096 páginas da *digital box*, provavelmente, alguma me terá escapado e, por isso não posso dar a certeza absoluta aos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, tem a palavra.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Os senhores consultaram o *data room*. No *data room* não estava clarificada e informada, em detalhe, a situação das chamadas entidades veículos, as chamadas «Par», a Parvalorem, a Parpública e a Parups, ou seja, o que é que lá estava, ou não?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, faça favor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — A verdade corta para os dois lados, corta contra mim e contra o NEI... Evidentemente, esse foi um dos motivos por que sem uma sociedade anónima não seria possível continuar. Éramos quatro pessoas a estudar o *data room* e era muito difícil, muito difícil. Quando se diz que era muito difícil, não vale a pena estar desculpar-me com mais ou menos horas de sono... Era muito difícil, aquilo

estava numerado e codificado e era preciso consultar três e quatro páginas ao mesmo tempo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, faça favor.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Como é que aparece o nome do Dr. José Eduardo Bettencourt na vossa proposta?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, faça favor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Assim que o nome foi posto em cima da mesa negocial, na sede da Caixa Geral de Depósitos (sendo a CaixaBI que fazias as atas e os protocolos, e estava presente também a Roland Berger, que era a auditora contratada pela Caixa Geral de Depósitos e pelo Estado, e as pessoas não devem desconfiar de ninguém), de facto, no dia seguinte, a primeira página do *Correio da Manhã* era o José Eduardo Bettencourt a demarcar-se. Depois de termos dito que embora houvesse um *gentlemen agreement* e um clima agradável, podia haver uma transição no cargo dele (e ele iria pôr, evidentemente, determinadas condições, que as pessoas, nós, iriam aceitar) e as condições financeiras tinham de ser condignas com a proposta.

Não se pode fazer uma proposta de tipo nacional, favorável ao interesse público, quase que paritária com o Estado e de economia social e depois ter ordenados fabulosos, *put options* ou coisas desse género.

Portanto, essas coisas não tinham sido discutidas com o Dr. José Eduardo Bettencourt. Evidentemente que ele, por qualquer motivo, tinha contactos com outras pessoas do NEI – ninguém sabe tudo, só Deus é que

sabe tudo. Mandeí uma mensagem de conforto ao Dr. José Eduardo Bettencourt.

Acho que há aqui um esclarecimento, que é normal (as pessoas já devem pensado que não há aqui nada de escuro): éramos todos do Sporting, essa é que é a verdade, e havia aqui uma grande amizade. A maioria das pessoas era do Sporting, aqui, em Lisboa... Portanto, estas coisas foram uma parte fraca, temos de dizer a verdade, a verdade corta para todos os lados e, portanto, tem de cortar contra mim.

A nossa proposta era frágil nesse aspeto. Como é que um doente acamado pode contratar um grande corredor... Era difícil.

Estou em crer, pelos telefonemas e conversas a que assisti, que havia uma amizade e uma vontade de «cavalgar em sela própria» por parte do Dr. José Eduardo Bettencourt. Ele era amigo pessoal das outras pessoas, por causa dessas coisas do clubismo e do desporto; eu não, mas estou em crer que era sério.

Aí podemos ter ficado um bocado desacreditados, mas isso já é matéria opinativa, não interessa nada para a história. A verdade é que o Dr. José Eduardo Bettencourt desmentiu isso nas páginas do *Correio da Manhã*.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, faça favor.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Desmentiu o facto de os senhores terem avançado a apresentação do nome do Dr. José Eduardo Bettencourt como responsável financeiro do projeto? É isso?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, faça favor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, a sua pergunta deixa-me um bocadinho confuso. Vou regressar às minhas próprias palavras para não me concentrar nas suas.

Digamos, depois de o nome ter sido..., depois de muito pressionado: «Mas, então, os senhores não querem assumir a gestão? É uma entidade estrangeira? Mas quem é? Os senhores vão alienar a gestão? Mas como é que é?». Então, realmente havia ali alguns nomes do NEI, e nós pusemos em cima da mesa dois nomes.

O do Prof. Doutor Carvalho das Neves, com quem estivemos a conversar e que nos disse logo: «Podem dar o meu nome porque, obviamente, penso que vocês são pessoas de bem e eu gostava, eu estive lá, no BPN, mas tenho um convite deste novo Governo para assumir uma coisa importante, e as amizades pessoais também pesam. Eu já disse que sim e, portanto, quando entrasse em funções, depois tinha de sair. De maneira que, agora, vocês vejam lá!». Está bem.

O outro nome que pusemos em cima da mesa era o de José Eduardo Bettencourt. No dia seguinte, sai a notícia e ele teve de desmentir. Não sabemos o que se terá passado no Santander, nem temos de saber. Portanto, assumimos isso como uma derrota normal na opinião pública. A verdade é que uma faca corta para todos os lados, temos de aceitar esse golpe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, uma última questão prende-se com o seguinte: as quatro propostas candidatas foram analisadas por uma comissão de análise, construída no âmbito da CaixaBI, e para a negociação final foi escolhida apenas uma candidatura, a candidatura do Banco BIC. Queria saber, entre a apresentação da candidatura inicial, no

dia 20 de julho, e o momento em que a negociação final ocorre só com o BIC, o que é que vos foi comunicado sobre o processo de candidaturas; isto é, se vos foi comunicada a exclusão da vossa candidatura e quando.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Os senhores, que são os representantes da nossa Nação, sabem que as coisas que nos dizem pessoalmente respeito parecem que assumem uma grande proeminência histórica. Não assumem nada, é projeção pessoal. Quer dizer, nós é que nos sentimos — dói, não é?

Obviamente, não fomos objeto de nenhuma comunicação. Penso que o *e-mail* da Sr.^a Secretária de Estado, que nos recebeu *in extremis*, num sábado de manhã, foi prova de boa vontade. Mas, pese embora se trate de uma pessoa bem-educada e cordial, tratou-nos com descaso e marginalidade. E quando foi acompanhar-nos até ao elevador, nesse último sábado de julho, disse-lhe: «Sabe, a vida dá muitas voltas e nós vamos querer uma resolução por escrito».

Nós nunca fomos objeto de uma resolução por escrito, daí termos feito uma conferência de imprensa, claramente de protesto, no Hotel Ritz, onde estava muita gente e jornalistas da parte da televisão, e eu dei por esgotado aí o meu aparecimento em público, dizendo que não tinha sido vertido em resolução de Conselho de Ministros e que, portanto, nós não estávamos afastados nem tínhamos recebido nenhuma comunicação, que iríamos continuar à espera de uma comunicação, que queríamos uma fundamentação e uma resolução do Conselho de Ministros.

Portanto, foi isto que se passou.

Nos primeiros dias de agosto, foi nessa conferência de imprensa onde, em nome do NEI, e tendo ao meu lado o Dr. José Luís Monteiro de Castro, protestámos precisamente pela falta de decisão, de fundamentação e, mais tarde, de uma resolução do Conselho de Ministros.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Só queria saber o seguinte, para precisar: entre o dia 20 e o dia 31 de julho, os senhores não receberam nenhuma comunicação formal a dizer assim: «Os senhores estão excluídos da candidatura. A vossa proposta não está a ser considerada». Receberam ou não receberam formalmente, neste período de tempo, alguma comunicação?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, entre os dias 20 e 31 de julho, houve duas reuniões negociais. A última foi num sábado de manhã, salvo erro, no dia 30 ou 31 de julho, mesmo no último dia (a Ongoing, através do *Diário Económico*, estava sempre a dizer que aquilo era assim, e parecia que era verdade, quer dizer, que tinha de ser até ao fim do mês). Então, fomos reunir num sábado de manhã, fomos fazer o teste da boa vontade.

Portanto, não houve resolução nenhuma, nem até 31 de julho nem depois dessa data. Nem houve nenhuma comunicação escrita.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, bem-vindo a esta Assembleia e a esta Comissão. Tenho poucas perguntas para lhe fazer, mas gostava de começar com uma que tem a ver com a forma como este negócio da venda ao BIC decorreu. O Sr. Doutor disse aqui que teve ameaças à sua vida e eu gostava que explicasse melhor essa sua afirmação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado Basílio Horta, tenho muito gosto em revê-lo. Já tinha estado, em tempos, com o Sr. Deputado Basílio Horta, que é uma pessoa que, pessoalmente, tenho admirado pelo seu percurso político. Quero dizer-lhe isto, com toda a abertura, no órgão da democracia que é a Assembleia da República.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Muito obrigado, Sr. Doutor, Também tenho muita consideração por si.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Ora bem, como tinha um bocadito de trabalho como investigador na Lusófona, decidi montar ali a minha «banca», onde recebia as pessoas, e fazia-o com uma grande abertura: deixava o carro aberto, deixava o computador aberto, os papéis em cima da mesa. E havia um colega que estava sempre a marcar-me: «Tu devias ir fazer uma conferência à Academia Militar». E eu perguntei: «E porque seria isso?». Disse-me: «És uma pessoa muito importante», ao que respondi «não me parece, não me parece. Eu nasci comercialista e vou morrer comercialista, e não passo disto».

Como esse colega insistia na ideia, perguntei-lhe: «Mas tu és professor na Academia Militar?». Respondeu-me: «Sou, sou». Questionei-o: «Acha que eu sou um especialista em assuntos militares?», ao que me disse: «Mas eles têm interesse!» — e eu: «Ah, sim?». E acrescentei: «Ó colega, quer dizer-me mais alguma coisa?» Disse-me: «Eu estou muito ligado ao processo do BIC e fazia lá falta assim uma pessoa como tu». «Então, vamos fazer assim:... — respondi — «... mandas-me uma convocatória da Academia Militar em papel timbrado, depois dizem quanto pagam pela conferência e qual o tema, e eu vejo se é da minha área, ou não». Quer dizer, o mundo da universidade não é como o mundo dos negócios, onde toda a gente percebe de tudo! Tive um bocado de respeito.

Depois, esse colega passou a acompanhar os meus trabalhos e a minha vida universitária bastante de perto, bastante de perto, e convidou-me mesmo, formalmente, para aderir ao BIC. Disse-lhe: «Olhe, eu até já perdi o cartão do Sporting». Ele respondeu-me: «A malta, aqui, é toda do Sporting. Como tu vês, estas pessoas são todas do conselho superior leonino, isto é tudo do Sporting. Tirando o Vítor Pinto da Costa, que, pelo nome, diz logo o que é, que é um bom rapaz». Disse-lhe: «Eu não mudo de clube. Quer dizer, não é a minha maneira de estar nos negócios», e ele reagiu, dizendo: «Olha que devias mudar de opinião».

Mais tarde, outro colega disse-me: «Olha que tu corres grande risco». Perguntei-lhe: «Mas grande risco como? Eu não ando depressa, ando só a 60 km/h». Respondeu-me: «Não, mas estás em grande risco. Perdes o emprego e dão cabo da tua vida».

«Olha, vou explicar-te uma coisa:...» — respondi — «... eu vejo novelas e gosto muito de Sociologia, aliás, são meus colegas. Também eu ensino na Faculdade de Ciências Sociais, estou com eles já há 15 anos e há mais de 20 anos que estou com os colegas de Direito. Sociologia, para

mim, é como quem bebe copos de água, todos os dias gosto de aprender. Agora, não estou a ver qual é o risco que estou a correr». O meu colega insistia: «Mas olha que corres muito risco», e eu: «Está bem!».

A esposa do reitor, do Doutor Mário Moutinho, veio ter comigo a correr e disse-me: «Ai, Jaime, ainda bem que te encontro!». Perguntei-lhe: «Então, o que é que se passa?». E ela disse: «Então, estás aqui à porta, sozinho?». «Estou, estou à espera... Essa gente do NEI vem almoçar, para aqui um carro, eu entro...» — respondi. Ela disse-me, então: «Ah, não! Tu não podes estar parado aqui no passeio, à espera que um carro passe. Isso é muito perigoso para ti». Disse-lhe: «Não estou a ver em quê, ó Manuela». E ela insistiu: «Não, mas é que tu corres riscos, e o perigo vem do SIS, sabes?». E eu: «Vem?! Então, isso é para salvar a República, isso é bom para a nossa Nação». «Não, não, mas tu corres muitos riscos,...» — repetiu — «... ouve, eu sou tua amiga e estou aqui para te dizer, isto é um recado do reitor. É uma situação gravíssima a que estás a correr». E eu disse: «Mas tu és minha amiga, ó Manuela, és minha correspondente eletrónica». E ela concluiu: «Mas olha que não é o que tu pensas. Tu és muito aventureiro, tu retira-te...». E por aí fora.

Houve pessoas que falaram com a minha mulher, era tudo muito perigoso...

Um dia, estava no pátio, já tinha entregue a proposta no dia 20 de julho — vejo aqui pessoas que conhecem bem a Lusófona, onde o pátio é uma ‘instituição universitária’, a malta gosta de andar por lá —, estava um calor abrasador, era julho, e eu ia pela sombra, encostado ao prédio. Ia por ali fora e, então, vejo oito indivíduos, todos vestidos assim, mais ou menos como o meu fato, mas um pouco mais escuro, só que eram um bocadinho mais altos do que eu e largos e vinham de cabeça rapada. «É uma empresa de segurança, coisas normais», pensei. Não é preciso ser formado em

Sociologia para saber que era uma empresa de segurança. Mas eu ia encostado e, então, iam-me fazendo barreira no pátio para eu ter de passar pelo meio deles. Pensei: «Não há problema nenhum» — e passei pelo meio dos homens. Porque é que não havia de passar pelo meio dos homens? E passei. Então, um deles disse: «Toma cuidado!». Fiz de conta de que não era nada, agarrei no telemóvel e fui falando sempre.

Depois, outras pessoas ligadas ao NEI, disseram: «Nós estamos a ser muito pressionados e podemos perder os empregos». Respondi: «Então, vamos fazer aqui um teste, vou falar com uma das pessoas que eu reputo importante neste projeto, porque é de uma associação que tem mais de 300 000 sócios, que é a ARESP (que tem, aliás, revistas na entrada da Assembleia da República), vou falar com o diretor-geral, que foi sempre a pessoa que nos apoiou, o Dr. José Manuel Esteves. Ele está muito choroso, por causa de ameaças do IVA». Então, fui falar com ele e levei comigo uma pessoa do NEI, e ele disse: «Ah, também já me têm feito telefonemas arrasadores. Não sei como isto vai ser, diz que convocam uma assembleia geral para a gente se retirar do NEI. E o ex-Ministro Mira Amaral também já me telefonou, a dizer que tenho lugar no BIC». Eu respondi-lhe: «Ó José Manuel Esteves, isso são métodos de capitalismo selvagem, pá! Vamos lá ver o seguinte: a gente quando joga à bola é para meter golo, mas só lidamos com os nossos homens. Ameaças de balneário e bocas, quer dizer... Isso é antideontológico! Que idade é que você tem? Ou, então, tenho de lhe comprar um cão! Vamos lá a ver, é um problema deontológico ou é um problema político?»

Ele não se zangou comigo, e eu continuei: «Ouça, as propostas estão assinadas e estão entregues. O meu amigo quer retirar-se do processo?». Respondeu: «Não, eu sou o diretor-geral, estou só a dizer isto porque estou um bocado esmorecido» — estava esmorecido porque recebeu um

telefonema do ex-Ministro Mira Amaral. «Mas é que eu sou amigo dele», acrescentou. E eu disse: «Isso é uma coisa em que você devia ter pensado antes».

Não quero entreter os Srs. Deputados com coisas de lana-caprina. A sério, Sr. Deputado, isto não é matéria digna. A minha mulher pediu-me, insistentemente: «Não queiras mais publicidade». E eu fiz-lhe a vontade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Isso tem a ver com a forma como decorreu a venda ao BIC e, portanto, essas suas afirmações têm relevância, uma vez que o Sr. Doutor vem dizer aqui que, no fundo, as ameaças que sofreu era para sair do NEI e apoiar o BIC.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Exatamente!

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Portanto, houve ameaças físicas que lhe foram feitas para o Sr. Doutor tomar uma decisão, que era a de sair do NEI e apoiar o BIC. Isto é assim?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Ameaças à vida, foi o que foi dito aqui. Não foi o que disse, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Eram pessoas que, para se exporem a este ridículo, estavam mesmo aflitas.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Com certeza!

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — As pessoas expunham-se ao ridículo para me dizerem coisas dessas. Achavam que eu estava ali como um passarinho para ser frito: «Temos de avisar este sujeito, porque ele não está bem a ver quantos apontadores tem apontados para ele. E, além do mais, vai perder o emprego». Quer dizer, tudo isto é desagradável, e vieram avisar-me.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Podia, realmente, resultar esta ideia de o BIC querer estar sozinho, de não querer concorrência.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Foi um comportamento muito imperial, devo dizer.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Um comportamento imperial?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Ele entrava e saía do Ministério das Finanças sem marcar reuniões — foi o que os funcionários nos disseram quando estávamos na sala de espera. A Ongoing publicava tudo nos jornais. Mas como é que isto é possível?! Mas publicam a nossa proposta no jornal como? Eu posso ser preso! Durante três anos não posso falar da proposta. Em relação aos senhores, como órgão de soberania, é diferente, podem mandar-me falar e eu tenho de falar. Mas as pessoas têm de ser conscientes do que está na lei e das suas obrigações, e eu não posso revelar a proposta. Esse foi um dos motivos pelos quais a minha mulher me

disse: «Desliga das televisões e dessas coisas. Mais notícias, mais coisas, não!».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Agora, entrando um pouco no processo, o Sr. Doutor falou na sua disponibilidade, que a sua proposta foi de 10 milhões em dinheiro, e depois em *tranches*. Mas, Sr. Doutor, qual era a proposta final que tinha feito? Ou seja, sabemos dos 10 milhões, sabemos das *tranches*, mas qual era o valor global da proposta que, nessa altura, foi apresentada?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado Basílio Horta, na reunião de sábado, digamos que as marcações ao jogo estavam feitas assim: o Dr. Norberto Rosa estava à minha frente, a Sr.^a Secretária de Estado tomava conta, digamos, de mim e do Dr. Monteiro de Castro, por causa das questões da economia social, à qual ela era muito sensível porque é do CDS — e acho que o Dr. Monteiro de Castro também. Portanto, estavam a tomar conta da conversa. Mas, embora a conversa fosse ordenada, havia também uns particulares entre o outro ramo da comissão negociadora que estava mais à ponta, que era encabeçada pelo Sr. Dr. Pedro Cardoso, penso que vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos (que já lá não está, foi para Macau), em que estava um representante da Roland Berger e quem estava a fazer a ata, que é sempre o Dr. Paulo Oliveira, da Caixa-BI — estavam lá, à ponta. Às tantas...

O problema é este, e peço desculpa por dizer isto, mas a verdade é uma faca que corta para todos os lados, como sabe melhor do que eu. Corta contra nós... A verdade é impiedosa, corta para todos os lados, não conhece ninguém.

Nós já tínhamos abdicado de ver uma ata das reuniões, porque eles não faziam atas — «Ah, a CaixaBI é que faz as atas!». Fui ter com o Dr. Paulo Oliveira e ele disse: «Epá, mas eu tenho de fazer, isto, aquilo e aqueloutro. Então, você não sabe o que é que se passou?». E eu respondi: «Ouça, vamos lá a ver o seguinte: nós queremos as atas e o Sr. Doutor é uma pessoa tão agravável...» — nas primeiras vezes, ainda fui recebido no *hall* e ele trouxe-me para um *cabinet*, uma coisa reservada — «Oiça uma coisa:...» — eu trouxe uma coleção de jornais do *Diário Económico*, tudo sublinhado por mim e a cores — «...está a ver isto? Eu vou ter que fazer contas com isto, sabe?».

Não fazer atas e, depois, de resto, *all of a sudden*, o NEI não é credível?! Quer dizer, isto é difamatório. Eu nunca esperei isto da Sr.^a Secretária de Estado, que é uma senhora a todos os títulos, uma pessoa muitíssimo bem-educada, uma pessoa muitíssimo agradável.

Mas, primeiro, não fizeram atas. Evidentemente — eu sei que o Sr. Deputado é um grande comercialista, a quem presto homenagem —, quando não há uma ata, ficamos sujeitos a que, depois, cada um venha cá para fora dizer o que quer. Isto não é um almoço de negócios, onde cada um se levanta da mesa e diz a mentira que quer cá fora, qual delas a maior, como os caçadores e os pescadores. Isto não é uma reunião de caçadores e de pescadores! Além de ser uma reunião comercial, é com o Estado! Tem de haver uma ata, mas nós não temos atas! Eles que provem que nos mandaram atas.

Portanto, a reunião de sábado, 31 de julho, foi uma manifestação nossa de boa vontade e para provar à Sr.^a Secretária de Estado que, pese embora a nossa delicadeza e fraqueza,... E fraqueza! Isto é «David contra Golias», como disse no Hotel Ritz, e é! Mas, de qualquer maneira, temos de ser dignos, porque estamos a falar de um concurso público.

Agora, não fazem atas e depois dizem: «O quê? O NEI? Não é credível». Bem, quando ela disse isso na Assembleia da República, tive de ser travado por outras pessoas para não voltar às lides — e este é um dos motivos pelo qual não quero voltar às lides destas coisas do NEI. Quer dizer, em concursos públicos assim, não!

O Governo era recente, era a primeira reprivatização e, portanto, nós temos que ter a noção da nossa dimensão. Eu não ia servir qualquer tipo de interesse para fazer, digamos assim, «tempestades num copo de água», armado em grande e importante. Não sirvo para isso.

Agora, não houve atas e depois, na Assembleia da República, não sei se foi aqui, nesta vossa sala, mas foi na vossa Casa, que é esta, que é a Casa da democracia – disse que nós não éramos credíveis?! Isto é altamente desprestigiante. Mais: ela não precisava de fazer isso, a menos que (e isto, agora, já é uma conversa mais entre juristas) se sentisse na obrigação de dar uma explicação de qual era o motivo por que tinha violado a lei. Porque é que não fez a resolução do Conselho de Ministros até 31 de julho como está na lei que foi proposta pelo Governo Sócrates e que era aquela que lá estava? Não se pode alterar as regras de um concurso, como não se podem alterar direitos subjetivos consolidados.

Direitos subjetivos consolidados! Estamos a brincar?! Então, mas isto é um concurso e, agora, a meio do campeonato, toma lá outra regra?! Nós, evidentemente (está aqui um Sr. Deputado que sabe que é verdade), viemos queixar-nos aqui, ao Grupo Parlamentar do CDS, e fomos

muitíssimo bem recebidos. Fizemos as nossas queixas, os nossos amargos, trouxe uns jornais e tal. Fomos muito bem recebidos, as nossas queixas foram feitas e, pelo menos do ponto de vista democrático e do ponto de vista da participação política, acho que fizemos a nossa obrigação.

Neste sentido, acho que esta minha explicação, este desagravo tinha de ser feito. Primeiro, alteraram as regras do jogo a meio do jogo; segundo, não puseram cá fora uma resolução do Conselho de Ministros; terceiro, parecem uns miúdos a jogar à bola, quando perdem chamam nomes. Então, não somos credíveis?! Mas só depois é que não somos credíveis? Não somos credíveis...

Ainda há outro aspeto: tentámos contactos com outros concorrentes e não nos foi fornecida qualquer espécie de contactos para tentarmos, digamos assim, uma opção *B*, um consórcio com outras instituições que tinham alguns lampejos de economia social — esse banco brasileiro que nós estivemos a estudar tinha vários problemas. Pois, toda a gente tem problemas, não há ninguém que não tenha problemas. Só Deus é que não tem problemas, porque não é deste mundo; de resto, até os santos têm problemas em passar a pecadores!

Portanto, realmente foi bastante deselegante. Não estava à espera.

Depois, houve alguns órgãos de comunicação social que vieram ter comigo e que disseram: «Olhe que há aqui mandados importantes contra vocês.» Portanto, além da ameaça ao meu emprego, além da ameaça à minha vida, além de cercarem os meus colegas e a minha mulher, depois ainda houve uma ameaça da comunicação social, que era esta «Há outros jornalistas que não são da mesma opinião e que podem vir ter consigo.» E eu recebi toda a gente: no pátio da Lusófona, tudo... É assim: «Não fazem imagens e falo em *off*. Perguntem tudo o que quiserem.» Respondi sempre a tudo, tudo! À SIC, TSF, TVI, RTP, a tudo! Tudo, tudo, tudo quanto

quiseram, até havia um que era correspondente estrangeiro. Tudo! Mas em *off*: «Eu não quero que publiquem rigorosamente nada. Informo e os senhores vão ouvir outras versões, outras histórias para outro lado.»

Portanto, acho incrível alterarem as regras e acho incrível dizerem que nós não temos credibilidade.

Enfim, há pessoas muito capazes, que têm um banco e depois querem ter outro, que gerem um banco e depois gerem dois, gerem três... Não sei! Estamos à espera de outro setembro de 2008, de outro Lehman Brothers? Não sei. Quer dizer, é ter muita capacidade ou voragem. Não sei: ou capacidade ou voragem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Pelas declarações do Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, parece que, realmente, não tinha credibilidade, mas tudo fizeram para o afastar da corrida.

Diga-me uma coisa: quantas reuniões? Esta reunião foi no sábado. Esta foi a última, foi a primeira?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Foi a última, foi no sábado.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Foi a última reunião. Mas teve mais reuniões? Teve, por exemplo, reuniões com o Dr. Francisco Bandeira?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Não. O Presidente do BPN, o Sr. Dr. Francisco Bandeira, nunca esteve. O BPN fazia-se representar por uma ou duas pessoas. Ora, salvo erro, era o Dr. Pedro Lourenço e o Sr. Dr.... Agora, não me recordo o nome.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Não seria Lourenço Soares?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Não sei se era Pedro. Era Lourenço, penso que era Lourenço. E o outro senhor que era administrador do BPN também esteve presente nas reuniões...

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Norberto Rosa?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sim.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Portanto, com o Governo, só teve uma reunião, que foi esta reunião de sábado. Não teve mais nenhuma?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — A memória falha-nos, isto é embaraçoso.

Não. Eu iria jurar que houve duas, a última das quais num sábado, num esforço final onde nós aumentámos a proposta, prescindíamos dos putativos ou supostos 800 milhões de reforço, reduzindo bastante o esforço do Estado e diluindo-o por mais tempo, e tornando o Estado o fiel depositário das ações, digamos, quase que um dono, fideicomissário delas — à medida que nós fossemos pagando é que iriam ser libertas e, mesmo assim, empenhadas ao pagamento do resto da dívida.

Foram estas as alterações de sábado.

Como não havia atas, o Dr. Vítor Costa e o José Manuel Marques Fernandes, lá na ponta, fizeram uma proposta que nunca ficou escrita: 100 milhões pagamos a pronto, e o resto... Mas eles nunca fizeram a ata disso. Eu estava cá, à ponta, e vi que já era um bocado... Desculpem o termo, não é falta de respeito por vós, de maneira nenhuma, mas penso que as pessoas estavam um bocadinho de cabeça perdida. A sério.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Quais pessoas?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Quer dizer, tínhamos de fazer uma proposta e eu disse: «Vamos lá ver: nós enviámos para a caixa eletrónica. Quem tem o protocolo é a CaixaBI, o Dr. Paulo Oliveira. Isto foi sexta-feira à noite, hoje é sábado de manhã, a proposta está impressa e está aqui. Se fizer uma ata desta reunião, por amor de Deus!, estamos a alterar aqui. Então, quer dizer, há duas propostas...?»

Não sei se estavam a tentar ridicularizar-nos ou se não sabem o que é uma negociação. Pode haver últimos lances, c'os diabos! Acho que pode haver últimos lances, e o último lance do Vítor Costa e do Zé Manuel Marques Fernandes, que estavam lá e que, depois, olharam para nós, tipo a sentir-nos... E eu disse: «Olhe, só se o Dr. Monteiro de Castro concordar», porque era a pessoa mais conservadora, no excelente e ótimo sentido da palavra «conservadora», no sentido de prudente, e era o mais velho. «Só se ele concordar» — disse eu. «Ó pá, concorda! Já estou por tudo». Também já estava um bocadinho de cabeça perdida, porque a nossa conversa de economia social não era ouvida, o Norberto Rosa fazia um bocado troça daquilo e tal: «O BPN? Economia social?! Vocês sabem o tamanho daquilo?». Bem, são expressões que não se usam em negociações governamentais, mas... Se calhar, ele pensava que era a primeira vez que

eu pisava os tapetes das Finanças, ou coisa assim — não sei. Senti assim um bocado de desprezo, mas isto já são coisas subjetivas.

Já estava tudo um bocadinho de cabeça perdida, de maneira que, realmente, contive-me em relação ao Norberto Rosa e embarquei na conversa que estava na outra ponta da mesa, e disse: «Eu apoio também, mas façam favor de tomar nota», e fiz sinal ao Paulo Oliveira, dizendo: «O Vítor Costa está a fazer uma proposta de última hora, que é um bocadinho diferente da que está em cima da mesa por escrito». «Sim? Então, pagamos 100 milhões a pronto. Vamos combinar aqui a data de dilação da escritura, ok?». «Então, se isto é assim... Mas queremos o BPN todo e não queremos despedimentos. Podemos fechar uma delegação, mas fazemos balcões itinerantes», que era a proposta de economia social: pomos os balcões itinerantes a passear pelas autarquias, pelas misericórdias e outras IPP etc., etc. — coisas que estão na proposta e que os senhores podem ler.

Mas já estava tudo um bocadinho de cabeça perdida.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Duarte Pacheco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Portanto, cronologicamente, vamos ver as propostas que foram apresentadas.

Há uma proposta de 10 milhões de euros a pronto, depois completada por *tranches*. No entanto, nessa primeira proposta, o Sr. Doutor não disse qual era o volume global.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, penso que está aí, na proposta. Penso que são 76 milhões.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — 76?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, penso que sim. É o que está na proposta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Não vi.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Depois subiu para 100 milhões e, mais tarde, para 121 vírgula qualquer coisa...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Acho que são 106 milhões!

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sim, 106. Peço desculpa.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Portanto, há 10 milhões dados a pronto e há depois, então, um conjunto de *tranches*, que dá 76 milhões.

Depois, esta primeira proposta evoluiu?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Evoluiu até ao montante que o Sr. Deputado Honório Novo há pouco citou de 121,6 milhões

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Nas mesmas condições, com os 10 milhões iniciais e o restante em quatro anos?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Exatamente.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Portanto, a proposta de 10 milhões e dos 76 milhões, depois, evolui para 121 milhões em quatro anos, com o pagamento de 20 milhões à cabeça. E a última proposta, então, é de 100 milhões a pronto pagamento, não é verdade?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Verbal, não houve ata. Nunca fomos notificados.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Doutor, isso é importante. Foi verbal, mas a Sr.^a Secretária de Estado ouviu esta proposta, ou não?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Portanto, nós, do lado de cá da mesa, calámo-nos e ficámos a ouvir o debate entre o Sr. Dr. Pedro Cardoso, o administrador do BPN, o Dr. Paulo Oliveira e a parte da comissão negocial que estava mais para lá. Eu e o Dr. Monteiro de Castro calámo-nos para que, realmente, a conversa se centrasse sobre esse aspeto.

Era sábado, e nós julgávamos que as regras eram para cumprir. Portanto, era sábado e já não tínhamos hipótese de fazer a proposta por escrito, fizemo-la verbalmente, pensando «há de haver uma ata e, depois, iremos trabalhar». Assim não aconteceu.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — O que significa que há uma negociação entre o NEI e o Governo, que se prende em duas reuniões — por exemplo, o Montepio só teve uma. Portanto, para uma proposta que não tinha credibilidade nem exequibilidade, o Governo ainda dedicou algum tempo em negociar, etc. Porque é que o Sr. Doutor acha que esta proposta dos 100 milhões a prazo não foi considerada? Porquê?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Não, não há, ninguém disse isso! Está a fazer confusão!

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Este aparte é esclarecedor. Diz o Sr. Deputado que não há nenhuma proposta de 100 milhões, a prazo.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Não, não há!

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — No sábado, salvo erro, não sei se seria dia 30 ou 31 de julho — para nós, seria o último dia útil do prazo do concurso, que era o dia 31 de julho. Portanto, seria o último dia útil e, digamos, quase que por favor, porque, enfim, trabalhar ao sábado... Mas a Sr.^a Secretária de Estado abriu as portas do Ministério das Finanças e lá estivemos.

O que foi feito foi uma proposta verbal do Dr. Vítor Costa...

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — 100 milhões a pronto? Mas era a pronto?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Ele disse que era a pronto.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco) — Estou com alguma dificuldade, porque reconheço... Compreendo, porque já senti a mesma vontade de intervir, mas vamos respeitar a vez do Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Só espero que o Dr. Jaime Santos não saia daqui com ameaças à vida, também.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — De todo!

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Foi brincadeira, como é óbvio. Então, houve uma proposta verbal de 100 milhões de euros a pronto?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sim, verbal.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — E que a Sr.^a Secretária de Estado ouviu?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Claro! A mesa não era assim muito grande, Sr. Deputado!

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Isso é realmente importante.

Sr. Doutor, diga-me uma outra coisa: o grupo que integrava que liquidez é que tinha? Que dinheiro é que tinha disponível para este negócio? Estou a referir-me não a crédito, mas a disponibilidade de dinheiro.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Nunca fomos obrigados a fazer prova de fundos. Estávamos a preparar-nos para isso, mas nunca nos foi solicitado. Foi uma das minhas *démarches* liminares. Antes de entregar o manifesto de interesse, a LOI (*letter of interest*), como se faz em qualquer negócio, que, por acaso, foi o primeiro a ser entregue — era um documento simples, de duas, três páginas —, perguntámos se íamos ser obrigados a fazer prova de fundos. Eu disse: «Olhe, do ponto de vista jurídico, é uma associação sem personalidade...». «Não, não, não, o concurso não obriga, os senhores, se quiserem, fazem» — foi dito. E nós nunca fizemos prova de fundos, nunca nos foi exigida uma prova de fundos, uma sociedade, um respaldo, uma carta de conforto, um banco, uma entidade financeira, uma declaração de uma sociedade anónima, um *offshore*. Não, nunca fizemos prova de fundos.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — A verdade é esta: quando se faz uma proposta de 100 milhões, a pergunta é essa. Podem não ter feito prova, mas o Sr. Doutor saberia se havia recursos disponíveis para pagar este montante

ou não — aqui reside um aspeto importante. Pode formalmente não ser necessário fazer prova, mas — e a pergunta é esta — haveria esta possibilidade financeira de pagar 100 milhões de euros a pronto? Se sim, pergunto qual era o montante que o grupo teria e qual era aquele que eventualmente teria de se financiar para o efeito.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Eu não tinha conhecimento disso. Por isso, disse da outra ponta da mesa: «Não posso acatar esta proposta do Dr. Vítor Costa e do Marques Fernandes. Só se o Monteiro de Castro for nisto».

A razão é muito simples: o Monteiro de Castro é que era o amigo pessoal do presidente da Prológica e do ex-administrador da Caixa Geral de Depósitos, digamos assim; na gíria do grupo, o homem do capital de risco. E disse-lhe mesmo — e o Norberto Rosa ouviu: «Eu nunca faria essa proposta. Se é para ganhar, não precisávamos...» Mas, pronto, eu talvez seja um académico ou um teórico. Eles são mais homens de negócios e lidam com o dinheiro em cima da mesa e coisas assim. Eu não! Mas disse: «Não quero ser eu a pessoa que vai estragar a festa. Portanto, se o Monteiro de Castro apoiar, vou atrás dele.»

Como o Sr. Doutor sabe — é comum nos negócios —, quando se vai atrás de uma pessoas nestas condições, o outro é que tem de ter garantias para isso. Interroguei, depois, o Monteiro de Castro cá fora (mas essa é uma conversa particular) e depois, mais tarde, antes da conferência do Ritz, para saber em que tom poderíamos nós, e legitimamente, porque a faca da verdade também tem de cortar contra nós, qual seria o ataque legítimo que

teríamos de sofrer. Acho que a falta de credibilidade não. Para isso, tínhamos obrigado a uma prova de fundos. Eu tomei aquilo como uma ofensa, mas, digamos, uma ofensa institucional, porque pessoalmente não me atinge.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Doutor, voltemos, então, às anteriores propostas, fundamentalmente à última, de 20 milhões a pronto e 121 milhões ao longo de quatro anos. Nesta proposta, o Sr. Doutor sabia que havia os meios financeiros para a cumprir. E em relação a esta proposta a pergunta é a seguinte: qual era a responsabilidade que o Estado assumia nesta proposta? O Sr. Doutor pode repetir isso, se faz favor.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares para uma interpelação à mesa.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é que presumo que estamos a laborar em erro. O Sr. Doutor está claramente enganado e vai reconhecer o erro.

Para centrar a discussão da última proposta, é público — já foi assumido em várias audições, como na audição da Sr.^a Secretária de Estado, e o próprio Dr. Jaime já hoje aqui o disse — que a última proposta, a de 121.6 milhões (é assim?), não era para ser paga a pronto.

O Sr. Doutor já disse isso hoje e já disse o seu contrário. Portanto, é importante que fique claro que esta última proposta, que está a servir de

objeto da intervenção do Deputado Basílio Horta, não era para ser paga a pronto porque daí advém que estamos a laborar em erro.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Para uma interpelação, nos mesmos termos, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta. Mas, depois, o nosso inquirido poderá esclarecer e dirimir esta questão.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, não se trata de uma interpelação à mesa.

Em segundo lugar, nunca disse que os 120 milhões eram a pronto, eram a 4 anos, e repeti-o.

Em terceiro lugar, noto o esforço enorme do Sr. Deputado para descredibilizar a intervenção do Sr. Dr. Jaime Santos. Esse é um esforço que é latente. Percebo, mas credibilizo a intervenção, porque respeito as pessoas que vêm aqui.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Penso que o Dr. Jaime Santos poderá esclarecer.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Exatamente, Sr. Presidente. Mas, continuando a minha pergunta, o que eu disse foi que eram 20 milhões a pronto e 121 milhões a 4 anos. Nunca disse que eram a pronto os 120 milhões. Portanto, a pergunta é esta: em relação a esta proposta, havia fundos financeiros? O Sr. Doutor tinha conhecimento da existência de fundos financeiros suscetíveis de suportarem esta proposta?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado Basílio Horta, Srs. Deputados, tenho de responder que essa pergunta é realmente importante.

Este é um assunto comercial, não é um assunto de direito público. As pessoas ou têm meios ou têm possibilidades de vir a arranjar os meios.

Do ponto de vista documental, ou contratual, não estava nada completamente assente em relação a sermos obrigados, por exemplo, a um aumento de capital. O que estava completamente assente, digamos assim, do ponto de vista documental, era a capacidade financeira de algumas das pessoas do NEI e das captações financeiras que teriam de fazer para cumprirmos ao longo dos anos, uma vez que não iríamos assumir a gestão do Banco.

Do ponto de vista documental, as coisas a que tive acesso davam a ideia de que seria possível pagar esse montante ao Estado e liberar as ações — na nossa proposta as ações ficariam sempre na posse e na titularidade do Estado e iriam sendo transmitidas para nosso poder. Portanto, digamos que, do ponto de vista estritamente defensivo, estávamos defendidos.

Se viéssemos, por qualquer motivo, a sofrer um garrote na nossa esfera pessoal, particular, como promitentes acionistas, poderíamos sempre renegociar com o Estado porque as ações estavam na sua posse, poder e até titularidade, e podíamos pedir uma renegociação. Foi sempre isso que eu pensei dentro de um raciocínio prudente.

Se, por qualquer motivo, aquelas pessoas, nós, a equipa viessem a sofrer garrotes pessoais financeiros, tínhamos sempre a hipótese de, precisamente por termos demonstrado a boa-fé de que as ações ficavam em poder do Estado, poder renegociar ou de o Estado poder vir a negociar de uma forma potestativa connosco, sem prejudicarmos ninguém.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — A pergunta que fiz ao Sr. Doutor e que não foi respondida é: nesta proposta dos 40 milhões a pronto e dos 121 milhões a quatro anos, quais eram as responsabilidades com que o Estado ficava nesta sua proposta? Ficava com algumas responsabilidades? Nenhuma? Algumas? Quais?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — A proposta foi sempre em relação ao total de perímetro do BPN. Isto é, a palavra «perímetro» nunca a pusemos nas negociações, porque não existem. Era para assumir a universalidade, portanto, passivo e ativo, e os trabalhadores do BPN. Em relação à recapitalização do Banco ou a reforços do capital do Banco por parte do Estado, reduzimos a verba prevista, cumprindo, penso, a de segundo ano e diminuindo a de primeiro ano.

Portanto, o esforço do Estado seria bastante menor. Mas como não queríamos fazer riscos na água — uma situação, como se tem visto, de imprevisibilidade financeira quer para governos quer para grandes operadores financeiros, quanto mais nós que somos operadores financeiros mínimos, micro — nós, NEI, evidentemente, tínhamos de pôr a hipótese de dar segurança à operação, mas também confessar a nossa potencial fraqueza: «Nós hoje temos isto, mas se viermos a não ter, ao longo dos quatro anos, o Estado fica sempre dono das ações, ficamos sócios. Se o

Estado quiser exercer o direito potestativo de resolver o contrato, assim seja.» Portanto, nós ficaríamos nas mãos do Estado e não ao contrário. O Estado podia sempre reipristinar, ou em sede judicial ou em sede potestativa.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Coloco-lhe uma última pergunta. Penso que o Sr. Doutor tinha dito que até prescindia da recapitalização, se bem ouvi.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Prescindimos, penso, da recapitalização de segundo ano e de diminuir a recapitalização de primeiro ano.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Doutor, diga-me, se faz favor — diga-o claramente, porque é importante —, quem foi o seu interlocutor no Ministério das Finanças.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — A CaixaBI interpôs-se sempre. O protocolo era: a CaixaBI faz as atas e faz o protocolo, portanto, recebe documentos, emite documentos, emite diretivas, emite informações, só *e-mails* e informações. Nunca fui chamado, nunca tivemos atas, nunca tivemos direito a atas...

Por exemplo, refiro um pequeno apontamento: na auditora — um recorte que achei fantástico —, na Roland Berger, contratada pela Caixa e pelo Estado, estavam lá dois senhores portugueses, dois auditores portugueses que se travaram um bocado de conversas comigo precisamente sobre os cenários: «Mas o que é que você acha sobre a moeda? Mas porquê essa variação sobre as marcas? Então, e a Itália — o que é que você acha? Então e o euro e a moeda única?». Interrogaram-me. Portanto, houve uma conversa de cariz técnico-científico e de cariz económico-financeiro. Pareceu-me sério. Eu depois disse: «Tive todo o gosto, e o que digo aqui digo por escrito». E diz-me o Paulo Oliveira: «Não é necessário, porque nós fazemos as atas».

Vou dar aqui conta de um pequeno pormenor. Porque, evidentemente, não sei quê, BIC, etc... Vamos lá ver, não vale a pena estarmos a esconder o sol com a peneira... Do que se trata aqui é de petróleo, de Angola, uma grande potência petrolífera, ou uma média potência petrolífera a nível mundial.

Eu disse: «Portugal tem petróleo e gás». É uma coisa que está certificada. Não é uma verdade jornalística, é uma verdade da Direção-Geral de Geologia e Minas; a produção de gás e petróleo está aí, à porta. Mas eu não sou um emissário nem da Partex, nem da Mohave, nem na Petrobrás, nem da RWE, nem da Repsol. É uma notícia, quer dizer... Acho que faz parte da cultura das pessoas quererem fazer negócios, a menos que as pessoas queiram fazer negócios apenas na base de que o dinheiro se reproduz milagrosamente. Isso não é assim, há leis. A economia é uma ciência e as finanças também. Vamos lá ver «se é por causa disso, nós viremos a aceitar um pacto quer de natureza tecnológica informática, a respeito do sistema informático do Banco, que é disso que se trata quando se fala da reforma financeira»...

Essa coisa de os bancos poderem comprar sistemas informáticos... Peço desculpa pela minha arrogância, mas é para verem até onde é que chegou a conversa com a Roland Berger. Os bancos têm o seu sistema informático, depois há erros informáticos, como o do Lehman, ou o do Lloyds, ou outro,... São coisas ridículas, não é? Portanto, tem de haver um sistema informático, obviamente credibilizado pelo Estado. E nós tínhamos isso na nossa proposta e prometíamos que seríamos parceiros do Estado quer nessa opção quer nos custos e benefícios dessa opção para nos distinguirmos do resto do setor bancário.

Tratamos do doente, mas é para o curar, não é para lhe roubar a herança e depois mandar matá-lo mais cedo.

Segundo ponto: em matéria de criminalidade, está lá bem claro que nós declaramos que iríamos tratar de limpar o Banco, tal e tal... (por isso, aceitámos o perímetro todo), que iríamos colaborar a nível internacional com as autoridades; não iríamos ter nenhum preconceito nacionalista.

Em terceiro lugar, sobre o interlocutor, a Roland Berger assumiu-se como interlocutor. Estas coisas foram importantes para provar que Portugal ficava bem respaldado não só por a gestão ser portuguesa como por o capital ser português.

No fundo, o capital ficava controlado pelo Estado, por via indireta, e podíamos vir a ser uma potência petrolífera, e somos, seguramente, uma potência gasífera. Hoje em dia, isso já é notícia e uma boa notícia para este Governo, que colaborou para que isso também viesse à luz do dia. Podemos ser uma pequeníssima potência petrolífera, mas uma média potência gasífera. Não havia necessidade nenhuma de estar a «esconder o sol atrás da peneira» de que teríamos que ceder aos interesses petrolíferos, da grande potência petrolífera... Achei que não havia necessidade disso e pus logo o nome — está na proposta — das empresas, que, no anterior

Governo, já tinham feito protesto de que Portugal pode vir a ser relativamente independente em matéria de energias não renováveis, repito, não renováveis, portanto, as tradicionais. Eu achava que não era preciso estar a ajoelhar tanto perante a Sonangol e os interesses... Se fosse necessário, por que não? Seja quem for... É um negócio... Motivo oculto? Não havia necessidade. Isto chegou a ser dito. Não vem em atas, não há atas. A Roland Berger aplaudiu, achou que era interessante para a economia nacional e para a economia bancária.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Doutor, perdi-me um pouco na explicação que deu.

Diga-me uma coisa: quem é que quis que se ajoelhasse perante a Sonangol? Por que é que tem essa opinião?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Vou dar-lhe uns pormenores, Sr. Deputado.

Íamos entrar na Caixa Geral de Depósitos e a delegação angolana estava a descer as escadas rolantes. Acha isto normal? Eu cumprimentei os senhores. Na sede da Caixa Geral de Depósitos, estávamos nós a subir as escadas rolantes para uma reunião — trata-se de um palácio enorme — e a delegação angolana a descer. Achei isso um bocado deselegante.

Uma outra vez, fomos para o Ministério das Finanças e os funcionários diziam que o ex-Ministro Mira Amaral entrava e saía do Ministério — evidentemente, ele pode ter vários assuntos — com toda a calma, prestava declarações à imprensa, etc.

Devo dizer que eu, com declarações que lia nos jornais, já estava aborrecido e, quando ouvi isso, disse: «É pá, vocês não liguem a isso! Evidentemente, as pessoas podem falar, as pessoas são livres, graças a Deus que Portugal é um país livre e ainda bem que os funcionários do Ministério se sentem livres para falar. E nós, que estamos aqui, somos um bocado os parentes pobres, somos recebidos aqui, na sala, e temos que esperar durante uma hora que a outra delegação saia». E tivemos de esperar, durante uma hora, que a outra delegação saísse. Fomos convocados e tivemos que esperar uma hora e tal ali ao lado... Tudo isto me pareceu deselegante. Ou seja, os outros podiam fazer declarações à imprensa, iam lá, etc.; durante o período do concurso ou pós-concurso faziam declarações à imprensa sobre o processo, faziam apreciações, e nós nunca dissemos nada. Mas isto não tem a ver com o Governo. Penso é que é deselegante por parte do outro concorrente. Acho que uma pessoa que foi ex-ministro não precisava disso, até porque financeiramente era infinitamente mais poderoso. Acho que não precisava. Acho que foi deselegante.

Agora, se sentia as costas quentes ou não, não sei.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Presidente, já acabei.

A minha colega Ana Catarina Mendonça quer colocar algumas questões.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, começo por cumprimentá-lo.

Vamos concentrar-nos em factos.

O Sr. Doutor diz que representa um grupo de 15 investidores. Francamente, após cerca de duas horas de audição, fiquei sem perceber quem é que efetivamente o NEI representa e que fundos tem. São duas questões: quem é que o NEI representa e com que fundos «foi a jogo».

Terceira questão, que faz parte de um segundo bloco de perguntas.

O Sr. Doutor já falou aqui de atas, de não atas... Já percebemos que não há atas, já percebemos que há versões contraditórias sobre a compra do BPN, já percebemos que o Estado português preferiu negociar com um dos concorrentes e apenas com um e, ontem, tivemos aqui um outro concorrente que também nos disse que teria sido mais útil e mais vantajoso para o Estado português que tivesse havido negociação entre os vários concorrentes.

Percebemos, ontem, os termos da proposta do Montepio, mas, Sr. Doutor, ainda não está explicada a proposta do NEI. Não está!

O meu colega, Deputado Basílio Horta, já aqui lhe colocou as questões, mas o Sr. Doutor fala sempre nas atas. Esqueça as atas, agora, por favor. Percebo que é um ponto importante, também gosto que destas reuniões surjam atas, até para podemos confrontar posições.

Depois de lhe ter perguntado — e não esqueça, Sr. Doutor — quem representa o NEI, que fundos tinha o NEI, se nacionais, se estrangeiros, gostaria de saber se o NEI tinha ou não capacidade no dia... Disse que

tinha sido sábado, 31 de julho, mas presumo que tenha sido 30 de julho, pois 31 foi um domingo. Portanto, presumo que tenha sido chamado para apresentar ou para compor a vossa proposta, a proposta apresentada em nome do NEI.

Quarta pergunta: quem estava na reunião por parte do NEI e quem foi o seu interlocutor do outro lado da mesa? Estava o Dr. Norberto Rosa, estava a Sr.^a Secretária de Estado, estava uma consultora ou auditora, estava alguém que iria fazer a ata.

Sr. Doutor, sobre essa reunião, só quero saber uma coisa: qual foi a proposta que a Sr.^a Secretária de Estado fez ao NEI, em nome do Governo português? Aceitou a sua proposta? Propôs-lhe que rebatesse? Foi possível dizer 100 milhões? Na proposta escrita, tinham dito «não são 100 milhões, à cabeça», mas hoje, aqui, o Sr. Doutor disse que tinha 100 milhões para dar.

A minha pergunta é a seguinte: o NEI explicou à Sr.^a Secretária de Estado que estava em condições de comprar o BIC não por 40 milhões mas por 100 milhões, à cabeça, no dia 31 de julho?

Sr. Doutor, há outra coisa que lhe peço — e não percebo esta veemência e falta de respeito — para clarificarmos nesta audição: quantas reuniões houve? Não quero saber se, numa escada rolante, vinha a descer uma delegação enquanto os senhores iam a subir noutra. O que quero saber é o seguinte: desde a entrega da proposta, quantas reuniões houve e com quem, para concretizar ou não a proposta do NEI?

Sr. Doutor, por favor, são cinco questões simples, objetivas, com 3 minutos de resposta, para, depois, podermos avançar para outros pormenores.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

Vamos elencar as questões da Sr.^a Deputada, se possível.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Presidente, nunca pensei que iria a este pormenor senão teria trazido o meu canhenho, a proposta, uns *e-mails*...

A proposta dos 100 milhões, a pronto, foi feita pelo Dr. Vítor Costa e o meu assentimento foi meramente tácito, depois de consultar o Monteiro de Castro. A proposta dos 100 milhões, a pronto, foi verbal, não foi reduzida a ata. «Cento e vinte e um? Ok, então não pagamos *x* à cabeça, pagamos 100». Essa proposta foi verbal, não foi reduzida a ata.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Doutor, qual foi a resposta da Sr.^a Secretária de Estado quando o NEI disse que tinha 100 milhões para...

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Não deu resposta nenhuma. Iam pensar. Isso é normal.

Aliás, penso que foi o Dr. Pedro Cardoso, que estava mesmo em frente, que lhe disse: «Sim, 100 milhões...». Mas o ambiente já estava um bocado quente e nós, do lado de cá, estávamos calados. «Está bem. Vamos pensar nisto tudo...». Portanto, não houve uma resposta direta. A Sr.^a Secretária de Estado, Dr.^a Maria Luís Albuquerque, que foi sempre muito agradável, não deu resposta. «Vamos pensar, vamos reunir, vamos falar...» — foram assim as despedidas.

Eu não tenho que dar opinião, mas, se quer a minha opinião, julgo que é normal. No entanto, pensei que ia haver uma ata.

Quero ainda dizer-lhe que não estou bem certo... Oiça bem isto. Não trouxe os canhenhos e é muita coisa. É que já passou um ano.

Hoje, eu não represento o NEI. Não sei se a Sr.^a Deputada Catarina Mendes está ciente disso? O meu exercício terminou a 31 de agosto e eu tive oportunidade, sem querer ferir os meus colegas...

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Doutor, permita-me que o interrompa para lhe dizer que sei que hoje não representa o NEI. Estamos a falar de julho de 2011, altura em que o Sr. Doutor era o representante do NEI e é enquanto tal que estou a pedir-lhe que nos preste estas informações.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Certo.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Faça favor, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Quando, em meados de agosto, depois da nossa conferência de imprensa... Fiquei muito conhecido, fui convidado para muito lado. A Ongoing convidou-me, e fui, para ir aos seus estúdios, em Alcântara, onde estive meia hora a falar na televisão deles. Foram muito agradáveis nesse aspeto. Deram-me a possibilidade de dizer umas quantas coisas. Fiquei conhecido demais.

De maneira que achei que tinha que passar da análise documental à contratual e disse: «Vamos fazer uma sociedade anónima». Quinze dias depois, saí do NEI. Acho que isto responde à Sr.^a Deputada, Dr.^a Catarina Mendes.

Prova de fundos nunca nos exigiram e eu sempre a travar. «Nós estamos cá também pelo interesse público; nós não vamos assumir a gestão; nós vamos deixar as ações na mão, posse e depósito do Estado, e o Estado só nos vai dando as ações à medida que formos pagando».

Portanto, o risco era mínimo, depois das reuniões onde estive. Penso que foi esse o critério de seriedade — se é que tenho algum, mas, como ser humano, é falível — que apliquei. O risco estava, sobretudo, sobre nós — não onerar o Estado com o risco e, sobretudo, não vir a atingir o «doente» com algum risco que ocorresse nas nossas hostes. Isto que seja bem claro.

Prova de fundos não nos exigiram. Penso que não é agora, um ano depois, que a Assembleia da República vai exigir-me que eu saiba como estavam as finanças de todas as pessoas e empresas envolvidas!

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Quantas reuniões? Penso que a terceira pergunta que a Sr.^a Deputada fez.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Presidente, obrigado por me recordar.

Essa proposta nunca foi enviada por escrito. A proposta dos 100 milhões, a pronto, do Dr. Vítor Costa, que deixámos passar, como não apareceu em atas, nunca a pusemos por escrito. Mantivemos sempre o último *e-mail* e a última proposta, que foi para a CaixaBI, que era a que estava em cima da mesa. É isto.

Com a Dr.^a Maria Luís Albuquerque, Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro, tivemos uma reunião, uma, que me recorde.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Quando?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Agora, a sério, não sei se foi sábado de manhã, se foi sexta-feira até ao fim da noite, e depois, no dia seguinte, mandámos-lhe a proposta. Sr.^a Deputada, peço desculpa. Realmente... Sexta-feira estivemos lá até altas horas da noite e depois, sábado, de manhã, eu e o Monteiro de Castro ainda ajeitámos a proposta e mandámo-la. Mas essa está escrita.

Portanto, peço desculpa sobre essas minhas declarações. Foi até sexta-feira a altas horas...

Tivemos uma reunião com a Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro, Dr.^a Maria Luís Albuquerque, com a Caixa, que, suponho, estava mandatada... Foi assim que foi dito. Nós esperávamos ver mais qualquer coisa nas atas, mas não apareceu. Era o Sr. Dr. Pedro Cardoso que estava a representar a administração da Caixa e a Caixa estava em representação do Governo. A CaixaBI era a entidade independente, cuja administração delegou no diretor de *corporate*, Sr. Dr. Paulo Oliveira, os protocolos, isto é, as atas, as comunicações e a receção de documentos — são matérias delicadas.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, mesmo a terminar, creio que daqui podemos extrair duas ideias.

A primeira é que o NEI apresentou uma primeira proposta, teve algumas reuniões, e queixa-se de terem sido alteradas a meio as regras do processo de venda, de não ter tido informação e de falta de transparência nas respostas, nos processos, nos procedimentos.

A segunda ideia que se pode extrair é que o Sr. Doutor voltou aqui a afirmar uma novidade em relação a todo o processo. É que, afinal, o NEI, que o Sr. Doutor representa...

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Representava.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — ... ou representava... O Sr. Doutor não me respondeu quem, de facto, no NEI, das 15 pessoas, estava interessado e quem tinha esses 100 milhões que, aparentemente, foram recusados. Não se percebe se foram recusados pela Sr.^a Secretária de Estado, se a Sr.^a Secretária de Estado ficou de lhe dar uma resposta posteriormente.

A terceira e última ideia, veiculada pelo NEI na sua pessoa, à época, dizendo que foram informados através da comunicação social, é que não houve lisura no procedimento, de acordo com as suas palavras.

Creio que não lhe coloquei qualquer pergunta, tirei três conclusões, em relação às quais pode responder «sim» ou «não».

Peço, agora, ao Sr. Presidente que dê a palavra ao Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, quer comentar o que a Sr.^a Deputada disse ou responder-lhe?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Então, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça, na conferência de imprensa, que foi um bocado vistosa, foi no Ritz, estiveram presente as televisões, a única coisa que eu disse foi: «Não há ainda uma resolução, portanto, mantemo-nos na corrida». Penso que não menti. Acho que aí a «faca» da verdade não vai contra mim, pois não menti.

Nunca acusei a Sr.^a Secretária de Estado, nem cara a cara, nem por carta, nem de qualquer outra forma, e fui eu que «pus água na fervura», por parte do NEI, porque não havia ainda uma resolução. A senhora, quando se levantou da cadeira — é uma pessoa muito bem-educada — disse: «Nós vamos pensar, vamos analisar isto tudo». Tem que haver um bocado de respeito! Vamos lá ver: nós não somos garotos!

Quer dizer, o Governo tinha acabado de tomar posse e a primeira reprivatização... O BPN é uma coisa que pode, de certo modo, dar cabo do nosso País... Ainda por cima, uma proposta que foi feita verbalmente e já estava... E também vou já dizer, Sr. Presidente, que eu não tinha tido conhecimento dessa prova de fundos. Achei aquilo um bocado exagerado, ok? É que a minha filosofia foi sempre, conforme disse, a seguinte: «Nós só temos direito a ter as ações e a ser alguém, na banca, conforme formos pagando ao Estado e tivermos capacidade». E isto, não sendo gestores, porque essa coisa de comprar o dinheiro do banco com um banco já aconteceu uma ou várias vezes e deu os resultados que deu, não é? Ou seja, o País ficou pobre e as pessoas ficaram ricas. Isso e não só! Nós não íamos assumir isso, íamos tendo ações só à medida que fossemos pagando. Era uma forma de dizer que... Era só esta precisão que queria fazer à Sr.^a Deputada Ana Catarina.

Outra coisa é a Sr.^a Deputada, às vezes, ter um pequeno *lapsus linguae*, uma coisa pequeníssima, dizendo «o senhor representa o NEI»,

mas representava, naquela altura, e impus as minhas regras. Quando fui coordenador, impus as minhas regras, penso que democraticamente, e penso que fui bem aceite, porque toda a gente me tratou bem, tratavam-me bem. Mas era uma associação sem personalidade jurídica e, portanto, não teve quaisquer movimentos financeiros nem contas bancárias, nem houve qualquer transação financeira entre nós... Isto, já agora, é para esclarecer a Comissão...

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Muito obrigado, Sr. Doutor.

O Sr. Deputado Basílio Horta pretende fazer uma última pergunta. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Doutor, estava agora a ouvir as perguntas da minha colega Ana Catarina e ocorreu-me pedir a sua opinião sobre o seguinte: concorda comigo que não deve ser agradável ou confortável para o Governo e para o BIC estarem sozinhos num negócio deste valor.

A minha pergunta é esta: não seria do interesse do BIC, e até do Governo, aparecer outro grupo — e, em vez de hostilizar esse grupo, descredibilizá-lo — para que não ficassem sozinhos a negociar? Gostava que avaliasse este ponto de vista, Sr. Doutor.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Deputado Basílio Horta, obrigado por me dar a oportunidade de usar os meus 2 minutos para dizer alguma coisa para a história. É que esta Casa é que faz história, nós somos apenas pessoas que passam.

Sr. Deputado Basílio Horta, em matéria opinativa, acho que os senhores prescindem da minha opinião, não vale a pena; agora, em matéria informativa, o que posso dizer quanto a isso é que nós tentámos uns contactos com o Sr. Dr. Tomás Oliveira, penso que é este o seu nome, enfim, com o Presidente do Montepio, que até foi assim com alguma graça: «Eh pá, vocês não têm o monopólio da economia social, há aqui um novo rapaz no bairro que quer fazer qualquer coisa na economia social, com as misericórdias». Acho que eles acharam graça, mas não se conseguiu chegar a uma reunião formal, eles nunca quiseram uma reunião formal connosco. É o que julgo saber. Não fui eu que fiz os contactos, foi o Dr. Monteiro de Castro e não tenho o hábito de ser mandão — essas coisas de pessoas autoritárias — e dizer «faça lá o relatório». Não ia fazer isso a um colega mais velho, Deus me livre. Ele contou-me o que entendeu contar e ficou assim.

Em relação ao Banco Rural, o José Manuel Marques Fernandes disse: «Eh pá, você devia fazer qualquer coisa». Ouça, numa investigação preliminar, ouça... Não se deve dizer isto a respeito de pessoas que não se conhecem, quer dizer, não gostaria de ser eu a fazer contactos. Acho que houve alguém que fez contactos, mas não me fizeram relatórios nenhuns. Esta é a verdade, Srs. Deputados.

Quanto à oportunidade de nos juntarmos, tentei, junto do Sr. Dr. Paulo Oliveira, mas ele disse: «Eh pá, não sei. As regras do concurso podem ser muito discutidas, mas, vamos lá a ver, penso que era melhor mantermo-nos nestas baías um bocado formais».

Por acaso, disse à pessoa, que é conhecido e colega do Fernando Teles — foram colegas do Banco Borges & Irmão — o seguinte: «Ó José Manuel Marques Fernandes, acho que você deveria fazer um telefonema para Angola, porque estas coisas dos jornais e de determinada pessoa, por ser ex-ministro, ser um bocado... — e tanto podia ser do partido *A* ou *B*, porque, às vezes, estes exageros, estas arrogâncias não têm a ver com os partidos, são das pessoas, que, depois, deixam os partidos mal vistos —, topar tudo, ir a todo o lado, partir tudo pelo caminho, entrar em todo o lado, não pode ser assim. Isto é um concurso, ele, agora, tem de se conter um bocadinho, mas não se contém. De maneira que, então, faça lá um telefonema para o Fernando Teles».

Acho que o José Manuel Marques Fernandes ainda falou com ele, mas não quis fazer relatório oficial. E quem sou eu para estar agora, aqui, armado em qualquer coisa, não é? Portanto, tentámos por vias informais.

Mas, se me for pedida uma opinião, e tendo em conta a alta consideração que tenho pelo Sr. Deputado Basílio Horta, que é muito séria, quero dizer-lhe que acho que sim, acho que o Dr. Paulo Oliveira, como o banco que tinha a seu cargo o protocolo, ou até a própria Caixa Geral de Depósitos, podiam dizer assim: «Vamos fazer uma reunião trilateral. Aceitam?». Vamos embora, vamos experimentar.

Penso que sim, que teria sido bom para todas as partes e, a partir daí, nas conversas, evidentemente, haveria uma prova informal de fundos, porque era isso que viria, com certeza, à baila. Agora, deixarem-nos ir sem prova de fundos até uma negociação, não fazerem atas e, depois, um dia, na Assembleia da República, um sítio onde não temos acesso — somos uns pigmeus, não existimos —, virem dizer: «Ah, eles não são credíveis»?!

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Sr. Doutor, se está aqui, é a prova de que a Assembleia da República está aberta a todos. É que, se me permite, o Parlamento ouve, quando solicita a presença, mas também está disponível para ouvir quando é interpelado e alguém quer prestar alguns esclarecimentos.

O Sr. Deputado Basílio Horta tem um esclarecimento ou uma pergunta final para formular, pelo que tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Devo ter-me exprimido mal, porque o Sr. Doutor não respondeu, propriamente, à minha questão. A minha questão tinha mais a ver com a ideia de saber se o Sr. Doutor teve algum contacto prévio com o BIC, do que com o Montepio.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Não tive, Sr. Deputado. Não tive nenhum contacto prévio com pessoas ligadas ao BIC.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Vamos passar ao terceiro grupo parlamentar. Recordo que vamos com 2 horas e 30 minutos de audição e, até agora, só ouvimos dois grupos parlamentares.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, quero começar por lhe agradecer os esclarecimentos que já prestou e dizer-lhe que é com todo o respeito e com toda a consideração que ouvimos hoje, aqui, o seu testemunho.

Como disse agora o Sr. Presidente, e bem, esta Casa recebe e receberá sempre toda a gente. Mau era que assim não fosse.

Começo por perguntar o seguinte: o Sr. Doutor já disse, várias vezes, que é comerciante e, na lógica dos negócios, do comércio, tem experiência, já fez vários negócios na sua vida...

(Por razões de ordem técnica, não foi possível registar integralmente as palavras do orador).

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Sr. Deputado, estamos com alguns problemas técnicos, pelo que, se calhar, para efeitos de gravação, seria melhor repetir a sua pergunta.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, a única questão que coloquei foi a de saber se o Sr. Doutor, na sua vida profissional, já realizou ou tentou realizar, e conseguiu, bem mais do que este negócio a que se propôs.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Sr. Deputado, peço desculpa, mas estamos com deficiências técnicas, pelo que vamos fazer uma breve pausa nos nossos trabalhos.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos retomar os trabalhos. Continuamos com problemas técnicos, mas penso que, pelo menos, vamos poder continuar a fase de inquirição do Sr. Deputado Hugo Lopes Soares ao Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

A primeira pergunta já foi feita, pelo que tem a palavra, para responder, o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, eu, como mandatário com representação, falava em nome do Dr. Vítor Pinto da Costa e do grupo do Norte, mas era ele...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Doutor, peço desculpa, o que lhe perguntei foi se, antes deste negócio, fez algum outro. A resposta é «sim» ou «não».

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sim, Sr. Deputado. Agi em representação de um grupo para comprar o jornal *i*, o negócio foi fechado e o contrato foi assinado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Doutor, antes do negócio do jornal *i* realizou outros negócios na sua vida?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, não sou comerciante. Sou professor de Direito, a minha profissão é essa, depois, sou profissional liberal.

A ocasião da minha vida em que conheci o Dr. Basílio Horta, que agora não está aqui, foi precisamente em representação, durante seis anos, do maior grupo empresarial de construção civil e turismo de Portugal, o Grupo J. Pimenta, como era conhecido. Portanto, já sou antigo, sou bastante mais antigo do que o Sr. Deputado Hugo Soares, e durante seis anos representei o Grupo J. Pimenta, nas suas negociações para evitar a

falência fraudulenta e a falência técnica, e consegui ter alguns resultados positivos. Foi assim que comecei a minha carreira e, portanto, nesse aspeto... Mas penso que as pessoas não devem revelar os seus clientes nem o que fazem,...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Com certeza.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — ... porque houve coisas que correram menos bem, não é? Só estou a falar daquilo que me correu mais ou menos bem, mas é normal.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Doutor, aquilo que lhe perguntei foi se tinha feito outros negócios, além deste, a que se propôs, e o Sr. Doutor já disse que sim, do ponto de vista pessoal e até profissional.

Quero perguntar-lhe se alguma vez fez algum negócio com alguma entidade que não tivesse personalidade jurídica?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, para responder, informo que os problemas técnicos já foram ultrapassados e, generalizadamente, já temos os microfones a funcionar.

Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, já aceitei fazer negociações com pessoas que tinham mandatos e eu ainda não tinha a certeza absoluta da personalidade jurídica da entidade por quem vinham, quer no setor financeiro quer no setor imobiliário. Digamos que corri o risco, por minha conta, de gastar o meu

tempo e o meu rico dinheiro para dar oportunidade à pessoa de poder ser séria e vir a fazer prova de fundos.

Mas quero responder com seriedade e com humildade à sua pergunta. Se fosse Governo, talvez não o fizesse. É a minha opinião, Sr. Deputado. Para ser sincero consigo e, digamos assim, para honrar o facto de estar a ser convocado pelos senhores para vir aqui, talvez não.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Doutor, é que, na verdade, era a isso que o NEI se propunha e a que queria que o Governo se propusesse, era a negociar e a fazer um contrato com um ente que não tinha personalidade jurídica. E o Sr. Doutor, que estava do lado de lá do negócio, acabou de confirmar agora que, se estivesse do lado de cá, do lado do Governo, do lado do Estado português, não faria um negócio ou não se propunha fazer um negócio com um ente que não tinha personalidade jurídica. Percebo bem porquê! Se calhar, as nossas carreiras, as nossas dimensões de juristas, levam-nos, evidentemente, a descartar qualquer possibilidade de negociar com um ente que não tem personalidade jurídica, porque não sabemos, ao fim e ao cabo, com quem estamos a negociar.

Agradeço-lhe imenso pelo facto de ter esclarecido, de uma vez por todas, ou de ter trazido à discussão um ponto fundamental. É que o Governo não sabia com quem estava a negociar. Esta pergunta já foi feita várias vezes.

Assim, vou perguntar-lhe aquilo que, aliás, se tornou uma praxe das comissões de inquérito, que é o seguinte: diga-me lá, afinal, o que era o NEI, Sr. Doutor?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, a «faca da verdade», felizmente, cobre todos os lados, somos todos humanos e errantes.

A verdade é que, como as regras do concurso estavam feitas assim, eu disse: «Bem, meninos, podemos ir a concurso, mas vocês nunca esqueçam a questão de fundo». Nas reuniões, nunca sei muito bem quem fica dentro e quem fica fora, mas, às tantas, queriam 30 pessoas. E eu disse: «Não, não! Pessoas que só venham a reuniões...».

Eu quis sempre que houvesse prova de fundos e exigi sempre nunca estar sozinho na comissão negociadora. Exigi que a comissão negociadora fosse de duas pessoas — para parecerem professores... Até é bonito as pessoas terem respeito pelos professores, que são profissões pobres —, eu e o Monteiro de Castro. Mas exigi que estivessem lá dois homens de negócios, que era o José Manuel Marques dos Santos, de Aveiro, e o Pinto da Costa, que é daquele triângulo do Norte. Disse: «Eles têm de vir e têm de estar aqui». Isto tudo, em honra às palavras do Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

Por último, quero dizer que, realmente, o concurso estava formatado assim, não havia prova de fundos. Fiz um *numerus clausus* de 15 e uma comissão negociadora de 4 e fui sempre apertando. Mesmo assim, como não estava absolutamente bem seguro, exigi sempre que só à medida que fossemos pagando ao Estado, que somos todos nós, é que teríamos direito a ficar com as ações registadas e, ainda, sempre, depositadas.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Doutor, para mim, é importante realçar que até o senhor, permita-me que lhe diga, que já se autointitulou coordenador do NEI à data, tinha algumas reservas quanto à forma como o NEI poderia funcionar ou vir a funcionar. E tinha tantas reservas que até achava que as ações deviam constituir penhor a favor do Estado. É importante que isto fique realçado: o próprio coordenador do NEI disse aqui, hoje, estas palavras.

Isto leva-me a dizer, evidentemente, e o Sr. Doutor far-me-á justiça de o reconhecer, que, se essas reservas vinham do próprio coordenador do NEI, quais não seriam as reservas do próprio Estado!...

Antes de irmos às propostas, porque também quero fazer algumas perguntas sobre elas, quero que me ajude a esclarecer o seguinte: o Sr. Doutor disse que via as pessoas do BIC — insinuou que seriam pessoas do BIC — a entrar no Ministério das Finanças, como se o Ministério das Finanças fosse deles. Desciam as escadas, enquanto o Sr. Doutor subia, insinuando, claramente, e tenho de o dizer com todas as letras, que havia ali uma espécie de tratamento diferenciado para o concorrente BIC.

Sr. Doutor, posso perguntar-lhe se as pessoas do BIC não poderiam dizer o mesmo dos elementos do NEI? É que, para o Sr. Doutor os ver a descer, eles viam-vos a subir; para o Sr. Doutor estar à espera cá fora, eles estavam lá dentro; para o Sr. Doutor entrar, eles tinham de sair. O Sr. Doutor, para os ver, tinha de estar no mesmo sítio onde eles estavam. Então, explique-me lá por que é que havia um tratamento de favor para o BIC, se o Sr. Doutor os via a descer, enquanto subia? Então, o tratamento não era igual? O Dr. Mira Amaral saía das reuniões, o Sr. Doutor entrava; o Dr. Mira Amaral falava à imprensa no final das reuniões, o senhor falava,

se entendesse, não falava, se não entendesse, aliás, fez até uma grande conferência de imprensa, como já teve oportunidade de dizer, no Ritz.

Portanto, Sr. Doutor, onde é que há aqui um tratamento de favor? Onde é que o Sr. Doutor sentiu diferença? Para o Sr. Doutor os ver lá, tinha de lá estar!

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, não devo e não vou fazê-lo, e o Sr. Deputado, que é um representante da Nação, fala, obviamente, como muito bem entender e eu não me sinto esmagado nem ofendido com nada disso.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Nem é esse o propósito, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Esteja descansado que isso não existe, se não, não era professor de Direito, não era nada.

Ora bem, tentando ser simples, talvez as minhas palavras tenham sido um bocadinho excessivas. Rediria apenas o seguinte: o facto de o ex-Ministro Mira Amaral ser ex-ministro e estar sempre ali, a pontificar, na Ongoing e a revelar coisas pareceu-me mal. Estava sempre... No *Diário Económico*, que era oferecido lá na universidade, estava sempre a falar para a imprensa, mas na qualidade de...

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Mas não quero que o Sr. Deputado concorde comigo. Foi só a isso que me referi há pouco.

Quer dizer, de duas uma: ou tentavam, realmente, o Governo ou a Caixa Geral de Depósitos, porque a Caixa Geral de Depósitos, na primeira fase, tinha mandato, só no final é que fomos à Sr.^a Secretária de Estado... A Caixa Geral de Depósitos podia ter dito assim: «Não há prova de fundos, mas quem são estes senhores? Vamos lá juntá-los aqui». Depois, se veria, inevitavelmente, e até o Estado deliberava a sua posição. Sendo a Caixa um banqueiro, era normal que falasse de dinheiro: «Então, mas o que é que vocês têm? Têm cartas de conforto? Têm garantias? Como é que é? Vão descontar garantias? Hipotecam o património? Têm *offshore*? Como é que vocês fazem?». Esta conversa viria ao de cima e eu também a considerava desejável, mas nunca foi suscitada.

Fazer cruzar delegações, com um horário apertado, considerei um bocado deselegante, porque nunca tivemos oportunidade... Éramos tratados, um pouco, como adversários, quando podíamos não o ser. Foi a minha interpretação.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Doutor, obrigado pelo seu esclarecimento, porque, desta feita, já disse que aquilo que considerava deselegante era o facto de os horários das reuniões quase coincidirem, porque, assim, seriam vistos ou tratados quase como concorrentes. Já mudou um bocadinho, e peço-lhe desculpa por concluir isto, mas é assim, já mudou um bocadinho o discurso de há pouco. Há pouco, insinuava que havia um tratamento de favor, agora já diz que, afinal, era apenas alguma

deselegância por marcarem reuniões seguidas e porque um, por opção própria, falava mais para a imprensa do que o grupo do NEI.

Vamos à questão das propostas, que é uma questão importante e o Sr. Doutor já a introduziu.

Dizia agora: «Se a Caixa nos perguntasse: o dinheiro vem de onde? Vem de *offshore*? Vocês têm cartas de conforto? Os senhores vão penhorar ou hipotecar património próprio?». Ó Sr. Doutor, não lhe parece mais natural que quem compra diga logo de onde vem o dinheiro, para que a proposta seja credível?

Alguém que quer negociar com o Estado, que se propõe, e este é um ponto importante... O Sr. Doutor, na primeira proposta que faz, e era uma proposta por escrito, propõe oferecer 106,4 milhões de euros — certo? —, pagos em várias fases, em várias percentagens, sendo a primeira fase de 5 milhões de euros. Esta é a vossa primeira oferta. Mas os senhores não dizem, na proposta escrita que apresentam, de onde vem o dinheiro. E diz o Sr. Doutor: «Ah, eu queria que eles me perguntassem». Ó Sr. Doutor, a negociar com o Governo, está à espera que o Governo lhe pergunte como é que o senhor vai pagar? Não acha que era natural dizer: «Nós pagamos assim, com este dinheiro, que vem deste sítio»?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Repare, Sr. Deputado, as normas já estavam feitas para não haver prova de fundos, o que significa que seria um concurso de características universais, porque, não havendo caução ou substituição de caução por garantia, seguro de crédito, etc., não pediam referências pessoais. Nós declaramos, nas reuniões de negociação,

quem eram aquelas pessoas, o que faziam na vida e que nomes de empresas é que estavam a suportar. Em negociação! Nunca nos perguntaram por escrito. Portanto, nesse aspeto, cumpriram a parte regulamentar do concurso: não era necessário prova de fundos, qualquer cidadão português podia concorrer e nós avançámos. Não tivemos tempo ou não houve... Não se fez sociedade e, portanto, como o Sr. Deputado bem sabe, se calhar, melhor do que eu, funcionámos como uma associação sem personalidade jurídica. Avançámos, impus algumas regras, eles cumpriram, nunca me desobedeceram, portanto, nesse aspeto, acho que correu bem. Houve um que, uma vez, me desobedeceu e, como sabem, eu ia sendo preso. Houve um pequeno episódio, tive de ir à CMVM dar explicações, havia pessoas que já andavam a falar, mas disse «não, não, ninguém fala». E a CMVM é a sério, como sabem! Ainda fizemos ali umas coisas mal feitas.

Portanto, em relação à prova de fundos, penso que, aí, o Governo... Agora, a Caixa, como mandatário, e era banqueiro, podia ter puxado o assunto. Peço desculpa por dizer isto mas conheci, nas palavras do Sr. Deputado Basílio Horta, coisas que estão mais perto do meu espírito, das quais não posso fazer prova. Penso que, realmente, a Caixa devia ter feito uma reunião neste sentido: «Quer ter um encontro com os outros concorrentes, para ver se chegam a conclusões, ou até fazer prova de fundos, porque vocês não são bancos?». Isto nunca aconteceu. Portanto, nós, realmente... O resto já disse e não vou «queimar» tempo com...

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Doutor, deixe-me dizer-lhe que não sei se foi esse o espírito da pergunta do Deputado Basílio Horta,

mas acho que não e espero que não, porque o Deputado Basílio Horta, com tanta experiência no mundo dos negócios, com certeza, não diria: «Vamos juntar aqui os concorrentes, para ver se os três fazem aqui um ACE e concorrem em conjunto para a compra do BPN», ainda por cima com objetivos tão diferentes na compra do BPN.

Sr. Doutor, é muito importante aquilo que o senhor já disse, que foi «até ia tendo problemas com a CMVM»... Já lá vou, já lá vou à questão das pessoas que representavam o NEI.

Como estava nas propostas, vamos ficar-nos pelas propostas.

O Sr. Doutor fez uma adenda à proposta inicial, «virando a agulha», oferecendo, desta feita, 121,6 milhões de euros, com um primeiro pagamento, na hora, de 20 milhões de euros.

Diz-nos o Sr. Doutor que, na reunião, que, há meia hora atrás, foi a um sábado de manhã e até se lembrava de a Sr.^a Secretária de Estado fazer a fineza de abrir o Ministério ao sábado de manhã, mas, afinal, já não terá sido no sábado de manhã,...

O Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos: — Sexta-feira, à noite!

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — ... e sim na sexta-feira, à noite — a fineza da Sr.^a Secretária de Estado cai aqui por terra —, repito, diz o Sr. Doutor que, a meio dessa reunião — que o senhor, precisando, diz agora que foi a uma sexta-feira —, alguém atira para cima da mesa o seguinte: «Dou já 100 milhões de euros aqui, nesta hora, compro já o Banco e não se fala mais nisso». Sr. Doutor, acha que é um procedimento comercial normal, na lógica de negociar com o Estado a compra de um banco? Depois de fazer duas propostas, uma de 100, outra de 126, todas elas diluídas no tempo, no que respeita ao pagamento, à última hora joga o

grande trunfo, a grande arma: «tira da manga do casaco» 100 milhões de euros e «bate-os» na hora, quando formalmente nunca apresentou essa proposta. Ponha-se lá do lado do negociador. Vamos negociar os dois! O senhor faz-me uma oferta de 100 milhões de euros, pagos em cinco vezes; a seguir, faz-me outra oferta de 126 milhões de euros, pagos em quatro vezes; e à última hora, quando o prazo está a terminar, o Sr. Doutor diz: «pegue lá 100 milhões de euros em notas, está aqui o dinheirinho»!

Ó Sr. Doutor, se estivesse do lado do vendedor, achava essa proposta credível? Responda-me com toda a franqueza! Pedia-lhe essa fineza, por favor.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, para responder.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, sinceramente, e digo-lhe mesmo com amizade, é uma grande honra poder responder a uma pergunta assim.

Vou dizer-lhe o pouco que sei no que respeita a negociar com governos. Já o fiz várias vezes. Vou dizer-lhe aquilo que sei. Pode ser feio, mas a vida pode não ser muito bonita, nomeadamente nos negócios.

Por vezes, como o Sr. Deputado sabe, as pessoas de menor porte económico são mandadas à frente, são mais «aperreadas», quer dizer, «guerreiam» muito, quando de facto têm uma ligação a outros acervos económicos de maior porte. Quando veem que as negociações são bem-sucedidas, só dão «luz verde» no final. É, digamos assim, o fenómeno de um mandato sem representação informal que se usa muito nos negócios, considerando a experiência que já tive. É um sistema de caixas chinesas, em que a última caixa é a maior.

Portanto, se houve contactos por associados do NEI que entretanto cresceram na opinião pública... Aqui, todos os presentes são mais do que sociólogos: os senhores são representantes da Nação, se alguém conhece a Nação, são os senhores.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Doutor, espere, não se esqueça do que vai responder! Deixe-me pegar no que disse, porque é muito importante!

O Sr. Doutor está a dizer que houve contatos, que poderá ter vindo mais gente para o NEI, mais gente com dinheirinho, o que deu ao NEI capacidade, «estofo», para apresentar os 100 milhões de euros na hora?!

O Sr. Doutor sabia disso?! O Sr. Doutor era o coordenador do NEI! O Sr. Doutor sabia que havia uma proposta de 100 milhões para fazer naquela hora?! Como é que o senhor, como coordenador do NEI, encarou essa possibilidade?! Alguém o tinha mandatado para oferecer 100 milhões, na hora?! O Sr. Doutor não achou que isso era algo que nunca esteve nos seus planos?! Como é que entende uma coisa destas?!

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, penso que as pessoas nunca se devem deixar deslumbrar pelos momentos que passam. São apenas coisas da nossa ilusão, não têm realidade nenhuma.

Em honra à sua pergunta, que é mais do que justa, quero repetir aquilo que disse, e sublinhando, para se perceber o sentido realista da sua pergunta.

Primeiro, a proposta não partiu de mim; segundo, não tinha conhecimento dela; terceiro, eu não tinha prova desses fundos.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Doutor, não preciso de ouvir mais nada, tenho a sua resposta.

Precisei de saber o que o Sr. Doutor quis dizer, mas o que queria referir, porque é muito importante e acho que serve de fundamento àquilo que devemos apurar, é que acabou de afirmar que nem sequer tinha provas de onde vinham os 100 milhões e o Sr. Doutor era o coordenador do NEI. Não tinha conhecimento da proposta, nem de onde vinham os 100 milhões!

Permita-me que lhe diga, com toda a franqueza (sei que é uma conclusão minha), senão não seria leal da mesma forma como o Sr. Doutor está a ser leal comigo, que estou esclarecido quanto à fiabilidade e à credibilidade da proposta do NEI. Tenho que dizer-lhe isto com toda a lealdade. E julgo que, nesta sala e quem está a ouvir-nos, ficou, de certeza absoluta, convencido.

Vamos à matéria seguinte.

O Sr. Doutor era o coordenador da proposta. Os senhores propunham-se comprar um banco. Como julgo que saberá, se calhar até melhor do que eu, os bancos têm de ter uma administração e a administração dos bancos tem que passar pelo crivo do Banco de Portugal.

Deixo-lhe, por isso, duas perguntas.

Primeira: pode garantir a idoneidade pessoal de todos os 15 membros que constituíam o NEI?

Segunda: disse à Sr.^a Secretária de Estado quem pertencia ao grupo que ia gerir o Banco, até para que ela pudesse aferir da idoneidade da gestão do Banco numa primeira análise? É que nós não estamos a falar em

comprar uma empresa, estamos a falar em comprar um banco, com regras muito específicas, como sabe.

O Sr. Doutor é capaz de nos garantir aqui, primeiro, que a proposta era feita por 15 pessoas absolutamente idóneas e transparentes sem quaisquer problemas, porque estão a comprar um banco, e, segundo, que a gestão do Banco seria entregue a pessoas idóneas e transparentes?

O Sr. Doutor apresenta uma oferta para comprar o Banco. A quem é que o senhor oferecia para gerir o Banco?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, a primeira parte é informativa, mas, se pede a minha opinião, ela será curta e quero dá-la em honra à sua pergunta pertinente.

O Doutor Carvalho das Neves, que foi convidado para uma posição de relevo no Estado pelo Sr. Dr. Paulo Macedo, Ministro da Saúde, já me tinha dito: «Olhe que sou capaz de ir... Mas, está bem, podem falar do meu nome, porque imagine que, por qualquer motivo, não vou, que a gente chega à última hora...».

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Qual é o nome?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Professor Doutor Carvalho das Neves. É professor catedrático no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

Ele disse: «Sim, sou capaz de aceitar o convite do Sr. Dr. Paulo Macedo. Ele merece-me isso...». Controlo de custos... Esta foi presencial, foi uma reunião de três ou quatro horas; ele recebeu-nos no gabinete dele.

O outro convite não foi feito por meu intermédio, ouvi apenas alguns telefonemas. Foi o Sr. Dr. José Eduardo Bettencourt e deu mau resultado na imprensa, aliás, já o disse ao Sr. Deputado. Confessei que a faca...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — O mau resultado foi o facto de a pessoa convidada vir dizer à imprensa que não tinha contatos, que não queria, que não sabia.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos** — Exatamente!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Este é que foi o mau resultado.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos** — Exatamente. Tudo bem, Sr. Deputado, não vou desmenti-lo, mas eu ouvi os telefonemas.

No que respeita à gestão, está na proposta, está escrito que as pessoas que queriam comprar as ações do Banco não iriam para a gestão do Banco. Não tem a ver nem com administração nem com diretores. Portanto, não iríamos gerir o Banco, íamos contratar gente. O que foi para a ata foi só isto — a ata há de estar em algum lado, mas agora isso não importa. O Professor Carvalho das Neves e o Dr. José Eduardo Bettencourt foram os nomes referidos.

E fui sempre pressionando a comissão negociadora (agora, é uma verdade que fica só entre mim e outras pessoas que venham a esta Comissão) dizendo seguinte: «Não vejo motivo... Quer dizer, consultámos o *data room*, consultámos tudo... Portanto, qual é o mal que tem podermos

ficar com uma parte da estrutura do BPN, com os próprios administradores? Não podemos é dizer isso, porque parece que temos tratos com eles, e isso é feio.» — Sr. Deputado, os negócios são assim! — «Mas não devemos falar mais. Podemos ser apertados até fazer sangue, mas destes nomes não passamos! A Sr.^a Secretária de Estado ou a Administração da Caixa, que é quem representa o Estado, farão o que entenderem».

Uma vez, eles perguntaram-nos: «Vocês querem tirar a Administração do BPN?». E o Monteiro de Castro até brincou com o outro, pois conhecia-o, respondendo «Não, de maneira nenhuma, somos amigos...». Mas não podíamos passar disso.

Eu disse sempre: «Se eu tiver conhecimento de que alguém do NEI se encontra com a Administração do BPN fora dos locais das reuniões, saio. Não dou uma conferência de imprensa, mas, quando isto acabar, ponho tudo cá fora. Comigo é assim! Vamos jogar a sério! Não há contactos com a Administração do BPN — lá os outros... o representante do Estado tem a sua própria deontologia, ou seja o que for!... — e com políticos também não, com políticos do Governo, não».

Eles cumpriram, acho que nunca contactaram a Administração do BPN.

Mas, na minha opinião, eu não via motivos para uma parte da administração — aquilo tinha de ser encolhido, mas isto não se podia dizer às pessoas, pois, como não havia despedimentos, escusávamos de estar a colocar as pessoas contra nós... Na prática, podíamos aproveitar uma parte da Administração, da direcção do BPN. Esta foi sempre a minha opinião!

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — O Sr. Doutor acaba de dar a esta Comissão a informação dos dois nomes propostos para a Administração do BPN, se o NEI fosse o concorrente escolhido. Um, disse: «Bem, podem falar no meu nome, mas eu vou aceitar um convite que me foi feito pelo Dr. Paulo Macedo», e o outro, no dia seguinte a essa informação, veio para a comunicação social, para a primeira página, dizer: «Eu não sei de nada! Eu não conheço! Eu não vou! Eu não quero!».

Mais uma vez, esta é a minha sensibilidade e peço que me diga qual é a sua. Como é que quem está do lado de cá a negociar convosco olha para a credibilidade de quem está a apresentar estas propostas de nomes? Não me refiro à credibilidade das pessoas apresentadas e que disseram que não. Aqui, o que está a aferir-se é a credibilidade dos compradores! E os compradores apresentam dois nomes para gerir o Banco, em que um diz que não, que não sabe, que não conhece, e o outro diz que não pode porque vai aceitar um convite! Ó Sr. Doutor, cá entre nós (e o Sr. Doutor concordará), a credibilidade de quem apresenta estes nomes fica no mínimo, no mínimo, abalada do lado do comprador.

É que, como dizia há pouco, estamos a tratar da compra de um banco, e esses nomes teriam de ser validados pela CMVM, pelo Banco de Portugal. Afinal, a Secretária de Estado ficou sem nome nenhum, não tem nomes para a Administração do BPN e decidiu, em juízo, aquilo que devia fazer com a proposta do NEI.

Antes de terminar, queria colocar-lhe mais duas perguntas.

Já se tentou demonstrar, nesta Comissão de Inquérito, que não havia negociação, que o Estado ficou muito fragilizado por ir até ao fim do processo só com o BIC. E até já dissemos (é uma conclusão) que, de facto, é verdade, porque, se o Banco tivesse sido vendido quando tinha de ser,

muitos mais compradores, e por outro preço, surgiriam e o Estado só teria a beneficiar. Mas isto «são contas de outro rosário» que não importam agora.

O Sr. Doutor fez uma proposta por escrito; pediu uma audiência com a Sr.^a Secretária de Estado; esteve na mesa das negociações; o Sr. Doutor ou até alguém por si ofereceu 100 milhões de euros «batidos» naquele instante, naquele momento... Então, não negociaram com a Sr.^a Secretária de Estado?! Negociaram, ou não?! Apresentaram novas propostas, ou não?! Os senhores foram ou não foram ouvidos?! Os senhores foram, ou não, ouvidos até ao último dia do prazo? — prazo previsto, como sabe, no Memorando de Entendimento entre Portugal e as instituições europeias. Pergunto: negociaram, ou não, até ao último dia do prazo?

O Memorando diz que, até àquela data, tinha de se escolher um comprador! Para alguns, isso não importa nada, a letra do Memorando é letra-morta! O Estado fazia letra-morta do Memorando e ia negociando, sabe lá Deus até quando, com os vários interessados que aparecessem, ainda que alguns tivessem a credibilidade, que, com todo o respeito, já aqui tentei demonstrar, da proposta do NEI e outros dissessem, como ontem aqui disseram (e era outro concorrente), que não queriam comprar o BPN! Não sei com quem é que queriam que o Estado rompesse e prolongasse a negociação com os concorrentes!

Mas, enfim, Sr. Doutor, diga-me lá: negociou ou não, até à última hora, com o Estado, apresentando até propostas à última hora e em cima da mesa, como a tal proposta dos 100 milhões de euros?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, penso que todas as pessoas têm liberdade para ter opinião política, mas não é isso que me é solicitado aqui. Com todo o respeito por um órgão de soberania, os senhores é que fazem as leis e é como ter as opiniões políticas máximas; nós podemos apenas colaborar na formação da opinião pública e pessoal.

Houve negociações! Ponto final. Não terão sido as melhores... Os senhores já ouviram. Por amor de Deus, são pessoas capacíssimas!

Primeiro, houve negociações. Segundo, fomos recebidos. Nunca pedimos para sermos recebidos, mas fomos recebidos! Pronto! Acabou!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Mas foram chamados!

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Exatamente! Mas nunca pedimos.

Do ponto de vista pessoal — e acho que tem de me permitir isso, porque é próprio do Direito Comercial —, não me pareceu nada bem aquele andarilho do ex-Ministro Mira Amaral andar sempre lá a caminho e, depois, fazer declarações.

Houve negociações! Fomos recebidos! Houve discussão! As propostas eram conhecidas! E ainda ouviram uma coisa que não foi para a ata... Comentários, acho que não devo fazer, é a minha opinião, porque seria, digamos assim, estar a ofender a inteligência das pessoas desta Casa, e não se deve fazer.

Já agora, quero que saibam — porque é matéria informativa, é apenas um facto e, evidentemente, podem não ter tido paciência de ver, mas mandaram-me ver... — que dei uma entrevista de meia hora a pedido da Ongoing, na sua sede, em Alcântara, têm lá um estúdio fantástico, e a

Sr.^a Jornalista perguntou-me uma coisa muito clara: «Deseja que o BIC não ganhe o concurso?». Eu disse: «Não! Eu defendo o interesse nacional e público até ao fim! Uma vez que não tivemos capacidade e isto está assim, quero que saiba que o nosso rebate não visa nem prejudicar o Governo nem prejudicar o BIC. Quero desejar daqui muito sucesso ao BIC, mas aquilo que tenho a dizer digo». Foi isto que eu disse na entrevista, na sede da Ongoing.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, tem a palavra. Penso que agora, sim, é a última questão.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sim, Sr. Presidente, é a minha última pergunta.

O Sr. Doutor não é propriamente uma pessoa ingénua. Não é, de certeza! E o Sr. Doutor já fez aqui algumas considerações — como aquela da subida e da descida de escadas, que já demonstrei que era normal, e o senhor também lá estava — que não são propriamente ingénuas, e desculpe que lho diga com toda a frontalidade. Como não são ingénuas as várias referências que o Sr. Doutor já aqui quis fazer. Quando vai ao *Diário Económico* e diz que foi à Ongoing. O Sr. Doutor foi alguma vez à SLN? Sabe de quem eram as ações do BPN antes da nacionalização? O senhor, quando vai à SIC, foi à imprensa?

É que o Sr. Doutor tem de ter cuidado com a forma como está a pretender colocar as questões. E é muito importante para quem nos está a ouvir que não usemos esse tipo de linguagem (às vezes, permita-me que lho diga, meia insinuante), porque as pessoas têm de ser esclarecidas e não podem ser confundidas.

O Sr. Doutor foi a um órgão de comunicação social, convidado, deu a entrevista que entendeu dar, falou para a comunicação social as vezes que entendeu.

Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, depois desta audição, resta-me uma pergunta final. O Sr. Doutor ficou convencido da total legalidade da venda e da total transparência da venda do BPN por parte do Estado português ao BIC? E, se não ficou, por que não impugnou?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado Hugo Soares, penso que é uma boa ocasião para vir dizer isto aqui, na Casa que é um órgão de soberania, a Assembleia da República.

Penso que não devo dar opinião, nem política, nem pública. Nunca se esqueça que fui a essa entrevista (foi a maior que dei) a convite deles, o que para nós, comercialistas e juristas vale muito. Para as pessoas comuns talvez não valha, e não levo a mal. Mas é assim: eu não vou pedir nada a ninguém! Mesmo a uma pessoa que eu possa suspeitar que me prejudicou um bocadinho. Eu não vou pedir nada a ninguém! Eles convidaram-me e trataram-me muito bem. Esta é que é a verdade.

No *Diário Económico*, a televisãozinha que eles têm... É que aquilo é uma televisão e aquilo transmite para a TV Cabo.

Agora, o que vou dizer é público e é só para recordar. Os senhores pertencem a um órgão de soberania e se eu puder ajudar a informar, muito bem — mas vou informar, não opinar. Primeiro, convidaram-me para fazer um recurso para o Supremo Tribunal Administrativo (não como advogado, porque não sou advogado, mas poderia liderar um escritório de advogados)

para impugnar aquilo que viesse a ser matéria legislada da competência do Governo sobre esta matéria. A minha resposta foi: nunca vão ter a minha assinatura numa coisa dessas. Isto foi o que eu disse ao Monteiro de Castro. E eu já não sou coordenador, nem membro do NEI. Tenho laços de camaradagem e de amizade com as pessoas — esta é a minha ética, e fui sempre assim. Portanto, não posso alinhar... E houve órgãos de comunicação social que me vieram confrontar com dados aborrecidos, Sr. Presidente, sobre uma ou duas pessoas do NEI e o que eu disse (e agora vou dizer uma palavra de rua, mas, como os senhores são eleitos pela nação, sabem que a nação fala assim, além de que eu não sou nobre, não tenho sangue azul, sou republicano e o meu sangue é vermelho) foi isto: não sou chibo, não falo mal dos meus colegas de negócios, ou de gabinete ou de profissão, não contam comigo para isso. Só quero que saibam que, em Portugal (e muitos que desprezam o Direito e gostam mais de Economia e Finanças, depois, quando «chove aqui em Santa Bárbara»...), as pessoas são inocentes até serem sentenciadas por uma sentença irrecurável. Por isso, tive de proteger dois colegas meus do NEI (e graças a Deus, nunca tive nada sobre mim). Mas, como seres humanos, eles comportaram-se sempre impecavelmente comigo, não tenho nada a dizer. A minha assinatura não torna a assumir nada pelo NEI, nem com a minha assinatura haverá um recurso contra o que se passou.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é só para agradecer os esclarecimentos e, para que não restem dúvidas sobre toda a forma considerante como entendemos dever tratar o Sr. Dr. Jaime Pereira

dos Santos, apetece-me dizer-lhe (e sei que entenderá), depois desta audição e uma vez que fez uso de tantas expressões jurídicas, que, a partir deste momento, oferecemos o merecimento dos autos.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Srs. Deputados, informo que, neste momento, estamos com três horas de audição.

Vamos passar ao Grupo Parlamentar do CDS-PP, concretamente às perguntas do Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

Tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, começo por cumprimentá-lo.

Penso que esta audição tem sido bastante esclarecedora. E relativamente a algumas questões que coloca ou até a algum comentário que faça, quero que perceba que o Sr. Doutor se dispôs a vir aqui, tem estado completamente disponível para responder a todas as nossas questões e nós, naturalmente, agradecemos-lo. Portanto, alguma questão que seja colocada que tenha a ver ou com a credibilidade ou com a capacidade de prosseguir com a proposta de que o Sr. Doutor foi protagonista não tem a ver com questões pessoais ou de mérito pessoal, mas com a questão de percebermos que aqui temos de lidar com factos e com responsabilidades. E o Sr. Doutor, sendo professor de Direito, como já aqui disse várias vezes, sabe que as opiniões podem ser enquadradoras, mas não podemos lidar aqui com especulação (especulação, no sentido jurídico). Portanto, temos de ir ao fundo de algumas questões.

Quero perguntar-lhe, relativamente às ameaças que sofreu, em que pé estão os processos decorrentes dessas ameaças.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, esta é uma oportunidade para eu poder repisar (no bom sentido da palavra) o mesmo caminho que fiz aqui logo no início, na minha comunicação, na qual fiz um pedido a esta Comissão, no sentido de não estarem presentes órgãos de comunicação social (e é também, conforme já referi, um pedido sobretudo de natureza familiar). E depois tentei ilustrar aqui o tipo de coisas de ordem social ou sociológica que se passaram (colegas, pessoas importantes, a minha mulher, e colegas bem colocados politicamente, pessoas que têm boas relações...). Portanto, não faz parte do meu feitiço pedir apoio aos órgãos de polícia criminal, pedindo a sua intervenção ou contactando-os. Nunca contactei um órgão de polícia criminal nesta matéria, nem qualquer tipo de autoridade. E, evidentemente, os senhores, sendo representantes da nação, conhecem a linguagem da nação. Não quero ser aqui uma pessoa de sangue azul, sou um cidadão normalíssimo, não ia fazer queixinhas a paizinho nenhum (nem ao Sr. Reitor, porque a mulher dele veio falar comigo). É como se não se tivesse passado nada.

A minha apreciação final, que o Sr. Deputado não pediu, mas merece, é esta: são coisas de rapazes e de pessoas que se deixaram deslumbrar por dinheiro ou por algum poder qualquer, e não há coisa mais passageira na vida do que isto. Sabe, o que fica na vida, penso, é a reputação da pessoa, aquilo que a pessoa faz e aquilo que a pessoa, de facto, é, e não as coisas que faz nos momentos que passam. Portanto, não atribuí qualquer importância a esse facto. Apenas trouxe isso — e peço desculpa por vos maçar com isso, porque eu até nem queria vir cá —,

porque foram coisas que, do ponto de vista sentimental e pessoal, assumiram uma grande monta. Mas não lhes liguei e não vou dar-lhes qualquer andamento, nem qualquer pessoa à minha volta teve especiais sentimentos de proteção, de se ir queixar, de falar ou de alarme. Mas que eles estavam alarmados, estavam (e disso ninguém pode ser responsável, nem o BIC). Portanto, havia pessoas que estavam a ser «mais papistas do que o Papa».

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, como compreenderá, sendo jurista, esta é uma comissão de inquérito. O Sr. Doutor falou sobre ameaças, sobre coação, sobre uma série de matérias que supõem que houve ilícitos criminais, praticados por terceiros, com vista a que o senhor praticasse ou não praticasse determinados atos. Ora, nós não podemos tomar conhecimento de supostos factos nesta Comissão de Inquérito, valorá-los como tal (e colegas fizeram isso, valoraram esses factos e colocaram questões em função da valoração que fizeram desses factos) e, depois, sabermos por parte do Sr. Doutor que (e passo a citá-lo) «é como se não se tivesse passado nada».

Peço-lhe imensa desculpa, mas se o Sr. Doutor acha que é como se não se tivesse passado nada e a consequência que tirou disso é não apresentar queixa nos órgãos competentes para esse efeito, não pode depois trazer o relato a esta Comissão, porque isso leva-nos a conhecer uma versão dos factos, que temos de respeitar e que não pomos em causa, mas que, obviamente, dizendo respeito a eventuais comportamentos criminosos, à

prática de ilícitos, só poderíamos considerar se eles estivessem a ser tratados como tal nos órgãos próprios.

Não sendo, peço imensa desculpa, Sr. Doutor, mas não vejo como poderemos considerar esses factos — digo-lho com todo o respeito. E com todo o respeito, porque isso, a acontecer, com certeza põe em causa o Sr. Doutor, a sua família, tudo isso. Mas também, peço-lhe imensa desculpa, até por tudo o que está envolvido (e o Sr. Doutor já falou aqui, várias vezes, em interesse público, em sentimentos que não são exclusivamente pessoais, mas têm a ver com a comunidade), até por isso, acho que merecia a competente participação a quem de direito, para que isso pudesse ser avaliado. E uma vez que não foi, vou ter de me restringir e, para mim, este assunto fica encerrado com a frase que o Sr. Doutor aqui disse: é como se não se tivesse passado nada. E o resto fica, de facto, remetido para a privacidade e a intimidade da vida do Sr. Doutor, pois foi essa a escolha que fez.

Posso perguntar-lhe (não citando nomes, porque não é isso que está em causa) se uma das pessoas que estava mais envolvida no NEI, que o Sr. Doutor já citou aqui variadas vezes ao longo desta audição, que inclusivamente terá sido uma das pessoas responsáveis por aquela proposta verbal na reunião com a Sr.^a Secretária de Estado, é uma pessoa que esteve envolvida (e é público que esteve envolvida) em tentativas de aquisição de uma companhia aérea portuguesa, de uma companhia aérea espanhola, de um clube de futebol e que, designadamente há pouco tempo, voltou a ser notícia por resistência às autoridades numa penhora e que está a ser julgada por essa resistência às autoridades e que tem também, como é público, ações a decorrer por burla qualificada e fraude fiscal.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, a minha demissão do NEI, em 31 de agosto do ano passado, não teve nada a ver com isso, mas, sim, com a não constituição da sede comercial — é só um esclarecimento sobre a minha razão de ciência a respeito desses factos.

Depois, mais tarde, houve uma pessoa que não deu o nome para o NEI, mas que era um associado e que, juntamente com outros, me disse que tinha uma triste notícia para me dar sobre o Sr. Dr. Vítor Manuel Pinto da Costa. E eu disse-lhe que não podia pensar isso, que era impossível para mim. Era uma certidão, um papel. E mais não os deixei falar.

Mais tarde, pela comunicação social, vim a saber dos factos que o Sr. Deputado João Almeida está a referir-me. São todos do meu conhecimento: a Air Luxor, a companhia aérea, o Beira-Mar, etc. Soube de tudo isso pela comunicação social.

Mais: houve duas pessoas do NEI que não chegaram a dar o nome e que, de vez em quando, fazem recortes disso por via eletrónica e me mandam *e-mails* dizendo que é triste, é aborrecido o que o Vítor fez, que se deixa cair nestas coisas e faz estas coisas.

Mas a vida social é assim.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não me cabe fazer comentários sobre isso. Portanto, está esclarecido.

Outra questão tem a ver com o seguinte: imagine que a proposta de 100 milhões de euros tinha sido aceite naquele momento pelo Governo. Quem é que comprava o banco, o BPN?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, tinha de ser feita uma ata, na sequência da qual teria de ser aprovada por um decreto do Ministro a minuta do contrato de promessa de compra e venda e os termos do contrato definitivo e a situação transitória. E, na sequência disto, tinha de ser emitido um despacho para procedimentos (o que tínhamos de fazer, depositar, identificar).

É evidente que, se isso tivesse acontecido, havia duas pessoas (cujo nome não vou dizer e acho que os senhores não precisam, nem querem, pois são pessoas de bem, que eu faça esse papel) que vim a saber que não poderiam ser acionistas do Banco (simples acionistas, detentores de ações), a menos que se fizesse uma sociedade anónima, pois uma sociedade anónima, sim, poderia ser detentora das ações.

Só queria lembrar — mas também não quero passar de aluno a professor —, como os Srs. Deputados sabem muito melhor do que eu, o que se passa no sistema bancário a nível mundial. Grandes surpresas: gestores, presidentes e acionistas (e mais não digo)...

Digamos não seria caso *sui generis* e espero que corra tudo bem ao Governo nas coisas que estão a fazer, pela Europa fora e assim... Mas não seria caso *sui generis* o estarmos rodeados de pessoas que, depois, teriam problemas, digamos assim, e não poderiam ser acionistas.

É só o que posso dizer.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Sr. Deputado João Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, registo a resposta, que é relevante, mas não foi isso que perguntei. Ficámos a saber agora que havia pessoas que estavam envolvidas mas que não podiam sequer ser acionistas, por problemas que tinham. Não sabíamos disso, eu próprio não o perguntei e não sabia, mas é uma informação relevante.

Mas eu perguntei outra coisa:...

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Penso que foram problemas posteriores...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois, não sei. Como disse, desconhecia isso.

Mas o Sr. Doutor falou, depois, e muito bem, sobre os termos do contrato e a forma do contrato. Acontece que a primeira coisa de um contrato, como sabe muito bem, é a identificação das partes e foi sobre isso que eu perguntei.

Na identificação das partes desse contrato, antes de irmos aos termos todos, com quem é que era celebrado o negócio? Há uma proposta de 100 milhões, tem de se elaborar um contrato. Quem são as partes desse contrato? Por parte do Estado, sabemos, mas o adquirente quem era?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, faça favor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, realmente esta é uma matéria ainda não focada, mas está nas propostas, na primeira e na segunda propostas.

No prazo que mediasse entre a notificação de que o Banco,... as ações do Banco podiam vir a ser entregues, autopropusemos um prazo de 30 dias para, alínea *a*), apresentar uma sociedade e fazer prova de bom cumprimento.

Portanto, torneámos com palavras que não são de estilo, não são palavras de conceito, são palavras coloquiais, para não nos obrigar logo à caução, em 30 dias, nem a um depósito de sinal. Redigimos assim. Nunca ninguém chamou a atenção para isso e estávamos confiantes de que tínhamos 30 dias para fazer uma sociedade comercial e, obviamente, fazer prova de fundos.

Foi o que pensámos, Sr. Deputado, está na proposta. Seriam 30 dias.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Sr. Deputado João Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Doutor já aqui fez alusão à experiência que tem do ponto de vista empresarial. Mesmo do ponto de vista de negócios privados, atendendo aos valores envolvidos, atendendo às características especiais do negócio, mesmo que fosse um negócio entre privados, haver um comprometimento, celebrar um negócio com uma parte que não tinha ainda a sociedade para celebrar esse contrato, que não tinha prova de fundos — e já nem falo do Estado, já iremos ao Estado —, o Sr. Doutor considera que, reputacionalmente, uma sociedade pode fazer um negócio (que é público, que o era inevitavelmente), com

uma entidade que não existe mas existirá daí a 30 dias?! E sem uma prova de fundos, que também só existirá dentro de 30 dias?!

O Sr. Doutor sabe que, infelizmente, a título privado, o que acontece muitas vezes nessas situações é que os negócios não se concretizam, porque a parte que tinha que constituir a sociedade não a constitui ou que tinha de fazer a prova de fundos acaba por não a fazer. E o Sr. Doutor sabe também perfeitamente qual é o efeito reputacional que isto tem na sociedade «enganada». O mercado lê como um falhanço, do ponto de vista empresarial, uma operação que corre nestes termos.

O Sr. Doutor acha que o Estado, não era sequer uma entidade privada, tinha condições para suportar o risco de um negócio concluído nestes termos?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, faça favor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, existe uma figura que não pode ser usada de forma nenhuma, seja por quem for que se sente aqui, penso eu, que é o retorquir.

Isto é uma sede política, não imponho a mim mesmo uma *capitis diminutio* mas não foi para isso que eu fui aqui chamado, para exercer direito de opinião política. Não foi para isso que fui cá chamado.

Portanto, penso que devia ter sido feita uma segunda fase de negociações: «a partir de agora, só com caução.» Nunca fomos chamados a prestar caução nem a apresentar garantias.

Sr. Deputado, estou a falar com pessoas altamente experientes em negócios públicos e, provavelmente, privados. São pessoas com profissões liberais, etc., e toda a gente sabe qual é a lei de bases sobre empreitadas e

fornecimentos de obras públicas: é preciso prestar caução e garantia. Ora, se para fornecer é preciso prestar caução e garantia (estamos a lidar com o Estado), quanto mais para ficar com uma coisa que é do Estado e representa 9000 milhões...

Achámos — a sério! — que iria haver, antes da conferência de imprensa no Ritz... «Eles agora vão impor-nos fundos», fui sempre avisando. «Isto, agora, vai haver uma segunda ronda.» Não está nada previsto no regulamento.

O Monteiro de Castro falou comigo e disse: «Vai haver. Você tem de dar uma conferência de imprensa para dar um balão de oxigénio a isto. Com certeza que sim. A não ser que haja uma resolução do Conselho de Ministros e, nesse aspeto, não estão a cumprir a regras do decreto e do regulamento feitos pelo Governo anterior. Mas nós temos de fazer os nossos trabalhos de casa. Você dê a conferência de imprensa.»

No fundo, foi essa a razão da minha demissão em 31 de agosto. Acho que está explicado que, obviamente, poderia ter havido (não é obrigatório, nesse aspeto não foi cometido...) uma fase em que só ficavam as pessoas que fizessem provas de fundos, depósitos, garantias.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Sr. Deputado João Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estando o Sr. Doutor convencido de que haveria uma segunda fase em que os concorrentes teriam de prestar caução, qual era a caução que o NEI estava disposto a prestar e com que fundos prestaria essa caução?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, faça favor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, eu posso opinar mas não vale a pena, porque os senhores têm aqui peritos... É só informativo. Quero que saibam o que se passou.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Peço desculpa mas, se me permite, o Sr. Doutor era coordenador de um promitente comprador, não formalmente mas de um promitente comprador. Estou a perguntar-lhe até que valor de caução, até quanto é que podiam prestar caução e com que fundos, porque foi o Sr. Doutor que disse que estavam convencidos de que iam ter de a prestar.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Exatamente!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que lhe pergunto, como responsável máximo por essa proposta, não é uma opinião, é factual. Quanto e como?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Quando demos a conferência de imprensa, ficou decidido internamente o seguinte: vamos dar a conferência de imprensa, vamos dizer que o concurso não acabou, não há uma resolução do Conselho de Ministros e, no dia seguinte, chegam e dizem-nos: «Ah, querem? Então, façam prova de fundos. Não está no regulamento, mas emito um despacho nesse sentido.»

Como esse despacho não existiu, não se trabalhou como eu queria dentro do NEI. Já dei a resposta ao Sr. Dr. Entre 15 a 31 de agosto, entre

férias, telefonemas, hotéis, Algarve, e tal, e eu, nada, em Lisboa, a trabalhar... Ok, vamos cumprir até ao fim, não custa nada... Em 31 de agosto mandei um *e-mail* geral: «Demito-me de coordenador do NEI e do NEI.»

Fiz aquilo que se pretendia, na minha opinião: deixar a brecha. Não tinha havido uma resolução. Não se fazem os trabalhos de casa, estamos de férias... Não estou para isto...

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Sr. Deputado João Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, desculpe ser persistente mas, ao dizer «não se fazem os trabalhos de casa», podemos concluir que se, de facto, tivesse de prestar essa caução, o NEI, naquele momento, não tinha reunidas as condições para o fazer?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, faça favor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Não tenho provas daquilo que vou dizer e, portanto, vou dar a minha opinião: ia ser difícil, mas naquele momento — como sabe, de modo geral, são oito dias — penso que poderíamos depositar 1 milhão de euros. É o meu convencimento e eu achava que era insuficiente. Vou dizer-lhe porquê. É porque fazer o capital social de uma sociedade anónima com um número decente — vamos dizer de 500 000 — e prestar caução (nunca iria admitir que se prestasse caução com o próprio capital social, com as ações, isso não, portanto, era isto que

estava em causa) no mínimo 10% do sinal depositado como caução para continuar a conversar com o Governo...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas o Sr. Doutor achava que era difícil que se conseguisse?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Pensei que estaria ao meu alcance, mas como não foi concretizado, sobretudo a parte da sociedade... Uma vez feita a sociedade, isso penso que seria mais factível. O que exige foi as duas coisas (não era uma e depois outra, não): faz-se a sociedade e arranja-se 1 milhão de euros para se poder prestar uma caução minimamente digna, num negócio com o Estado.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, Vitalino Canas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Arranja-se, mas teriam de ir arranjar. Pelo menos, sabiam a que bancos é que se iriam dirigir para obter esse financiamento? Quem é que se iria responsabilizar? Que garantias dariam desse financiamento? Alguma dessas coisas estava preparada? Algum desse «trabalho de casa» — a expressão é do Sr. Doutor e penso que é muito feliz — estava feito? Havia condições? Era só uma instituição financeira? Era um sindicato bancário? Como é que tudo isto estava a ser preparado?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, faça favor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, sei que os senhores têm poder para isso, como Comissão de Inquérito, mas eu não posso, ou não devo, a um ano de distância, estar aqui a revelar esses pormenores.

Penso que para a sociedade as pessoas estavam todas preparadas. Isso seria inacreditável... Mas como não se concretizou o que estava gizado, através de *e-mails*, reuniões, etc., eu disse que «férias ou não férias, não há férias» e a 31 de agosto tomei a minha decisão.

Estava gizado e preparado, com nomes, com empresas — isso exige, como sabe, muito trabalho, engenharia financeira —, para se vir a levantar esse dinheiro de um conjunto de tesourarias e de um ou mais bancos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Deu aqui a entender, e a proposta do NEI também ia nesse sentido, que não necessitariam da recapitalização do Banco.

Como sabe, o BPN, para funcionar regularmente, precisava de cumprir os rácios a que legalmente estava obrigado. Não sendo o Estado a fazer essa recapitalização, como é que o NEI ia financiar a recapitalização do BPN para cumprir os rácios a que estava obrigado?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, faça favor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Vou tentar ser imparcial e dizer-lhe, na primeira parte da minha resposta, o que foi lá dito e não qual a minha opinião hoje, porque isso não interessa nada.

O que foi lá dito, o que era nosso convencimento e o que pensamos que se pode deduzir do texto reduzido e compactado da proposta — temos de convir que, para proposta para adquirir um banco, era uma coisa altamente sumariada, era um documento pequeníssimo, não sei se de 12 ou 14 páginas — é o seguinte: em relação à recapitalização, é óbvio que teríamos de contar com a colaboração do Governo (está lá escrito), alínea *a*), modificar a lei bancária.

Aparte inaudível na gravação.

Sim, sim, modificar a lei bancária!

Em segundo lugar, ter uma autorização especial da supervisão bancária em relação ao BPN. É que não existem autorizações prévias... Mas está lá na proposta, em linguagem não muito jurídica mas mais corriqueira.

Em terceiro lugar, para salvar um «barco» daquele tamanho, seria preciso, obviamente, aumentarmos o capital e emitir obrigações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já lá vamos a isso.

Disse que essa não é a opinião do Sr. Doutor neste momento. Qual é, então, a opinião do Sr. Doutor neste momento?

No início da sua frase, disse que «na altura era assim, embora isso não seja a minha opinião neste momento». Então, qual é a sua opinião sobre isto neste momento?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, faça favor.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Neste momento, estou afastado e, portanto, não sei os números do BPN. Estas coisas só valem a «quente», quando estamos dentro.

O que queria dizer ao Sr. Doutor em relação às obrigações e ao aumento do capital tem a ver com o seguinte: no *corporate banking* temos de interessar outros banqueiros e outros operadores financeiros do mercado nos bens que temos em carteira. Tínhamos coisas altamente atrativas.... Vamos pôr o Efisa de parte. Tínhamos coisas atrativas em carteira, tínhamos não sei quantas sociedades financeiras e umas banquetas, sobretudo o Banco no Brasil. E essas coisas tinham de ser bem analisadas porque, às vezes, o valor está na cabeça das pessoas e está na oportunidade que têm em falar e em procurar sinergias e oportunidades e não ficarem prisioneiras de interesses mesquinhos de acionistas ou de alguém que está de passagem no Banco, portanto, teria de ter um efeito despoletador, um efeito libertador, um efeito de sinergia.

Portanto, o que tínhamos preparado era uma comissão consultiva, de que alguns acionistas, provavelmente, fizessem parte, para, junto do executivo do Banco, ir procurar esse valor a mais que essas instituições poderiam ter e, no setor da saúde e do imoturismo, também poderemos vender a tempo. Isto porque essa coisa de que deve 100... vale 98... temos de esperar... é errado. Tínhamos de arranjar e tomar soluções imediatíssimas, Sr. Deputado, porque toda a gente estava a prever, mas quem é dono às vezes é egoísta e não quer ver — e o pior cego é aquele que não quer ver —, que as coisas iriam desvalorizar ainda mais. As coisas iriam desvalorizar ainda mais e a crise ainda se iria generalizar e aprofundar mais.

Nós não fomos génios, mas, pelo menos, tivemos alguns elogios da Roland Berger, de que, em princípio, o cenário, infelizmente para todos nós, era para piorar e que iriam ser tomadas medidas muito rápidas e imediatas sobre o imoturismo e o sector financeiro, os bancos e as sociedades que o próprio BPN detinha.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, ficamos a saber que a proposta do NEI, para além das outras condicionantes, só seria viável se houvesse uma alteração da lei e uma exceção decretada pelo supervisor. Uma exceção pró-BPN decretada pelo supervisor!

Sr. Doutor, o NEI também se propunha ficar com todos os trabalhadores. Sabendo que a exploração do Banco era negativa, sabendo que não tinham nenhuma forma de conseguir atrair capital, de conseguir financiar sequer para essa mesma exploração, como é que assegurava que, ficando com todos os trabalhadores, lhes conseguiria pagar os salários?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Presidente, o Sr. Deputado está a arrastar-me para uma área política e eu vou dar a minha opinião, mas já na altura a tinha.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pagar salários de uma empresa não é uma área política.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — É, é!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É a coisa mais básica que há.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Não...!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É a primeira de todas as obrigações de todos os meses.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — A política está ligada a tudo!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O senhor tem uma empresa com uma exploração negativa; propõe-se ficar com todos os trabalhadores sem fazer uma reestruturação. Pergunto: como é que assegura o pagamento dos vencimentos? Penso que é uma pergunta legítima.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, de certeza absoluta que nos seus trabalhos diários não se zanga com ninguém e que umas vezes tem de dizer «sim» e outras vezes tem de dizer «não». Isto é que é ser *pater familias*, é ser um bom gestor.

Nós avisámos logo, com toda a lisura, que ordenados milionários, nem pensar! Acima de 3000 €.. Eu disse logo — quem ia fazer a figura de mau era eu, eu e um grupo de outras pessoas — que ordenados acima dos

3000 € são todos muito bem revistos. Não vamos viver à conta de um «doente» que está a oxigénio e a soro! Isto foi logo! Por isso é que nós não queríamos dar ao manifesto, como deslumbrados, já donos de um banco...! Imaginem: estes pigmeus donos de um banco!... Não é bem assim!

Íamos aproveitar uma parte da administração ou direção, mas eles tinham de vir a saber, pelos canais próprios, a seu tempo próprio e com moderação, o que iria acontecer, para poder ficar toda a gente e aproveitar-se a grande sinergia que aquele Banco tem.

As soluções de *outsourcing* são evidentemente uma das coisas que mais se costuma fazer, e estamos a falar de administração e direção de bancos que são pessoas que têm ligações, são poderosas e podem autopropulsionar-se através de autopropostas de *outsourcing*.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Isso está na proposta, Sr. Deputado.

Em relação aos trabalhadores comuns — estamos a falar de agências e não da estrutura central —, o que estava dito era que os balcões itinerantes eram uma das apostas, mas não há dinheiro para tudo. Portanto, isto tinha de ser com parcerias e nós próprios e com algum prazo.

Agora, em matéria de exceções é assim: as exceções foram feitas à banca portuguesa. O *tier ratio* tem sido negociado. Exceções à banca é o que se vê por aí fora! Exceções à banca, desde a América até à China, passando pela Europa, Sr. Deputado, e a nível nacional, é o que se vê mais! Invocar cláusulas de exceção junto de Bruxelas, e não temos 9%, 8%, 6%...!

Portanto, Sr. Deputado, isso seria relativamente simples... E, como pusemos em cima da mesa, nunca nos disseram nada a esse respeito, Sr. Deputado. A sério! Não leve mal! Nunca nos disseram: «olhe, isso é uma cláusula impossível!». Tenho ouvido o Sr. Deputado na televisão e penso que, enfim... Não são cláusulas impossíveis, porque, se fossem cláusulas consideradas impossíveis, seríamos afastados do concurso. Nunca ninguém nos disse que a cláusula era impossível. Pelo contrário, éramos leais. Exceções à banca era o que mais tinha sido feito. «Buracos» na supervisão, era contra isto que estávamos. Aliás, temos alertado o Banco de que a sangria iria continuar, se não houvesse *software* «standardizado». Fizemos várias propostas construtivas. Como inteligência nacional, de que também fazemos parte, quisemos fazer propostas construtivas para um governo acabado de entrar e que tinha de entrar com alguma força.

Sr. Deputado, penso que fomos leais, que fomos diretos...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é que já é pedir...!

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Acho que ninguém considerou as cláusulas impossíveis! Peço o favor de o Sr. Deputado não considerar esta cláusula impossível, porque assim não foi considerada pelo Governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Qual era a estratégia que tinha, e que já falou há pouco, para o Efisa e para a Real Seguros?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, a solução geral que consta da proposta tem a ver com partenariados e com consultadoria financeira. E, em último caso, aquilo que está previsto nas entrelinhas da proposta é que quem quisesse fazer parceria connosco tinha de ser sócio do Banco, tinha de concorrer a um aumento de capital e comprar obrigações. Portanto, a quem quisesse ir ao BPN buscar coisas a bom preço com passivos negociados nós podíamos fazer o mesmo que a Parvalorem e a Parpública, só que mais rapidamente. E, como somos privados, não temos magistratura pública para nos defendermos, iríamos ser exprimidos pelos nossos parceiros. Portanto, em princípio, penso que eram negócios fázeis, e havia contactos nesse sentido, mas não se pode fazer tudo enquanto se está fora, só depois de se entrar lá.

Em linhas gerais era isto.

Primeiro, está na proposta. Segundo, havia uma estratégia, havia entidades já preparadas para virem a ser nossos parceiros na consultadoria financeira internacional e no partenariado no ramo desses negócios, para os manter vivos, embora redimensionados ou reformatados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, eu não percebi uma coisa da intervenção de há pouco e agora desta.

Perguntei pelo Efisa, por ter ouvido falar disso, e pela Real Seguro, por ser outra entidade. Quando se candidatou, o Sr. Doutor estava convencido de que ao adquirir o BPN também adquiria estas entidades? Pareceu-me isto, por isso é que perguntei.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, não nos pareceu nada. A sério! Não nos pareceu nada! Consultámos o *data room*, não tivemos reuniões preparatórias, não fomos chamados para debates preliminares para apresentação de manifestação de interesses, que são esses documentozinhos com duas ou três páginas e que devem estar aí no início da proposta. Não fomos chamados para nada, Sr. Deputado. Isto é tudo a seco! Não vão haver debates, não nos vão dar oportunidade nenhuma! Vamos andando, às cegas! Vamos andando!

Portanto, tomámos como adquirido o facto de nos candidatarmos a todo o perímetro, pois não havia nenhuma decisão, nem deliberação nem nenhum projeto de vir a excluir alguma coisa. Para nós, o Efisa é nosso, o banco do Brasil é nosso. É tudo BPN.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Dá-me licença?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pareceu-me exatamente isso, Sr. Dr. E, na altura, já nada disso era BPN e é impossível que no *data*

room não estivesse essa informação, porque ela constava dos documentos oficiais do BPN.

Fico-me por aqui, mas penso que é uma conclusão evidente o facto de haver aqui um problema maior do que qualquer um dos já aqui apurados, é que os senhores ofereciam determinadas condições para comprar uma coisa que não era aquela que estava à venda. Os senhores estavam convencidos, e deram, obviamente, um valor superior em função do perímetro que calculavam estar à venda... Mas, e peço desculpa, Sr. Doutor, tenho de lho dizer com toda a frontalidade, tinham toda a informação para saberem que o perímetro não era esse e para, assim, fazerem a proposta noutros termos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, se foi dito, em negociações: o lixo tóxico que os senhores não querem, quer da Parvalorem quer da Parpública, juntem-no à proposta. Nada foi dito!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, só para que fique claro. Estamos a falar de entidades e, portanto, isto aqui é uma questão societária. Se estas sociedades eram ou não detidas pelo BPN, não estamos a falar de ativos tóxicos, não tóxicos; estamos a falar de uma questão societária. Quando os senhores fazem uma proposta para adquirir um banco

têm de saber, naturalmente, que sociedade é que esse banco detém — esta informação constava do *data room*.

O que fica aqui evidente é que havia entidades que não eram propriedade do BPN à data em que os senhores consultaram o *data room* e os senhores não tinham a noção disso. Convirá que esta é uma informação importante para podermos fazer a avaliação dos termos em que se processou a apresentação da proposta e a própria negociação.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início à segunda ronda desta audição, de acordo com as regras que são conhecidas.

Já se encontram inscritos os Srs. Deputados Honório Novo, Basílio Horta, Ana Catarina Mendonça e Afonso Oliveira.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Presidente, prescindo do uso da palavra.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado Basílio Horta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Pereira dos Santos, no início desta segunda volta, porque ela é feita de uma forma diferente da primeira volta, isto é, primeiro fazemos todas as perguntas e só depois, no fim, é que o senhor responde, peço-lhe que tenha a maçada de pegar numa caneta e num papel para registar todas as perguntas, porque, como vou fazer muitas e, certamente, os meus colegas também irão fazer muitas, ao fim de quatro rondas o senhor certamente ter-se-á esquecido.

Começo exatamente pelo princípio, isto é vou retornar e retomar a primeira pergunta que há pouco lhe fiz.

O Sr. Doutor disse que era professor na Lusófona, que foi contactado por um conjunto de amigos, de conhecidos e de empresários representantes de diversas instituições e entidades para constituir o NEI e que se desvinculou do NEI em 31 de agosto de 2011, pediu a demissão de coordenador do NEI.

Queria perceber o que é que o Sr. Doutor hoje faz. Fomos informados pelos serviços de que o senhor hoje em dia já não estaria a dar aulas na Lusófona e, portanto, gostaríamos de saber qual é exatamente a sua atividade profissional neste momento. Onde é que desenvolve a sua atividade profissional e ao serviço de quem é que desenvolve a atividade profissional. Esta é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é mais um comentário. Nós, eu, pelo menos, não subscrevo qualquer tipo de alusão que possa ser inferida pelo facto de entre os membros do NEI estarem eventualmente pessoas objeto de investigação judicial. Nos últimos tempos temo-nos habituado a ver sucessivamente processos de indiciação judicial, cujo desenlace final em tribunal é a ilibação dos arguidos. Ainda há pouco tempo tivemos o caso do Freeport; em tempos menos recentes tivemos o famoso caso dos sobreiros, e por aí fora. E não consideramos que haja uma diminuição de direitos de ninguém o facto de serem arguidos de processos e sabemos que alguns dos membros do NEI o eram já à altura da apresentação da candidatura. Mas não nos parece que, até demonstração em tribunal, algumas dessas pessoas possam ser diminuídas nos seus direitos. Portanto, esta era não uma pergunta mas, digamos assim, uma afirmação.

Pergunto: qual é a entidade coletiva de interesse público que faz parte dos 15 elementos constitutivos do NEI?

O senhor, no dia 1 de agosto de 2011, anunciou que iria pedir uma reunião ao Sr. Ministro das Finanças para tratar de problemas relacionados

com a decisão anunciada na véspera pelo Governo, relativamente à privatização. Pergunto: foi feito este pedido de reunião? Essa reunião concretizou-se, ou não? Se não se concretizou, por que é que não se concretizou. Se se concretizou, o que é que resultou dessa reunião com o Sr. Ministro das Finanças.

Terceira questão: é ou não lícito eu concluir que o senhor nunca teve formalmente adquirida a anuência do Dr. José Eduardo Bettencourt e do Dr. José Carvalho das Neves como potenciais intervenientes no projeto do NEI? «Formalmente» significa através de um pré-contrato, de uma ligação escrita de qualquer natureza com qualquer destas duas pessoas.

Quarta questão: há pouco, o Sr. Doutor anunciou que o tinham convidado para apresentar um recurso ao Supremo Tribunal Administrativo. Sr. Doutor, numa Comissão de Inquérito desta natureza não se pode — salvo melhor entendimento, que julgo que não existe — fazer afirmações desta natureza sem nomear, sem indicar, sem indigitar. Portanto, quem é que o convidou?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — O Sr. Doutor disse!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Eu não ouvi... Disse? Então, se disse, peço desculpa, Sr. Doutor, foi distração minha. Esqueça esta pergunta porque depois consulto as atas.

Passo à pergunta seguinte. O Sr. Doutor conhece bem, ou mal, o Dr. Fernando Teles? Se conhece bem, há quantos anos o conhece? Que tipo de contactos pessoais e profissionais teve o senhor ao longo da sua vida com o Dr. Fernando Teles? Gostava de os conhecer de uma forma extensiva e completa.

Vou fazer-lhe exatamente o mesmo tipo de perguntas relativamente ao Sr. Eng.º Mira Amaral. Quando é que conheceu o Eng.º Mira Amaral? Que contactos teve com ele? Foram contactos profissionais? De amizade? Foram jogar golfe? Não foram jogar golfe? Pergunto isto porque o Sr. Doutor já por várias vezes se referiu a estas duas pessoas dizendo «o Mira Amaral», «o Fernando Teles». Portanto, quero saber exatamente o que significa isto em termos de relacionamento profissional, pessoal, de amizade, de famílias, de visita de casa, de convívio de férias, de «Algarves» (para usar uma expressão que usou aqui).

Queria também saber se o senhor pessoalmente, ou se teve conhecimento, mesmo posteriormente, se alguém da comissão negociadora do NEI, constituída por quatro pessoas, ou se alguém entre os 15 membros do NEI, neste período de negociação ou de prévia apresentação da candidatura das propostas, teve algum contacto com elementos ligados ao Montepio e/ou ligações, contactos, conversas com membros ligados ao BIC.

O Sr. Doutor demitiu-se em 31 de agosto do NEI, por isso, como é natural, agora não pode responder pelo NEI — aliás, sobre esta matéria já lhe fiz uma outra pergunta logo no início —, mas gostava de perceber o que é feito do NEI depois de 31 de agosto. Que atividade visível, que todos possamos conhecer, e que o senhor conheça, o NEI desenvolveu a partir de 1 de setembro de 2011 até agora? Isto é, transformou-se em estrutura com sociedade anónima para, eventualmente, potenciar os objetivos anunciados em junho, de fazer uma frente nacional de investidores portugueses para se lançar a projetos conjuntos, etc.? Ou tem conhecimento de que, pelo contrário, o NEI terá, eventualmente, perdido esta perspetiva dinamizadora a partir do momento em que o senhor o abandonou, em 31 de agosto de 2011?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, muitas das questões que eu queria colocar acabaram de ser colocadas pelo Sr. Deputado Honório Novo, pelo que vou correr o risco de repetir algumas delas, porque acho que são muito importantes no final desta nossa audição de toda a manhã. É que, penso, ao longo de toda a manhã — Sr. Doutor, perdoe-me esta conclusão, que é minha — houve muitas contradições e houve, sobretudo, uma perceção de que o NEI, representado aqui pelo Sr. Doutor, tinha pouco conhecimento da situação do BPN, tinha pouco conhecimento do perímetro a comprar, tinha suspeitas... Enfim, nem quero caracterizar...

Vamos às perguntas concretas para ver se conseguimos sair daqui com uma conclusão diferente daquela que neste momento tenho, e que já lhe digo qual é.

Quando é que foi criado o NEI? Qual era o objetivo do NEI? Que tipo de estrutura tinha? Sr. Doutor, de uma vez por todas, explique-nos quem é o núcleo fundador do NEI. Quais são as empresas associadas? Qual é o banco que está associado? Qual é a agência turística? Ó Sr. Doutor, diga-nos qualquer coisa que nos permita saber o que é o NEI, que tinha 15 elementos — e que, pelas suas palavras, até passou a ter mais, embora o Sr. Doutor não quisesse que tivesse mais — mas do qual só revela cinco nomes, para além de outros tantos que conhecemos pela comunicação social. Diga quem é o núcleo fundador. Explique-nos quando é que se extinguiu o NEI, se é que se extinguiu.

O Sr. Doutor saiu do NEI no dia 31 de agosto de 2011, como já aqui foi dito, um mês depois, note-se, da venda do BPN ao BIC. Volto a fazer uma pergunta, porque é importante para nós. O Sr. Doutor disse aqui que estava a dar aulas na Lusófona, mas tanto quanto se sabe já não está. Qual é a sua atividade profissional atualmente e para quem é que trabalha?

Sobre a negociação, sobre as reuniões que houve, as idas e vindas, os encontros nas escadas rolantes, as atas que não existem, os preços que dão, o dinheiro que têm, volto a pergunta o mesmo que perguntei há pouco: os 100 milhões de euros que foram oferecidos vinham de onde? Onde estava esse dinheiro para entregar no dia 30 ou 31 de julho ao Governo?

Sr. Doutor, perdoe-me, mas não termino esta audição sem dizer qual é a minha suspeita, e que apenas a mim me responsabiliza. Sr. Doutor, se não esclarecer aquilo que lhe foi perguntado agora, quer por mim quer pelo Sr. Deputado Honório Novo, que vai de encontro às perguntas que lhe fiz, a minha conclusão nesta audição do dia de hoje, repito, face à impossibilidade de se perceber o que é o NEI, para que foi criado e quem são as pessoas que os constituem, face às contradições sobre os processos negociais e as reuniões que houve, é a de que o NEI foi criado para que houvesse um concorrente direto com o BIC nas negociações com o Governo. Resta-me saber quem criou o NEI de facto para saber se esta suspeita se vem a confirmar ou se não se confirma, Sr. Dr.. Porque aquilo que aqui nos aparece são peças muito soltas de quem não ia à negociação crente de que ia comprar de facto o BPN.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, boa-tarde. Vou ser muito rápido nas questões que quero colocar, no entanto pretendo fazer algumas considerações prévias.

Sr. Doutor, ao nível da gestão do Banco disse aqui hoje, há quatro horas, que agregou um conjunto de pessoas que não se conheciam (foi o que disse no início da reunião), mas não conseguiu informar esta Comissão de quem eram as pessoas que faziam parte do NEI, não conseguiu, durante as quatro horas desta audição, transmitir-nos de forma clara de que forma o NEI iria gerir o Banco.

Disse há bocadinho, em resposta ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida, que a proposta seria no sentido de alterar as regras de gestão bancária — foi isto que percebi — para funcionar ao nível do Banco. Falou também na possibilidade de uma alteração especial para alterar a supervisão bancária?! Só percebo isto se fosse para aumentar a supervisão bancária, não para reduzir!... Espero que seja isto. Disse também uma outra coisa sobre a qual, apesar de mais ninguém ter falado nessa questão, vale a pena refletir: disse que prescindia de recapitalizar o Banco. Disse que prescindia, na proposta — palavras suas, no início da audição —, de recapitalizar o Banco. Pergunto-lhe de que forma o NEI, tomando posse do BPN, cumpriria os rácios de solvabilidade, porque o Banco estava com capitais próprios negativos. De que forma o faria? Se não era o Estado, quem é que o fazia?

Durante esta manhã, ao longo de quatro horas — e tentei estar com o máximo de atenção possível —, deixe-me dizer-lhe, com todo o respeito, que nunca percebi que estratégia tinha o NEI para o Banco. Não percebi!

O Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos falou nesta Comissão, como foi agora referenciado pela Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça, na oferta

dos 100 milhões de euros. Quero retomar esta questão, porque é muito importante e convém que fique aqui muito bem explicada.

Devo dizer que, de acordo com os dados que tenho, que correspondem à verdade, com certeza, e que já aqui foram referenciados, o NEI apresentou uma adenda ao contrato inicial em 27 de julho de 2011, na qual propunha um primeiro pagamento de 5% do valor proposto, ou seja, de 5 milhões de euros, no final de 2011. Houve uma segunda adenda ao contrato inicial, apresentada em 29 de julho de 2001 (lembro que 31 de julho era a data limite para que fosse cumprido), em que propunha um primeiro pagamento de 20 milhões de euros.

Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, vou dizer-lhe uma coisa de forma muito clara e muito direta, e depois dir-me-á se é verdade, se concorda com o que vou afirmar ou não.

Por todos os dados que temos em cima da mesa, por tudo o que foi aqui referenciado, não houve nenhuma proposta do NEI para comprar o Banco por 100 milhões de euros. Não houve! O que o Sr. Doutor aqui afirmou durante a reunião é que houve várias propostas de adenda ao contrato e que, pelo que disse nesta Comissão, houve alguém que durante a reunião na Secretaria de Estado, sem a sua autorização, sem o seu consentimento, falou na hipótese de 100 milhões de euros. Sr. Doutor, este não é um negócio que se faça sentado à mesa do café nem é um negócio para comprar, com todo o respeito, uma pequena empresa ou um quiosque; estamos a falar de comprar um banco, havia um tempo determinado para tomar uma decisão e era uma matéria da maior importância, sobre a qual o Governo tinha de tomar uma decisão.

Deixo-lhe esta afirmação, que gostava que comentasse: não houve formalmente nenhuma proposta para comprar o Banco por 100 milhões de euros, nem houve da parte do NEI, de acordo com os dados que tenho — já

foi colocada esta questão, mas eu gostava de a recolocar —, nenhuma demonstração, nenhuma explicação, nenhuma prova de como iria cumprir o pagamento dos 20 milhões de euros. Portanto, coloco esta questão: como é que o NEI cumpriria?

Como é que o Governo aceitaria a proposta de um conjunto de investidores que nem se conheciam no início do processo, de acordo com o que aqui disse? Se nem nós, durante quatro horas, percebemos ou conhecemos a estratégia, como é que o Governo, durante as várias reuniões, iria perceber a estratégia, Sr. Doutor, com todo o respeito e toda a consideração? Como era possível o Governo perceber que tinha pela frente um conjunto de pessoas que conheciam o que era um banco, quando estamos a falar de um banco com as condições que aquele tinha, de um banco que precisava de uma nova estratégia? Esta é uma matéria muito sensível, pelo que gostava que comentasse de forma muito clara esta questão dos 100 milhões de euros, porque é muito importante este esclarecimento.

A minha profunda convicção, e os dados que tenho são muito claros e muito fiáveis, é a de que não houve nenhuma proposta. Nem consigo perceber, Sr. Doutor, como foi possível avançar durante esta audição com essa possibilidade. Do que devíamos ter falado aqui era de factos, porque esta Comissão pretende apurar factos. Conhecemos a proposta feita pelo NEI, faz parte da documentação entregue nesta Comissão, que está a investigar este processo, e, deixe-me dizer, não faz nenhum sentido introduzir um dado sobre o qual não temos nenhuma prova e que nem aconteceu do ponto de vista formal, Sr. Doutor, porque é disso que estamos aqui a falar, não estamos a falar de nenhuma conversa.

Para terminar, deixo uma última nota em relação à intervenção da Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça, que não consegui perceber.

Vamos lá ver: cada um de nós faz os comentários que faz e a afirmação que a Sr.^a Deputada fez responsabiliza-a ela, mas eu não percebi sequer do que estávamos aqui a falar. É uma teoria da conspiração terrível, pois a Sr.^a Deputada veio aqui afirmar coisas que não consigo perceber, mas se existirem, por favor, agradeço que comente e que responda, porque a afirmação é muito grave, ou melhor, a suspeição — digamos assim — é muito grave.

Então, é possível que o NEI seja criado não com o objetivo mais nobre, que é o de um conjunto de pessoas com as melhores intenções fazerem a proposta que fizeram, mas com outro sentido? Esta suspeita tem enorme gravidade e eu gostava que o Sr. Doutor respondesse de forma muito clara para todos ficarmos esclarecidos sobre a questão que aqui foi colocada.

O Sr. **Presidente**: — Como não há mais nenhum Sr. Deputado inscrito, vou dar a palavra ao Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos para responder a este conjunto de questões.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sr. Deputado, sobre o estado da minha pessoa, se sou ou não empregado da Lusófona, posso dizer-lhe que a Lusófona, como outras instituições particulares, dá-me serviço de docente, mesmo que seja numa faculdade ou noutra. Por exemplo, dou Direito do Trabalho na Faculdade de Aeronáutica, Introdução ao Direito aos meninos do 1.º ano — acumula sempre no 1.º semestre. No 2.º semestre, eu estou despedido. Portanto, nesta situação...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não percebi, Sr. Doutor!

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — No 2.º semestre eu estou despedido. É uma figura jurídica, ok?

Portanto, a Sr.ª D. Maria Teresa Simões, do secretariado, depois de contactada pelo Sr. António Carlos, avisou-me por telefone: «Sr. Doutor, nós tivemos de dizer que não estava cá e que não podíamos dar os dados e, mesmo que estivesse cá, não podíamos dar os dados». Respondi: «Sr.ª D. Teresa, fez bem. Então, já cá estou há 22 anos e isso não tem problema nenhum».

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, continua a dar aulas na Lusófona? É isso que está a dizer?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Neste momento não, porque estamos de férias...

Vamos lá ver o seguinte: já estou a dizer que há quatro anos que esta situação está assim. Todo o serviço docente que entendam dar-me, e já lá estou há 22 anos, é acumulado no 1.º semestre; no 2.º semestre não há serviço docente, pelo que, formalmente, estou despedido ou suspenso contratualmente.

Este ano, entendi que devia estar como despedido e não meramente suspenso, porque temos de saber em que situação está o nosso País. Eu pedi esse favor, não é? As minhas relações são as melhores, toda a gente me conhece, estou lá deste a fundação.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não estão em causa as relações, está em causa a relação profissional.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — De facto, não estou a dar aulas na Lusófona. Eu estava a brincar, não me leve a mal, mas não é pelo facto de estarmos em férias académicas, é porque, de facto, a minha situação nos últimos quatro anos tem sido esta.

Independentemente disso, existem centros de investigação e eu estou inscrito num deles (já há quatro anos que estou inscrito e nos últimos dois anos tenho lá projetos e estou a fazer várias coisas, digamos assim). Portanto, sou investigador, ontem tive uma reunião, fui lá, estava toda a gente a brincar com isto e com aquilo, com as coisas que envolvem o nome da Lusófona, mas o nosso centro de investigação funciona de 15 em 15 dias, mais ou menos, e todos os meses temos reuniões. E, como investigador, faço algum trabalho em casa, como é evidente.

De resto, sou profissional liberal e tento, como qualquer pessoa, apanhar peixe, amanhã-lo o melhor que sei e comê-lo, pagando os meus impostos.

Portanto, neste momento, Sr. Deputado Honório Novo, temos de encerrar a nossa desgraça com calma, temos de encarar com calma o que se está a passar no nosso País, mas também com alguma verdade.

Felizmente, fui contactado pela Câmara dos Solicitadores para dar um curso de formação a advogados, etc., a pessoas que vão ser agentes de execução. Quer dizer, nas minhas perspetivas de profissional liberal, é o que tenho em vista, é dar aulas, dar formação; na parte de profissional liberal, tento apanhar clientes e fazer o que sei fazer.

Em relação à Lusófona, há quatro anos que está assim, com cortes de horários e outros cortes.

Sobre o NEI, quero dizer que quando aceitei estar com aquelas pessoas, penso que foi em maio... E vou dizer aos Srs. Deputados quem foi a pessoa que me telefonou, que depois veio ter comigo e já trazia uns

nomes na algibeira, e depois ficou: foi o José Manuel Marques Fernandes, que é uma pessoa que trabalhou (e acho que trabalha) no Grupo K, de João Rocha. Aliás, já o tinha dito, até é informal, é um facto sociológico: nós éramos todos do Sporting, eu não sou ninguém no Sporting, mas eles são todos do conselho superior, têm lá os camarotes, etc. Exceto o Vítor Manuel Pinto da Costa!

Portanto, o José Manuel Marques Fernandes disse-me assim: «Vamos entrar em grande atividade. Você como é que está?» Respondi: «Eu quero morrer a trabalhar». «Então, eu vou a Lisboa» — disse-me. E trouxe-me a sugestão de uns quantos nomes e, de entre os nomes que ele trouxe, que agora não me lembro quais eram (núcleos, associações...), eu disse-lhe: «Não vamos para coisas... Não vamos deslumbrar as pessoas nem mentir. Vamos sair disso, está bem? Quer dizer, já aconteceu 2008, já aconteceu o Lehman Brothers, em que andavam todos a mentir uns aos outros. Era o mercado das mentiras! Vamos inaugurar um novo mercado: um núcleo!». Sugeriu-me: «Então, uma estratégia...», e eu disse: «Então, vamos lá: é um núcleo estratégico de investimento, mas só para o BPN».

Então, ficou assente, mas não está escrito em lado nenhum, Srs. Deputados, que o NEI é só para o BPN. É uma associação sem personalidade jurídica com uma missão. Às vezes, surgem uns peditórios na rua — para o cancro, para isto, para aquilo, para as crianças, para aquele senhor que precisa de uma operação... O NEI foi criado só para uma coisa: para a reprivatização do BPN, e isto ficou sempre bem assente.

Na minha profissão liberal, eu já fazia umas coisas para o Dr. Vítor Costa e foi daí que o Zé Manuel Marques Fernandes me indicou. Já o conhecia há vários anos, mas foi a maneira como se conseguiu fechar o negócio do jornal *i* que chamou a atenção do Vítor Costa, que dizia: «Isto

corre sempre bem, para ele é tudo fácil, é tudo simples. Como é que é isto? Então, diga lá ao homem qualquer coisa». Sim, senhor.

«Então, o que é que quer?». «Não quero nada. Ganhamos e depois logo se vê». «Tudo bem. Então, coordenador». «Não, redator». «É pá, redator parece um jornal! Depois ainda nos desprestigiam... Sabe lá Deus o que é que temos pela frente!». «Para diretor, não». «Então, coordenador» — e fiquei. Isto foi tudo negociado assim.

Sobre reuniões e escritórios, nós não tínhamos escritório, Srs. Deputados, e isso foi uma das coisas que eu aponte: «Isto é mau indício e má catadura. Quer dizer, estou a ser notificado... — para já, não quero ser notificado em minha casa! A Lusófona faz-me o favor de aceitar isto como domicílio profissional, e notificam-me aqui! Quer dizer, isso é incómodo. Vocês têm que arranjar um escritório em Lisboa. Vamos para o João Rocha, na Avenida 5 de Outubro». Disseram-me: «A Comundo, assim e assado...». «Não! Ok. E o Esteves, a ARESP?» — perguntei. «É pá!, aquilo é uma associação...». Fui falar com ele, que me disse «eu sou diretor-geral, tinha que ir à assembleia...». Então, chamou o presidente da assembleia geral, chamou o presidente da direção, e disse-me: «É pá, tinha de haver uma assembleia geral para vocês estarem aqui, terem aqui uma sala, depois iam ver e ainda diziam que a gente comprou um banco, que ficámos a dever ao banco...». Bom, a gente fica no grupo do NEI.

Para responder também a uma das perguntas que o Sr. Deputado Afonso Oliveira me fez, tentando, como Sr. Presidente me recomendou, responder a tudo de uma só vez, posso dizer-lhe que os 15 nomes estão lá. Não levem a mal esta coisa dos nomes, porque é assim: há muitos Oliveiras — não levem a mal, eu não sou brasileiro, não estou a fazer troça dos portugueses —, há muitos Pereiras eu não quero trocar o nome às pessoas. Os 15 estão lá, está bem? Pronto.

Os quatro da comissão negociadora eram: o José Manuel Marques Fernandes, do Grupo João Rocha; o Dr. Vítor Manuel Pinto da Costa, que é do Norte; o Dr. José Luís Monteiro de Castro, que é professor coordenador no ISCAL e que é uma pessoa tem um certo património, tem fazendas aqui, tem fazendas no Brasil, herdades, etc., e não quero estar a substituir com isto a prova de fundos, como fazem determinadas pessoas, que usam de vigarices, dizem assim umas coisas no ar e pensam que já fizeram prova de alguma coisa. Não estou a fazer prova de nada! Estou só a dizer que sei alguma coisa, quer dizer, não estava totalmente no ar... Não quero ser queimado «em efígie», como se dizia antigamente. Por favor, já agora, não queimem a minha efígie!

Portanto, digamos que é uma pessoa abastada, é um agricultor abastado, é um proprietário abastado, recebeu uns dinheiros valentes por causa das autoestradas, umas indemnizações, é das Caldas da Rainha, é muito brincalhão, acho que tem uma fábrica de cavacas das Caldas da Rainha, portanto é uma pessoa do Oeste, é filiado no CDS, esteve aqui comigo e eu com ele, e é uma pessoa muito adepta da economia social.

Éramos os quatro.

Entre protestos disto, daquilo e daqueloutro, houve pessoas com quem nunca reuni no escritório. É o caso do presidente da Prológica. Ele mandava-me *e-mails*, mandava-me recados, mensagens... Portanto, a informalidade foi também nossa adversária. Agora, se quisermos recordar as aflições que as empresas, os empresários e as pessoas singulares passam e estão a passar por causa da crise económico-financeira, e isto nem sequer é uma conversa político partidária, é uma conversa meramente política.

Mas, tendo feito o meu trabalho, penso que terei alguma desculpa da vossa parte. Não há prova de fundos, provavelmente haverá um segundo *round*, uma passagem de gargalo, como se diz, e portanto aí teremos de

fazer prova de fundos. E se alguém aqui me está a... Para já, eu saio, e por isso quis meter logo um advogado para com legitimidade... Quando saio, nunca destruo nada em que participo, tenho essa qualidade, e isso vale para universidades, empresas. Quando saio, mesmo zangado, que me tenham feito mal, nunca destruo nada Quer dizer, saio, corto os contactos, e acabou — e não falo. Portanto, não sou informador, não sou oficial público de polícia criminal.

A comissão negociadora ou negocial falava com eles, porque eles não podiam vir às reuniões, aos almoços, etc. Portanto, era uma coisa um bocado flutuante. Acho que responde à imagem que nós demos: é uma associação sem personalidade jurídica, que não fez prova de fundos, ninguém lhe pediu para fazer prova de fundos. Um dia vão pedir-nos uma prova de fundos, mas nunca pediram. Podiam ter pedido, e eu ficava a saber aquilo que pretendia saber entre 15 e 31 de agosto.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, posso pedir um ponto de ordem, digamos assim.

Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos, sobre o NEI só quis saber uma coisa, a que o senhor não respondeu: qual era a entidade coletiva que fazia parte do NEI. O resto, já ouvimos. É a ARESP?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — A ARESP.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Então, podemos passar à pergunta seguinte.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Sobre as minhas relações pessoais, não sei se me referi ao ex-ministro Mira Amaral de alguma forma

mais íntima ou desrespeitosa — desrespeitosa não! Agravada sim, por causa das declarações dele à imprensa, mas não vale a pena. Eu referi-me sempre a ele como ou o Eng.º Mira Amaral ou o ex-ministro Mira Amaral, não referi Mira Amaral. Se ele agora entrasse aqui, como não me conhece, perguntaria: «Quem é este senhor?»

O Dr. Fernando Teles, não sei se é ou não licenciado, mas pode ser, não sei... É o verdadeiro presidente do BIC, mas eu não o conheço pessoalmente. O José Manuel Maques Fernandes, que era da comissão negociadora, conhecia o Fernando Teles e eu insisti várias vezes e ele várias vezes ligou ao pé de mim, mas nunca ouvi nenhuma conversa telefónica. Mas eu também lhe pedi — se outras pessoas pediram não sei — para fazer o favor de telefonar ao ex-colega, ao Dr. Fernando Teles, para ver se ele cauciona todas as coisas que estão a acontecer, porque no dia do ajuste de contas, ou na imprensa ou seja onde for, eu quero saber o que se está a passar, e ele sabe tudo o que se está a passar.

Estas pessoas têm muita projeção política, e isto não pode ser! Isto é um concurso público e as pessoas têm de saber comportar-se. O Ronaldo no relvado é igual a outro jogador, se der uma canelada a outro, é *penalty* ou vai fora. Não há cá favores, a lei é igual para todos! Eu não quero cá estrelas...

Outra coisa: não tenho receio de nada, portanto disse-lhe: «Faça favor de telefonar ao Sr. Dr. Fernando Teles». E ele telefonou, mas ele nunca atendeu — se estava a falar para aquele número ou não... Acho que ele não me ia fazer uma partida dessas!

Fui eu que pedi para telefonar, mas não tenho relatos de conversas havidas. Se o Dr. Fernando Teles entrar aqui dentro, ele não me conhece de lado nenhum. Ele nunca me viu, a menos que me tenha visto na televisão, mas nunca fomos apresentados. Penso que esta questão está esclarecida.

Perguntou-me quando nasceu o NEI. Para mim nasceu em maio, mas se nasceu antes não sei. Eu pedi a demissão de coordenador e do NEI, da associação sem personalidade jurídica — foi apenas uma coisa informal. Eu não me despeço das pessoas de forma a ofendê-las, ou a deixá-las magoadas, ou pô-las em cheque, ou pô-las em *stand by* de uma forma ameaçadora, dizendo: «Então, a gente fala depois!» Não fiz isso.

Não sou do NEI, não sei o que se passa. Sei pela comunicação social, mas acho que isso os senhores não precisam que eu diga.

Portanto, o Dr. Monteiro Castro manda-me aquelas mensagens pelo Natal, mas não há conteúdo. Agora, quem me pediu, mesmo formalmente, por telefone, e eu disse: «Não são conversas para se terem ao telefone», mas ele respondeu: «Mas eu quero dizer-lhe já, eu sei que o senhor é uma pessoa objetiva».

O Dr. Francisco Cunha Reis teve uma série de AVC, na sequência de alguns problemas legais que teve (embora sendo advogado não está livre de ter problemas legais), eu fiquei com muita pena dele, ele veio viver para Lisboa e, portanto, não estava. Senão delegava: «Olhe, já meti um advogado no grupo e, quando ele quiser sair, o Dr. Cunha Reis segue para a frente. Ele sabe esta música — desculpe lá — de cor e salteado e de trás para a frente, é um advogado com 50 e tal anos... Que é para eu estar sempre com a porta aberta para me poder ir embora, quando a coisa não me enquadrar bem».

Eles disseram: «Não, este é só para si. O Sr. Doutor escolhe os advogados que quiser. Quer interpor uma reclamação no Supremo Tribunal Administrativo?». Resposta: «Não». «Ouça: 300 000 euros, o que vocês quiserem». Mais uma vez a resposta foi: «Não. Não faço! E isto não são conversas para aqui, não são conversas para ter ao telefone. Não faça isso. Quando quiser, vem falar comigo». Disse-me: «Ah, mas sabe, é que eu

tenho um problema e tal». Respondi: «Ouça, a sarna não se pega, nem o contágio. Eu não sou desse tipo de pessoas da *socialite*: quando estás no alto, quero andar contigo e ser fotografado contigo; quando estás mal... Não tenho problemas nenhuns. Já tive amigos que tiveram problemas legais e nunca deixei de lhes dar um abraço ou de ir jantar a casa deles e beijar os filhos deles. Portanto, o Sr. Dr. Vítor Costa, faça favor, quando quiser, vem aqui ao pátio e fala comigo, toma um café aqui, comigo, na esplanada, porque não tenho nada a esconder». Ele não veio.

Portanto, foi um convite por telefone — eu penso que ele tinha alguém ao lado. Depois, o Dr. Monteiro de Castro fez uma *reprise*: «Sabe o que é, você está por dentro disso, você é bom jurista, é boa pessoa...». Respondi: «Muito obrigado pelos elogios, guardo-os para mim. O resto guarda o Sr. Doutor. Reclamações, não!»

O resto, sei pela imprensa e acho que é não preciso estar a dizer aos senhores. Ouvi uma reportagem e há umas letras do NEI postas numa parede, mas penso que é em Aveiro. E o Dr. Monteiro de Castro disse que queria fazer qualquer coisa, mas isso não me interessa — a mim não me telefonou.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Disse o quê?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — O Dr. Monteiro de Castro disse que queria fazer coisa, pela parte legal ou judicial. Mas eu não sei de nada, só pelos jornais, e os senhores não querem que esteja aqui a falar disso.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O Sr. Doutor já respondeu de uma forma clara há uns minutos atrás, quando disse que o NEI foi criado apenas para o BPN.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Para a reprivatização, não para comprar ações, nem fazer *side business*.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Dada a privatização do BPN, o NEI «deixou de funcionar»?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Penso que sim, Sr. Deputado, embora tenha visto nos jornais... Não quero estar a armar-me em cego, vejo umas coisas na comunicação social, mas não são do meu conhecimento. E eles não me telefonam. A partir do Natal, trataram-me muito bem, mandaram-me *sms*, abraços e tudo, mas não houve conversas oficiais. E não há nada.

Quanto à recapitalização. Dr. Deputado, é assim: alterar a lei bancária, alterar a lei de supervisão... Vamos lá a ver!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, se o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos vai passar a responder a outro colega, talvez fosse melhor terminar o conjunto de perguntas que lhe fiz e que ainda não estão respondidas. Uma é sobre a reunião que foi anunciada com o Sr. Ministro das Finanças, a outra é a relativa às declarações formais das pessoas que convidou a colaborar com o NEI, isto é, José Eduardo Bettencourt e João Carvalho das Neves.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Penso — é a minha forma de pensar — que não estou a esconder mas, às vezes, o cérebro engana-nos. Penso que não estou a esconder-me atrás de declarações já feitas que estejam incompletas, para manter a incompletude. Penso que não é isso, mas os senhores dirão.

Tentei convencer a comissão negociadora, e estava mais ou menos... Depois, em reuniões amplas, repetia-se o mesmo, não havia segredos, não havia dois NEI, um da comissão negociadora e outro...

Eu dizia: «Penso que a estrutura é aproveitável, só que com os cortes que lhes vamos propor, eles não vão ficar. Portanto, nós temos de ter uma equipa no bolso. Mesmo que não seja por pressão do Governo, se tivermos a sorte ou o infortúnio de ficar com o BPN, isto não pode ficar assim! Têm de levar uns cortes monumentais, porque não se pode viver assim, a balões de oxigénio! E nós temos de ter a garantia de que a Caixa continua a alimentar-nos, com os 92,4, mais ou menos, de capitais flutuantes ao mês, a taxas de 2,25% e 2,5%. Quando entrarmos, temos de viver com o que temos, mas temos de cortar logo, que é para podermos avançar».

Portanto, os nomes são, de facto, uns nomes um bocado de cenário, mas têm de ser verdadeiros. O Dr. José Eduardo Bettencourt nunca se deixou abordar numa reunião formal nem num almoço de grupo. Foi sempre discreto, nunca disse que iria ter problemas com a administração do Santander. Não se pôs a inventar, disse apenas: «Vamos manter isto discreto, porque é um banco multinacional, é uma coisa muito grande. Nós aqui somos uns pigmeus, contamos pouco para aquilo, mas, quer dizer...E eu também tenho de ter, de alguma forma, uma autorização. Portanto, tem

de haver aqui uma relação de ‘amizade comercial’». Respondemos: «Com certeza». E acrescentou: «Só em último caso, e não pode haver publicidade. E vejam lá se não vai para a ata». Foi isto que me transmitiram os telefonemas. Com o Dr. José Eduardo Bettencourt não houve documentos formais, Sr. Deputado.

Fui eu que estive com o Dr. João Carvalho das Neves e com mais três pessoas do NEI: o José Manuel Marques Fernandes, o Pedro Pestana Dionísio e o Monteiro de Castro. Estivemos no gabinete do Sr. Prof. Dr. João Carvalho das Neves, que disse: «Podem usar o meu nome. Se eu tiver de ir aceitar, lá mais à frente, aquele convite do Dr. Paulo Macedo, não há problema. Mas podem usar, porque eu tenho muito gosto, tenho muito gosto de voltar...»

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O Sr. Doutor está a dizer que o Dr. João Carvalho das Neves disse-lhe que podia usar o nome dele.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Disse-me para usar o nome dele, e que podia assumir, caso as coisas não se concretizassem. «Pode usar» — foi isso mesmo! E disse que tinha muito gosto em regressar ao BPN, porque gostava de ir lá fazer umas coisas e que acreditava no Banco, como nós. Eu fiquei convencido e pensei assim: «Bem, esta reunião foi eu que fiz por esta bitola, a outra deve ter sido feita pela mesma bitola. Acredito que a conversa tenha sido sustentada e séria com o Sr. Dr. José Eduardo Bettencourt».

Sobre a outra questão, já falei e não gostava de estar a maçar-vos com as minhas convicções. Fui sempre dizendo que se devia aproveitar todo o BPN.

Em relação à questão das acumulações, eu disse que isso depois tinha de ser visto: «Se eles vêm para aqui ganhar pouco, depois querem acumular. São banqueiros de vários bancos. Depois temos que ver isso. Quer dizer, temos uma pessoa em coma, mas se o médico tem quatro pessoas em coma, às tantas, é para ver quem é que morre. Portanto, vamos ver isto com calma, e não vou ser eu a decidir! Estamos só a conversar e a preparar as coisas».

Ou seja, um dos motivos pelos quais não tínhamos a equipa preparada foi para manter a porta aberta. Eu sempre disse que não queria contactos formais nem informais com ninguém da administração do BPN — não há cá encontros, nem cafezinhos! Deixem manter o jogo como está. O jogo joga-se na Caixa Geral de Depósitos e na mesa do Governo, não quero contactos laterais. Vamos jogar a sério!

Pensei sempre que havia um segundo gargalo, Sr. Deputado: uma caução, um depósito, uma prova de fundos. Isto, a respeito da gestão e diretores, e nenhum de nós iria ser nem gestor nem diretor...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Estava à espera da resposta ao pedido de entrevista ao Ministro das Finanças.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Exatamente, foi um lapso.

Sr. Deputado, estou bem lembrado, não estou a fazer-me de esquecido. Estou bem lembrado que disse isso. Mas, não ofendi ninguém, disse só aquilo na esperança de que eles dissessem: «Ó pá, tenha calma! Não há nada porque ainda vai haver uma segunda volta, vocês têm é de pôr aqui 10 milhões, ou 5, ou 3...». Era dessa altura que estava à espera. Isso não sucedeu. E sou sincero: eu deixei cair.

Julguem-me por isso.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, uma precisão final, se o Sr. Presidente me permite.

O Sr. Doutor tem mesmo a certeza de que o Prof. João Carvalho das Neves lhe permitiu usar o nome dele no projeto do NEI? Não terá dito que não estava interessado em participar no projeto NEI?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira dos Santos**: — Não! Eu repito. Compreendo que o Sr. Deputado... Estamos num órgão de soberania, as coisas são vistas em muitas versões, até ficar bem caldeado.

Sr. Deputado, digo aqui e diante do Sr. Prof. Doutor João Carvalho das Neves, em cujo gabinete estive, no ISEG — ele tinha acabado de ter um filho, entrámos na vida pessoal... Ele é um cultor de artes orientais, de artes marciais. Digo isto para verem até onde foi a conversa. Ele disse: «Podem usar o meu nome, só que eu quero acompanhar o Dr. Paulo Macedo. Ele merece, e o País precisa. Mas isso pode levar muito tempo e eu posso até não aceitar logo. E tudo depende, porque vocês podem não ganhar o Banco. Mas, imagine que ganham e que ficam um bocado ‘com as calças na mão’. Ó pá, podem contar comigo». Perguntámos: «Podemos usar o seu nome?», e ele disse: Podem usar o meu nome». Depois, dissemos-lhe: «Olhe que nós pusemos o seu nome em cima da mesa».

O Sr. **Presidente**: — Concluiu as respostas, Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos? Pelo menos, respondeu globalmente.

Srs. Deputados, vamos dar por concluída esta audição e retomaremos os trabalhos dentro de meia hora, com uma nova audição.

Agradeço ao Sr. Dr. Jaime Pereira dos Santos a sua presença e os seus esclarecimentos.

Eram 14 horas.